

Alberto Pereira Lopes | Elias da Silva | Eliseu Pereira de Brito
Orimar Souza Santana Sobrinho | Reges Sodré
Roberto Antero da Silva | Vanessa Lessio Diniz
(Organizadores)

Estudos agrários e urbanos

DO CENTRO-NORTE DO TOCANTINS



Alberto Pereira Lopes | Elias da Silva | Eliseu Pereira de Brito
Orimar Souza Santana Sobrinho | Reges Sodré
Roberto Antero da Silva | Vanessa Lessio Diniz
(Organizadores)

Estudos agrários e urbanos

DO CENTRO-NORTE DO TOCANTINS



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Imagens da capa

Acervo dos autores

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Estudos agrários e urbanos do centro-norte do Tocantins

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo

Correção: Yaiddy Paola Martinez

Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga

Revisão: Os autores

Organizadores: Alberto Pereira Lopes

Elias da Silva

Eliseu Pereira de Brito

Orimar Souza Santana Sobrinho

Reges Sodré

Roberto Antero da Silva

Vanessa Lessio Diniz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82 Estudos agrários e urbanos do centro-norte do Tocantins / Organizadores Alberto Pereira Lopes, Elias da Silva, Eliseu Pereira de Brito, et al. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

Outros organizadores

Orimar Souza Santana Sobrinho

Reges Sodré

Roberto Antero da Silva

Vanessa Lessio Diniz

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-1395-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.950231506>

1. Geografia urbana - Tocantins. I. Lopes, Alberto Pereira (Organizador). II. Silva, Elias da (Organizador). III. Brito, Eliseu Pereira de (Organizador). IV. Título.

CDD 307.76098117

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Este ebook é o resultado das pesquisas desenvolvidas na especialização em Geografia da Universidade Federal do Tocantins nos anos de 2021 e 2022 e pesquisas desenvolvidas pelos professores da linha de Desenvolvimento Regional e Urbano, com temáticas diversas.

Trata-se de uma coletânea de textos que busca discutir e analisar questões pertinentes ao Desenvolvimento Regional, Urbano e Rural em diferentes olhares e abordagens, que retratam temas suscitados durante a ministração do curso de especialização em Geografia com foco no planejamento territorial. É válido ressaltar, que é uma trilogia e este é o primeiro volume da coletânea proposta pelos pesquisadores, resultados de um trabalho de pesquisa, ensino e extensão realizado na Universidade Federal do Norte do Tocantins.

O primeiro capítulo, “Cidade e acessibilidade: desafios, avanços e perspectivas de mobilidade urbana na região sul de Araguaína-TO”, escrito por Tatiana do Carmo de Almeida, aborda a democratização da cidade a partir da mobilidade urbana, tendo como área de estudo a região sul de Araguaína. A autora constata que essa região da cidade tem recebido obras de acessibilidade, mas estas priorizam aqueles agentes que se deslocam por meio de transporte individual. A maioria dos moradores fica submetida a práticas espaciais precárias, com dificuldade de acesso a transporte coletivo, locomoção a pé e de bicicleta. Estes são incluídos precariamente até mesmo nos equipamentos urbanos de uso coletivo que existem na região, como a Via Lago e o Ginásio Poliesportivo.

O capítulo 2, intitulado “Relação campo/cidade em face da modernização agrícola no município de Porto Nacional – TO”, foi escrito por Juliana M. Araújo Alves e Alberto Pereira Lopes. O texto tem por objetivo entender a relação campo/cidade a partir da modernização agrícola no município de Porto Nacional – TO. Juliana e Alberto destacam que a modernização do campo em Porto Nacional embora tenha se iniciado ainda na segunda metade do século XX, com a plantação de arroz, na lógica dos complexos agroindustriais, se consolidou no início do século XXI, com o avanço do agronegócio de grãos em modelo neoliberal, no qual as empresas privadas e, principalmente empresas multinacionais, começam a se instalar em Porto Nacional, aumentando a produtividade e a expansão da soja na região. A partir desse momento as relações campo e cidade ganham uma nova reorganização espacial e o novo modelo de produção capitalista contribui para o processo de urbanização no território.

No texto 3 de Maria Alessandra Alves dos Santos e Eliseu Pereira de Brito busca discutir a organização do trabalho das descascadeiras de mandioca

e seu modo de vida no povoado Floresta, município de Wanderlândia, Tocantins. O modo de fazer a pesquisa foi por meio de um estudo sobre o trabalho e seus desdobramentos enquanto sentido da organização das mulheres no trabalho das descascas de mandioca. Foi feita entrevistas no local e visita para identificação dos modos de vida das mulheres e a organização dos lugares. Com os resultados da pesquisa foi possível identificar que há uma permanência nas atividades das descascas e este trabalho traduz em uma forma de vivência dos sujeitos nos lugares do antigo norte de Goiás, atual Tocantins. É uma face da organização dos primeiros habitantes em adaptação aos ambientes de área de transição.

O capítulo 4, de autoria de Gleison Mourão da Silva e Alberto Pereira Lopes é intitulado “O Assentamento Luar do Sertão na cidade de Ananás-TO: do trabalho escravo à reforma agrária, na perspectiva do futuro das famílias pela sobrevivência”. O texto tem por objetivo analisar como se deu o retorno das famílias vítimas da escravidão por dívida a terra, onde estas foram contempladas pelo programa de reforma agrária por meio da criação do assentamento rural Luar do Sertão. A pesquisa aponta que 70% dos habitantes do assentamento são pessoas que já foram vítimas de trabalho escravo. Destaca-se ainda que a formação do assentamento contou com o papel decisivo do Centro de Direitos Humanos de Araguaína e a Comissão da Pastoral da Terra.

O capítulo 5, de autoria de *Orimar Souza Santana Sobrinho* e *Fernando Luiz Araújo Sobrinho* é intitulado “Questão agrária e estrutura fundiária em regiões produtivas do agronegócio no MATOPIBA”. O texto traz uma análise das transformações na estrutura fundiária na mesorregião Oriental do Tocantins e Extremo Oeste Baiano no Matopiba na compreensão de novos conteúdos técnicos espaciais entre os municípios baiano e tocaninense.

O capítulo 6, de Rodrigo Dias Delmondes e Alberto Pereira Lopes, tem por título “O trabalho escravo contemporâneo no Brasil: definições e dilemas de uma sociedade marginalizada”. A pesquisa discute a permanência do trabalho escravo no Brasil como um processo inerente à dinâmica de acumulação capitalista. Tal cenário é agravado por uma conjuntura negligente nos processos de fiscalização e punição de fazendeiros responsáveis pelo trabalho escravo. Ressaltam o importante papel da CPT na luta contra a escravidão contemporânea, inclusive com projetos nas escolas, como o “Escravo nem pensar”.

Por Aires José Pereira

Professor Associado I do Colegiado de Geografia e do Mestrado em
Gestão e Tecnologia Ambiental da UFR.

Fui convidado pelo professor Dr. Eliseu Pereira Brito para prefaciar este *ebook* e, fiquei extremamente feliz por ter meu nome lembrado nesta difícil tarefa. Fiquei feliz, pois, vejo com bons olhos o trabalho que o nobre colega e amido vem prestando a sociedade acadêmica da UFNT e também toda a sociedade tocantinense e, quiçá, brasileira com suas orientações seja em nível de graduação, seja em nível de pós-graduação, seja por meio de seus projetos de pesquisas, seja por meio de seus projetos de extensão. Enfim, o professor Dr. Eliseu Pereira de Brito faz jus ao seu título acadêmico e também a sua cadeira na UFNT.

Seu trabalho tem sido coroado com excelentes produções acadêmicas e, consequentemente, suas publicações e divulgações da ciência geográfica que é produzida às várias mãos no Estado do Tocantins. Estou dizendo às várias mãos pois, uma característica que se imprime no Tocantins é a de todos crescerem juntos no processo ensino-aprendizagem. O professor aprende ao ensinar e o aluno ensina ao aprender. Os professores estão sempre colaborando com seus alunos e estes, por sua vez, dão as respostas a altura de suas exigências e por isto mesmo, temos muitos deles (ex-alunos da UFT/UFNT) fazendo mestrado e doutorado Brasil afora.

Alunos que são sementes bem germinadas do conhecimento adquirido e compartilhado entre si, para si e para outras esferas da academia na seara geográfica que cresce consubstancialmente no interior do país. Conhecimento este que está sendo construído sistematicamente pelos alunos com a colaboração coletiva dos professores e comunidade acadêmica.

Falei do professor Dr. Eliseu Pereira de Brito, mas o corpo docente do curso de Geografia da UFNT tem essa característica de estar imbuído em um projeto maior que apenas formar seus alunos. Esse corpo docente não mede esforços para verem seus alunos brilharem em concursos, seleção de mestrado, doutorado, entre outros.

A publicação deste *ebook* é mais uma prova de tudo o que venho falando até aqui. Os professores caminham juntos com seus alunos, os capacitando para continuarem sua vida audaz e contínua na busca incessante do conhecimento geográfico e educacional. O trabalho dos professores não se encerra com a







graduação de seus alunos, pois muitos deles continuam em pós-graduação, mestrado, doutorado e sempre podem contar com o apoio irrestrito de seus professores.

Quando os professores orientam esses alunos em seus TCCs, monografias de pós-graduação e ainda os ajudam a transformar em artigos científicos para publicações em Revistas, eventos e/ou livros, realmente cumprem suas funções de grandes profissionais da educação que se dedicam ao máximo ao que fazem. Esta tem sido a tônica desse colegiado de Geografia que produz muito trabalho acadêmico em consonância com seus alunos. É uma forma de projetar o próprio curso para além das fronteiras do Estado do Tocantins.

Pedro Demo tem uma frase que sintetiza o trabalho que o referido colegiado de Geografia da UNFT tem feito ao longo dos últimos anos. A frase é: “Quem não pesquisa não tem o que ensinar”. Ou seja, o referido colegiado tem muito a ensinar, pois produz a ciência geográfica junto com seus alunos. Este *ebook* é mais uma prova cabal desta assertiva. A própria apresentação do professor Dr. Eliseu Pereira de Brito nos confere isto que estamos sempre referindo:

Trata-se de uma coletânea de textos que busca discutir e analisar questões pertinentes ao Desenvolvimento Regional, Urbano e Rural em diferentes olhares e abordagens, que retratam temas suscitados durante a ministração do curso de especialização em Geografia com foco no planejamento territorial. É válido ressaltar, que é uma trilogia e este é o primeiro volume da coletânea proposta pelos pesquisadores, resultados de um trabalho de pesquisa, ensino e extensão realizado na Universidade Federal do Norte do Tocantins.

Portanto, o referido *ebook* é mais um espaço democrático por onde desfilam belos textos de geografia feitos com esmero, trabalho, dedicação pelos acadêmicos sob o olhar atento dos professores orientadores dos respectivos capítulos. Tenham todos uma excelente leitura!

CAPÍTULO 1	1
CIDADE E ACESSIBILIDADE: DESAFIOS, AVANÇOS E PERSPECTIVAS DE MOBILIDADE URBANA NA REGIÃO SUL DE ARAGUAÍNA-TO	
Tatiana do Carmo de Almeida	
Reges Sodré	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9502315061	
CAPÍTULO 2	22
RELAÇÃO CAMPO/CIDADE EM FACE DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL – TO	
Juliana Maria Araújo Alves	
Alberto Pereira Lopes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9502315062	
CAPÍTULO 3	35
PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA FARINHA DE MANDIOCA DO POVOADO FLORESTA, WANDERLÂNDIA - TOCANTINS	
Maria Alessandra Alves dos Santos	
Eliseu Pereira de Brito	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9502315063	
CAPÍTULO 4	51
O ASSENTAMENTO LUAR DO SERTÃO NA CIDADE DE ANANÁS-TO: DO TRABALHO ESCRAVO À REFORMA AGRÁRIA, NA PERSPECTIVA DO FUTURO DAS FAMÍLIAS PELA SOBREVIVÊNCIA	
Gleison Mourão da Silva	
Alberto Pereira Lopes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9502315064	
CAPÍTULO 5	63
QUESTÃO AGRÁRIA E ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM REGIÕES PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO NO MATOPIBA	
Orimar Souza Santana Sobrinho	
Fernando Luiz Araújo Sobrinho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9502315065	
CAPÍTULO 6	80
O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL: DEFINIÇÕES E DILEMAS DE UMA SOCIEDADE MARGINALIZADA	
Rodrigo Dias Delmondes	
Alberto Pereira Lopes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9502315066	
SOBRE OS AUTORES	94

CIDADE E ACESSIBILIDADE: DESAFIOS, AVANÇOS E PERSPECTIVAS DE MOBILIDADE URBANA NA REGIÃO SUL DE ARAGUAÍNA-TO

Data de aceite: 14/03/2023

Tatiana do Carmo de Almeida

Universidade Federal do Tocantins

Orcid: 0000-0003-1610-6873

Reges Sodré

Universidade Federal de Rondonópolis

Orcid: 0000-0002-9615-528X

INTRODUÇÃO

O planejamento e a gestão da cidade são vistos por muitos estudiosos como um dos principais meios de minimizar os variados problemas comuns ao espaço urbano. A grande questão é que nem todos os agentes urbanos ou produtores do espaço (Corrêa, 1989) estão, de fato, interessados em construir uma cidade mais democrática e sustentável.

Por via de regra, o planejamento e a gestão da cidade deveriam ser mais democráticos e atuantes na resolução dos conflitos urbanos. Porém, é notória a atuação do capitalismo na modelagem da cidade conforme os interesses dos agentes

hegemônicos.

Um dos critérios fundamentais à idealização do direito à cidade é a mobilidade urbana. Esse termo refere-se à capacidade disponibilizada aos cidadãos para se deslocarem no espaço urbano e ter acesso aos serviços da cidade que, geralmente, estão instalados no centro principal.

Em geral, as cidades adotam um desenho horizontal tornando-se inevitável a demanda por maiores investimentos em transporte público (ou individual) e infraestrutura aumentando, assim, os gastos com pavimentação, equipamentos urbanos, veículos, combustíveis, passagens, etc., aspectos indispensáveis na articulação de diferentes locais no espaço urbano.

Visando compreender a disposição em mobilidade urbana nos setores localizados na região sul de Araguaína, foi realizada uma seleção de setores para sua análise. Foram eles: Cidade Nova, Lago Azul I, Lago Azul III, Lago Azul IV,

Lago Sul, Nova Araguaína e Vila Xixébal. Assim, o desenvolvimento desta pesquisa teve como objetivo principal discutir sobre a democratização da cidade com base no sistema de mobilidade urbana da zona sul de Araguaína-TO.

A priori, foi realizada a revisão bibliográfica em autores como: Corrêa (1989), Gehl (2013), Lefebvre (2001), Maximiliano (2004), Sodré (2021) e Souza, (2013) e Vainer (2000). Posteriormente foi feita a elaboração da parte teórica da pesquisa e, por fim, realizou-se a observação da modificação da paisagem pela plataforma *Google Earth* e por meio de visitas de campo. As categorias geográficas mobilizadas nesse estudo foram paisagem e práticas espaciais.

O trabalho está estruturado em três capítulos, sendo o primeiro destinado à discussão sobre a democratização da cidade no tocante à mobilidade urbana. Na sequência, há um apontamento dos principais avanços, desafios e perspectivas de infraestrutura de mobilidade na zona sul nos últimos dez anos e, por fim, a pesquisa traz evidências da negação do acesso à cidade e de práticas espaciais precárias comuns na região.

MOBILIDADE URBANA E A DEMOCRATIZAÇÃO DA CIDADE

A mobilidade urbana se tornou um dos assuntos mais discutidos nos dias atuais mediante ao crescimento da população urbana mundial e a rápida expansão das cidades. A cidade é o principal lugar de habitação humana e estudar a cidade a partir da perspectiva da geografia urbana crítica, é decidir desvendar fatores que restringem o progresso social na cidade. Assim, o diagnóstico de problemas urbanos limitadores do desenvolvimento social dos cidadãos é, sem dúvidas, uma iniciativa importante rumo à democratização da cidade.

Estudar a democratização da cidade requer uma observação do tipo de planejamento implantado tanto na estruturação, quanto na expansão de seu espaço urbano. É nesse intuito que Vainer (2000) busca demonstrar como de fato o planejamento das cidades se estrutura. Vainer (2000, p. 2), assevera que o planejamento (e gestão), está a serviço das grandes incorporadoras que viabilizam o desenvolvimento do capital nos diversos espaços da cidade. Portanto, “o planejamento estratégico, como modelo de planejamento, apresenta-se como alternativa justamente por ter sido engendrado e testado no mundo corporativo, nas empresas privadas” (Vainer, 2000, p.3). Para o autor, esse modelo opera simultaneamente através de três lógicas complementares: a cidade é uma mercadoria, a cidade é uma empresa e a cidade é uma pátria.

A palavra mobilidade se refere à capacidade que os cidadãos têm de se locomover (ou se movimentar) pelos diferentes espaços da cidade. Nesse contexto, o ir e o vir no âmbito social são compreendidos como um exercício de liberdade dos indivíduos. Em um

país democrático como o Brasil espera-se que o povo usufrua ao máximo das oportunidades que são geradas por seus governadores eleitos. Já que todos fazem parte do processo de escolha de seus representantes e da geração de recursos (impostos, taxas e contribuições de melhorias) para a manutenção dos direitos públicos. No entanto, observa-se que a distribuição igualitária dos serviços públicos no Brasil está longe de ser concretizada.

De modo geral, os urbanistas acreditam que cidades compactas são mais sustentáveis e acessíveis, pois nelas o uso do automóvel individual tende a ser menor. Por outro lado, a expansão urbana gera custos adicionais tanto em infraestrutura, quanto no fornecimento do transporte coletivo.

Normalmente, os principais serviços e oportunidades que a cidade oferece estão concentrados no principal centro da cidade, como no caso da cidade Araguaína-TO e de várias outras cidades brasileiras. Além do centro principal, geralmente há uma formação de subcentros ou de ruas comerciais mais especializadas em serviços e lazer para a classe média. Como, por exemplo, as avenidas Filadélfia, Neblina e José de Brito em Araguaína-TO.

Essa desigualdade aumenta quando os elementos de mobilidade urbana são precários. Em Araguaína, por exemplo, o transporte público é bastante utilizado pela população residente em bairros periféricos. Porém, a precariedade e ineficiência dessa modalidade de transporte é, também, um problema bem antigo na cidade. Atualmente, Araguaína possui uma frota de 15 ônibus que atendem, em apenas seis linhas, mais de 120 bairros da cidade (Portal Fatos e Notícias, 2022). Aliás, uma única empresa (Viação Passaredo) opera na cidade com linhas reduzidas e veículos de baixa qualidade, sendo esse um dos principais aspectos da má qualidade em acessibilidade e mobilidade urbana na cidade.

Para Gehl (2013, p. 121), “a maior parte das pessoas está disposta a percorrer 500 metros. É uma distância aceitável, porém relativa, pois depende da qualidade do percurso.” Porém, na zona sul de Araguaína, por exemplo, o loteamento Cidade Nova, está localizado (em zona periférica) a 16 km do centro da cidade.

Além da distância, analisou-se, também, a qualidade das vias que dão acesso ao Parque Beira Lago (espaço de lazer mais próximo), a disponibilidade de calçadas, sinalização, vias para ciclistas, etc.

Vale ressaltar que, o fornecimento de infraestrutura e equipamentos urbanos em variadas localizações requer maior investimento e fomenta o encarecimento da cidade. Nesse processo, as empresas que acordam com a realização dos serviços obtêm grandes lucros, fato esse que revela o caráter mercantil dos vazios urbanos e o favorecimento dos gestores com esse agravamento da falta de acessibilidade à cidade, para determinadas

populações.

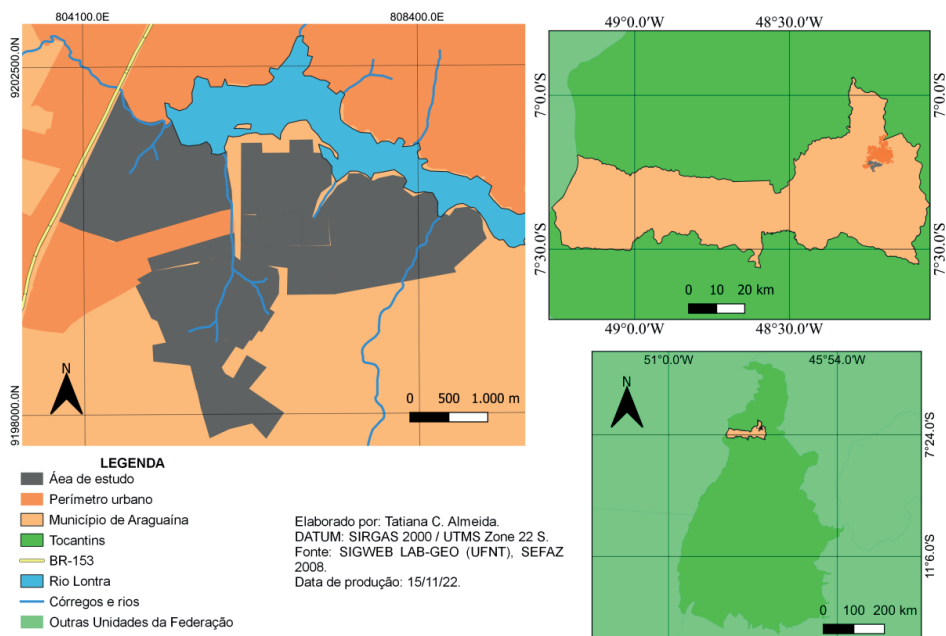
Uma cidade que comporta um elevado número de habitantes em relação às suas circunvizinhas não apresenta, necessariamente, uma densidade urbana significativa. Como no caso de Araguaína-TO, com estimativa de 186.245 mil habitantes (IBGE, 2021) e Palmas com 313.349 habitantes (IBGE, 2021), as duas cidades mais populosas do Estado do Tocantins. A expansão da região sul de Araguaína no sentido horizontal, por exemplo, vem se intensificando nos últimos anos, convergindo com uma quantidade ínfima de densidade urbana e atividades instaladas nessa região, fazendo com que esses habitantes percorrem longas distâncias para ter acesso aos demais espaços da cidade.

Ao se tratar de mobilidade é preciso ter em mente que, no processo de disponibilização de infraestrutura o deficiente físico e visual necessita de meios de acessibilidade adaptados segundo suas necessidades. Nesse processo, “é obrigação dos dirigentes públicos buscar um sistema de mobilidade mais igualitário do ponto de vista social, com sustentação financeira e, ao mesmo tempo, sem excluir os mais pobres” (Carvalho, 2016, p. 8). Ou seja, os desafios da mobilidade urbana no Brasil devem ser superados, principalmente pelos gestores da mobilidade urbana. Para Carvalho (2016) a grande questão é que a superação destes desafios demanda certa urgência, já que 85% da população vive em centros urbanos e o crescimento populacional é cada vez mais expressivo. Pois o aumento populacional estimula a expansão territorial urbana, geralmente desprovida de investimentos em infraestrutura.

Por princípio uma cidade deve beneficiar não somente uma parcela de sua população. Mas, em geral, são aqueles que habitam próximos aos locais mais bem desenvolvidos da cidade que têm maiores acesso aos serviços e oportunidades que a cidade oferece. Visto que os muitos espaços segregados da cidade são desprovidos de infraestrutura básica (saneamento básico, luz, equipamentos urbanos), comércio e lazer.

Em busca de alternativas para promoção do desenvolvimento das áreas mais carentes, Carvalho (2016) considera que o incentivo do poder público ao desenvolvimento dessas áreas minimizaria muitos deslocamentos da população residente nas periferias das cidades.

Em Araguaína-TO, os residenciais do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) são exemplos de como a periferização da cidade afeta a qualidade de circulação de seus cidadãos. Além disso, “como o preço da terra é mais baixo nas regiões distantes dos centros comerciais as políticas habitacionais, em geral, reforçam o imobilismo dos mais pobres” (Carvalho, 2016, p. 9). Portanto, a localização dos residenciais do programa Minha Casa Minha Vida no perímetro urbano da cidade foi o ponto de partida na delimitação da área de estudo.



Mapa 1 – Localização da área de estudo
 Almeida, 2022.

Os últimos setores populares que foram construídos na região sul da cidade entre os anos de 2016 a 2017 estão localizados na periferia da cidade. São eles: Residencial Lago Azul I, Lago Azul III e Lago Azul IV. Consequentemente, para os habitantes desses setores o trajeto pela BR-153 acaba se tornando o percurso mais seguro e viável, principalmente para as pessoas que se deslocam de motocicletas, bicicletas ou mesmo a pé.

Nesse caso, o Transporte Público (TP) é um elemento fundamental na geração de mobilidade aos cidadãos. Contudo, em Araguaína-TO, uma única empresa de transporte coletivo opera há mais 6 anos na cidade através de um contrato emergencial firmado, ainda em 2016, com a prefeitura da cidade. Os ônibus coletivos são precários e insuficientes para cumprir com a demanda de toda a cidade que necessita – há décadas – de um transporte coletivo mais eficiente. Veja na Figura 1, 2 e 3 fotografias das tabela de horários dos coletivos que fazem linha para os setores sul da cidade.

B	BAIRRO	VIA	CENTRO	VIA	FD
	06:00	OESTE/VILA AZUL/ B. FÁTIMA/ LAGOS 1, 3 E 4/NOVA ARAGUAÍNA/AV	06:40	/SETOR OESTE/VILA AZUL/ B. FÁTIMA/ LAGOS 1, 3 E 4/NOVA ARAGUAÍNA/AV	01:20
	07:20	OESTE/VILA AZUL/ B. FÁTIMA/ LAGOS 1, 3 E 4/NOVA ARAGUAÍNA/AV	08:00	/SETOR OESTE/VILA AZUL/ B. FÁTIMA/ LAGOS 1, 3 E 4/NOVA ARAGUAÍNA/AV	01:20
	08:40	OESTE/VILA AZUL/ B. FÁTIMA/ LAGOS 1, 3 E 4/NOVA ARAGUAÍNA/AV	09:20	/SETOR OESTE/VILA AZUL/ B. FÁTIMA/ LAGOS 1, 3 E 4/NOVA ARAGUAÍNA/AV	01:20
	10:00	OESTE/VILA AZUL/ B. FÁTIMA/ LAGOS 1, 3 E 4/NOVA ARAGUAÍNA/AV	10:40	/SETOR OESTE/VILA AZUL/ B. FÁTIMA/ LAGOS 1, 3 E 4/NOVA ARAGUAÍNA/AV	01:20
	11:20	OESTE/VILA AZUL/ B. FÁTIMA/ LAGOS 1, 3 E 4/NOVA ARAGUAÍNA/AV	12:00	/SETOR OESTE/VILA AZUL/ B. FÁTIMA/ LAGOS 1, 3 E 4/NOVA ARAGUAÍNA/AV	01:20
	12:40	OESTE/VILA AZUL/ B. FÁTIMA/ LAGOS 1, 3 E 4/NOVA ARAGUAÍNA/AV	13:20	/SETOR OESTE/VILA AZUL/ B. FÁTIMA/ LAGOS 1, 3 E 4/NOVA ARAGUAÍNA/AV	01:20
	14:00	OESTE/VILA AZUL/ B. FÁTIMA/ LAGOS 1, 3 E 4/NOVA ARAGUAÍNA/AV	14:40	/SETOR OESTE/VILA AZUL/ B. FÁTIMA/ LAGOS 1, 3 E 4/NOVA ARAGUAÍNA/AV	01:20
	15:20	OESTE/VILA AZUL/ B. FÁTIMA/ LAGOS 1, 3 E 4/NOVA ARAGUAÍNA/AV	16:00	/SETOR OESTE/VILA AZUL/ B. FÁTIMA/ LAGOS 1, 3 E 4/NOVA ARAGUAÍNA/AV	01:20
	16:40	OESTE/VILA AZUL/ B. FÁTIMA/ LAGOS 1, 3 E 4/NOVA ARAGUAÍNA/AV	17:20	/SETOR OESTE/VILA AZUL/ B. FÁTIMA/ LAGOS 1, 3 E 4/NOVA ARAGUAÍNA/AV	01:20
	18:00	OESTE/VILA AZUL/ B. FÁTIMA/ LAGOS 1, 3 E 4/NOVA ARAGUAÍNA/AV	18:40	/SETOR OESTE/VILA AZUL/ B. FÁTIMA/ LAGOS 1, 3 E 4/NOVA ARAGUAÍNA/AV	01:20
	19:20	OESTE/VILA AZUL/ B. FÁTIMA/ LAGOS 1, 3 E 4/NOVA ARAGUAÍNA/AV	20:00	/SETOR OESTE/VILA AZUL/ B. FÁTIMA/ LAGOS 1, 3 E 4/NOVA ARAGUAÍNA/AV	01:20
	20:40	OESTE/VILA AZUL/ B. FÁTIMA/ LAGOS 1, 3 E 4/NOVA ARAGUAÍNA/AV	REC.		

Figura 3 – Tabela de horários do Transporte Coletivo (domingo e feriados)

Fonte: Almeida, 2022.

Conforme pode ser observado, as linhas de coletivo que atendem a zona sul da cidade de segunda a sexta e aos sábados pela manhã, fazem um trajeto que leva 40 minutos para completar toda a sua rota. Já no turno dos dias de sábado, domingos e feriados a realização de todo o trajeto (terminal, bairro e terminal) aumentam para 1 hora e 20 minutos. Observa-se também que um mesmo coletivo contempla vários bairros (setor Oeste, Vila Azul, Bairro de Fátima, Lago Azul I, III e IV e Nova Araguaína), o que acaba tornando esse trajeto ainda mais longo, demorado e cansativo para os passageiros.

Considerando que a distribuição socioespacial nesses setores é relativamente dispersa, maiores investimentos em Transporte Público poderão ser um dos melhores meios de promover condições de acesso à cidade para os moradores da região. Para tanto, é preciso atrair novas empresas para a cidade que concorram com a atuante, fomentando assim, a prestação de um serviço mais eficaz, de qualidade e que contemple toda população. Para Carvalho (2016), se o transporte coletivo beneficia a todos, principalmente os mais ricos (ex.: transportação dos trabalhadores e consumidores), todos deveriam pagar, inclusive os mais ricos – donos do capital. Os donos de imóveis inutilizados ou desocupados também devem contribuir com o financiamento do TP, já que seus imóveis são contemplados pelo serviço de transporte e utilizam desse benefício para levantar especulações sobre seus imóveis, tanto para processos de venda, quanto para aluguel.

Assim, o recolhimento de fundos para financiar o TP em Araguaína poderia ser arrecadado mediante a cobrança de taxas no IPTU (Imposto Predial sobre o Território Urbano) sobre aqueles imóveis beneficiados pelo TP.

A INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE URBANA DA REGIÃO SUL DE ARAGUAÍNA-TO

Na realização desse estudo observou-se um acentuado desenvolvimento no sistema de mobilidade urbana da zona sul de Araguaína-TO nos últimos anos. Entretanto, é notório que os principais avanços em mobilidade na região foram construções de vias (ruas pavimentadas) que acabam incentivando o uso de carros individuais, um dos produtos símbolo da ideologia capitalista pós-guerra fria.

O estudo foi feito principalmente através de observações na modificação da paisagem pela plataforma *Google Earth* e em visitas de campo.

Segundo Serpa (2013, p. 170): “A paisagem resulta de um processo de acumulação, mas é, ao mesmo tempo, contínua no espaço e no tempo, é uma sem ser totalizante, é composta, pois resulta sempre de uma mistura de tempos e objetos datados (...)”. Partindo das afirmações de Serpa (2013), fez-se a observação da paisagem visando identificar a disposição em mobilidade urbana e acessibilidade nos setores. Aspectos positivos e negativos foram analisados, pois conforme assevera Gehl (2013), o caminhar na paisagem urbana pode trazer aborrecimentos e dificuldades. Então foi de suma importância avaliar a qualidade em acessibilidade nesse recorte espacial através da observação da paisagem.

É interessante ressaltar que, essa observação foi feita em diferentes escalas, pois como assevera Maximiliano (2004), observar as variações de um determinado fenômeno em diferentes escalas é importante na pesquisa geográfica, pois facilita a hierarquização de classes de paisagem (Maximiliano, 2004).

Através da imagem da Figura 4 é possível observar que há 11 anos apenas os setores Nova Araguaína, Vila Xixébal e Bairro de Fátima eram povoados e que os residenciais do MCMV ainda não haviam sido construídos. Observam-se também poucos meios de acesso à cidade, visto que a Via Lago ainda não havia sido feita, apenas a ponte Lago Sul (construída entre o ano de 2011 e 2013) estava com a construção em andamento.

Conforme pode ser analisado na Figura 4, nenhum desses bairros apresentava ruas pavimentadas, então o acesso à cidade por esses moradores era bastante limitado e precário. Ou seja, antes a população dessa região só acessava o centro pela Rodovia Belém-Brasília / BR-153.

Atualmente, essa ponte ligada com a Avenida dos Administradores do Setor Jardim Paulista conecta os setores Lago Sul, Parque do Lago, Lago Azul, Nova Araguaína, Xixébal, Cidade Nova e demais setores da região ao centro da cidade.



Figura 4 – Início da Construção da Ponte Lago Sul

Fonte: Google Earth, 2022. Org. Almeida, 2022.

Somente após 3 anos é que se deu início a construção da ponte Via Lago. Com o início da construção dessa nova via, verifica-se que novas ruas foram abertas no espaço vazio que fica em frente ao lago (Figura - 5). Trata-se do Loteamento Mansões do Lago, que até os dias atuais está totalmente desocupado por moradores, apresentando somente 4 construções, sendo: um posto de gasolina, uma farmácia, uma lanchonete e um galpão construído em frente ao futuro *Shopping Lago Center* que está sendo construído ao lado do Complexo Poliesportivo Beira Lago.



Figura 5 – Construção da Via Lago em 2014

Fonte: Google Earth, 2022. Org. Almeida, 2022.

Observa-se que, mesmo após dois anos de construção da Via Lago o vazio urbano situado próximo ao lago continuou desocupado, bem como a área próxima a ponte do Lago Sul. Outra iniciativa intrigante foi a construção dos Residenciais Minha Casa Minha Vida em áreas descontínuas com a mancha urbana. São eles: Lago Azul III, inaugurado em 4 de janeiro de 2016 (Alcântara, 2016), Lago Azul I, inaugurado em 7 de outubro de 2016 (ASCOM /PMA, 2016) e Lago Azul IV inaugurado em 5 de janeiro de 2017 (Santos, 2016). Logo, a preservação do espaço vazio próximo ao lago revela que nessa região o processo de segregação foi promovido pelos próprios gestores da cidade. Algo mais curioso ainda é que na Figura 10 é possível observar que os residenciais Lago Azul III e IV foram assentados justamente próximos às nascentes dos afluentes do rio Lontra.



Figura 6 – Construção da Via Lago

Fonte: Google Earth, 2022. Org. Almeida, 2022.

Em 2015, a construção da Avenida do Comércio, que foi realizada pela imobiliária (Terrara Imóveis) responsável pelo loteamento Cidade Nova, favoreceu todo o percurso dos moradores dessa região, sobretudo os dos moradores da Vila Xixebal (Figura 7).



Figura 7 - Construção da Avenida do Comércio 2015

Fonte: Google Earth, 2022. Org. Almeida, 2022.

Com a previsão da instalação de 3 novos residenciais do programa MCMV, a prefeitura da cidade reservou uma área no centro desses setores para instalação de um Complexo de Equipamentos Públicos. Nesse conjunto há uma Escola de Ensino Fundamental, uma Creche Infantil, uma UBS (Unidade Básica de Saúde) e um CRAS (Centro de Recuperação e Assistência Social). A instalação desses equipamentos públicos foi de suma importância para os moradores dos bairros antigos (Vila Xixebal e Nova Araguaína), principalmente as escolas e a UBS, já que antes todas as famílias da Vila Xixebal precisavam se deslocar ou para o Bairro de Fátima ou Setor Nova Araguaína para ter acesso aos serviços de ensino e saúde, gerando superlotação nas UE e postos de saúde. Para o Bairro de Fátima, por exemplo, o percurso soma aproximadamente 1 km de distância.

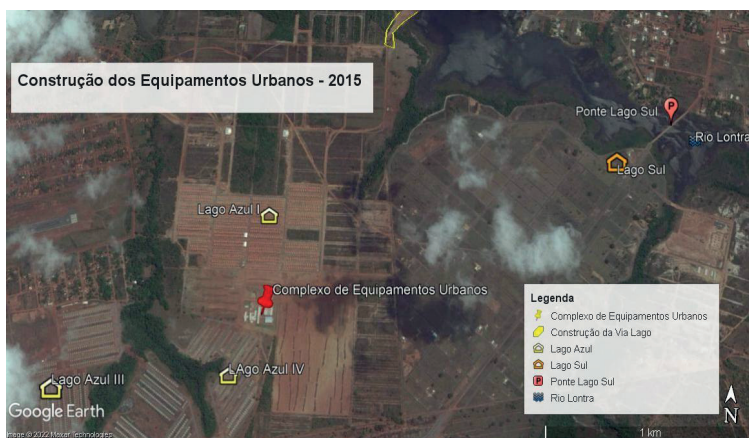


Figura 8 – Complexo de Equipamentos Públicos

Fonte: Google Earth, 2022. Org. Almeida, 2022.

Com a inauguração da Via Lago em 2017 (Araguaína Notícias, 2019) a rua aberta ainda em 2014, (na abertura das ruas do loteamento Mansões do Lago) passa a ser utilizada pelos moradores da zona sul como principal meio de acesso ao centro. No entanto, somente 4 (2021) anos depois essa rua recebeu serviços de pavimentação (Figura 9) e até os dias atuais encontra-se desprovida de iluminação.

Em dezembro de 2020, um complexo poliesportivo foi instalado próximo à via Lago. Segundo o antigo prefeito Ronaldo Dimas, o equipamento tinha como objetivo abranger toda a população da região sul da cidade. Todavia, não é acessível à população como deveria ser, pois a principal rua que dá acesso ao local é inviável para pedestres e sem iluminação no período noturno.



Figura 9 – Pavimentação da extensão da Via Lago

Fonte: Google Earth, 2022. Org. Almeida, 2022.

Quando se trata de povoamento e/ou ocupação humana, na Figura 10, observamos que após 10 anos houve um desenvolvimento significativo nessa região da cidade.

Mas, se tratando do sistema de mobilidade urbana, é notório que os meios de acesso ainda continuam limitados e precários. Como a extensão da Via Lago, por exemplo, via que dá acesso aos moradores do Lago Azul I, III e IV, bem como aos moradores dos demais setores da região sul ao centro comercial da cidade. Essa via apresenta mão única, é estreita, com baixo sistema de sinalização, nenhuma rampa para conter a velocidade dos veículos e, o mais expressivo é que, durante a noite essa via fica totalmente desprovida de iluminação.

Consequentemente a via é um canal perigoso, pois está localizada no centro de um

loteamento (Mansões do Lago) que teve a venda de lotes suspensa e que não apresenta nenhum indício de moradores ou habitações construídas.



Figura 10 – Conexão Lago III, I e IV

Fonte: Google Earth, 2022. Org. Almeida, 2022.

Em estudos de campo realizado no mês de novembro deste ano verificou-se que os vazios urbanos são elementos estruturadores do território e que dificultam a acessibilidade na região ao fragmentarem a mancha e gerarem medo aos moradores que perpassam por esses espaços no período noturno (Almeida, 2022). Em relação ao uso dos principais canais de acesso à região, é predominante o uso da Via Lago e da Avenida Dionísio Farias (rua do aeroporto).

Outro aspecto analisado no sistema de mobilidade urbana foram as calçadas dos residenciais MCMV. Conforme pode ser observado na Figura 11, a mobilidade dos pedestres e cadeirantes é bastante precária. Essa realidade apenas expressa a promoção de uma cidade excludente por parte do poder público, pois esses residenciais em apenas 5 anos de inauguração já apresentam ruas esburacadas e calçadas destruídas e sem nenhuma manutenção da prefeitura.



Figura 11 – Calçadas dos Residenciais MCMV

Fonte: Almeida, 2022.

Portanto, é notória a negligência do poder público com os moradores da zona sul de Araguaína. Pois, conforme apontado neste capítulo, os avanços na infraestrutura de mobilidade urbana foram mínimos e que os pedestres (maior parte da população da região) continuam desassistidos pelos gestores, em quesitos de meios dignos de locomoção e acessibilidade à cidade.

MOBILIDADE URBANA NEGADA, PRÁTICAS ESPACIAIS PRECÁRIAS E A CIDADE EXCLUDENTE

Na realização de pequenos trajetos em diferentes pontos da cidade é possível observar diversas disparidades sociais. Para tanto, esse exame da paisagem carece de um olhar sensível daquele que a observa, ou seja, do sujeito que contempla a paisagem. A paisagem urbana geralmente se encontra preenchida pela acumulação capitalista. Essa acumulação do capital pode ser analisada através da disposição dos elementos artificiais inseridos na paisagem, ou mais especificamente, através da presença de objetos, de técnicas das ações que ocorrem no espaço geográfico.

Partindo desse pressuposto, realizaram-se visitas *in loco* nos principais canais de conexão da região, com o intuito de analisar suas atuais condições de acessibilidade. Nos registros da Figura 12 é possível observar na fotografia A, a extensão da Via Lago, nota-se que é um canal estreito e desprovido de iluminação pública. À sua direita, os pedestres criaram alternativas abrindo um trieiro ao entorno da via para se deslocarem até a Via Lago e ou Beira Lago. A via é bastante estreita atendendo apenas ao fluxo de veículos,

motocicletas e bicicletas, que tem se intensificado cada vez mais devido ao aumento da população na região.

Através dessa iniciativa, observa-se que os moradores acabaram realizando uma forma de planejamento, que poderíamos, na falta de uma expressão melhor, chamar de espontânea (abertura do trieiro), através da criação de um novo itinerário que possibilita sua chegada até o complexo poliesportivo e, também, a Via Lago.

Por outro lado, a rua pavimentada se apresenta como um lugar de passagem, lugar de trânsito, lugar da não permanência e que acaba desestimulando as pessoas sem carro particular a irem à Via Lago, ou mesmo, no Campelo, o maior supermercado da região.

Assim, moradores dessas regiões transformam-se em “grupos estigmatizados”, os quais “são compelidos a modelar suas práticas espaciais, seja evitando sair de casa, especialmente no horário noturno, circunscrevendo no entorno de casa, nos bairros vizinhos ou buscando trajetos “seguros””, (Sodré, 2021, p. 25), que nesse caso, se traduz entre outras coisas, na abertura de trieiros.

A fotografia B representa a extensão da rua Paraguai, rua que liga o Lago Azul III e Vila Xixébal ao Parque do Lago – residencial onde está instalado o Complexo de Equipamentos Públicos. Entretanto, essa via também ainda não recebeu os serviços de iluminação pública. A fotografia C representa a Rua Senegal, localizada no Lago Azul IV, conforme pode ser visto, esse trecho que dá acesso a creche Elizabeth Alves Carvalho não foi contemplado com serviços de pavimentação, fator que interfere no trajeto dos alunos e das pessoas que se deslocam para o complexo de equipamentos públicos da região.

Por fim, a ilustração da fotografia D mostra o trecho entre o Lago Azul I e o setor Nova Araguaína. Essa rua existe desde 2015, quando iniciou a construção dos residenciais do programa MCMV, no entanto, até os dias atuais se encontra sem iluminação e pavimentação.



Figura 12 – Principais vias acesso aos setores da zona sul

Fonte: Almeida, 2022.

Nas ruas do setor Nova Araguaína temos outro exemplo de mobilidade urbana negada e precarizada. Pois a maioria das ruas do setor ainda não receberam pavimentação. Nas avenidas Astolfo Leão Borges e Alfredo Nasser no setor Nova Araguaína observa-se extensos espaços públicos vazios que poderiam ser aproveitados para a construção de espaços de lazer, por exemplo. Todavia, até hoje permanecem vazios, ou sendo utilizados para plantio por alguns moradores.



Figura 13 – Descarte de sucatas em Espaço Público ocioso no setor Nova Araguaína

Fonte: Almeida, 2022.

No estudo de campo, foram identificadas algumas práticas espaciais comuns aos moradores da região que, por sinal, são precárias e evidenciam a negação do direito à cidade a esses moradores da cidade. Práticas espaciais “são disputas pela apropriação de lugares e recursos escassos no espaço urbano” (Sodré, 2021, p. 19). Baseando-se ainda em Sodré (2021), que define as práticas espaciais em três categorias: primárias, secundárias e precárias, observou-se que na região sul de Araguaína-TO predominam práticas espaciais precárias. Logo, por meio dessa categoria (práticas espaciais) foi possível compreender melhor os conflitos e a produção do espaço urbano na região.

O processo de exclusão social nas cidades, não se limita apenas ao contexto periférico do espaço (território/perímetro) urbano. Para essa compreensão, é necessário analisar diferentes fatores que implicam nessa exclusão e negação de acessibilidade à cidade, em diferentes locais.

Para Souza (2013) a prática espacial se concretiza pela projeção sobre o terreno de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social. Logo, toda prática social é uma ação. Nessa dimensão socioespacial da cidade identificou-se diversas práticas sociais, inclusive algumas insurgentes, são elas: “territorialização em sentido estrito: “apropriação” e controle do espaço por meio ou com a ajuda da presença física; refuncionalização / reestruturação do espaço material; Ressignificação de lugares: a imagem dos lugares é, muitas vezes, disputada entre diferentes agentes; construção de circuitos econômicos alternativos (Souza, 2013, p. 250)”.

Essas práticas espaciais insurgentes são contrárias às práticas espaciais heterônomas –ações dos grupos hegemônicos do grande capital (Figura 13). Em outras palavras, são ações verticalizadas, iniciativas que negam a história do lugar através de intenções externas à realidade local. Vale ressaltar que, as práticas heterônomas e as práticas insurgentes estão lutando discursivamente sobre qual é o sentido de cidade, pois o espaço é campo de luta.

Conforme pode ser observado na Figura 13, mesmo com a instalação do complexo Poliesportivo Beira Lago e do Complexo Esportivo Xixébal as crianças e até mesmo os adultos optam por criar campos de futebol em espaços vazios desses setores. Ainda, segundo informações (coletadas no trabalho de campo) de moradores locais, o Complexo Esportivo Xixébal não é aberto para a comunidade e que, apesar de receber o nome em homenagem à vila, não contempla os moradores do local. Segundo informações, o local funciona como escolinha de futebol e para matricular as crianças da comunidade é preciso pagar. Assim, vemos a luta desses moradores, que apesar de serem excluídos desses locais que por direito deveriam ser acessíveis a eles criam novos meios de se divertir adaptando diferentes espaços.



Figura 14 – Práticas espaciais precárias

Fonte: Almeida, 2022.

Considerando que os principais meios de promover a mobilidade e o direito à cidade é através da construção de moradias, saneamento básico, ruas pavimentadas, calçadas largas e acessíveis (ex.: com rampas para cadeirantes), sinalização, ciclovias, vias para pedestres, transporte público, corredores para transporte público, metrô, espaços de esporte, cultura, o estudo realizado através dessa pesquisa apontou que há uma negação desse direito da população por parte do poder público.

Esse processo de negação em mobilidade e exclusão social teve sua origem pela própria iniciativa governamental em construir programas do MCMV em um local bastante afastado do centro comercial da cidade e dos principais espaços de lazer, sem fomentar uma maior distribuição das atividades econômicas pelo território, causando assim uma exclusão e negação do direito à cidade a toda a população contemplada pelo empreendimento. Além disso, conforme foi observado na Figura 11, os investimentos em infraestrutura de mobilidade urbana para pedestres, cadeirantes e, também, ciclistas ficaram em segundo plano por parte da construtora, pois o que se observa é que muitas calçadas já estão precárias, dificultando a locomoção das pessoas.

Essa fragmentação e exclusão social gera no sujeito a sensação de que a cidade não é para ele. Portanto, em suas ações cotidianas esse sujeito se apropria dos objetos técnicos disposto na região segundo a sua estratificação social e reproduz a sua prática espacial precária até se tornar um hábito. Nas palavras de Sodré, essas pessoas “(...)

experimentam (...), a presença objetiva da humilhação derivada de um habitus precário que os impossibilita de acessar e apropriar-se de diversos lugares de distinção” (Sodré, 2021, p. 25).

Diante do exposto, procurou-se demonstrar através dessa pesquisa que a precarização do sistema de mobilidade urbana da região sul revela uma cidade excludente que pouco se empenha em promover maior acessibilidade aos seus cidadãos e que prioriza e incentiva o uso de veículos individuais através da construção incessante de longas malhas viárias pela cidade.

Diante disso, questiona-se também a finalidade dos espaços públicos ociosos na região. Pois, uma vez que foram reservados para a construção de praças, parques, campos de futebol, academia ao ar livre, parques ecológicos, entre outros tipos de espaços públicos, já deveriam apresentar alguma utilidade para a população, o que foge da realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse estudo foi possível compreender que a análise da paisagem é fundamental na compreensão da produção capitalista da cidade. No estudo de campo, a plataforma digital *Google Earth* foi um dos recursos tecnológicos imprescindíveis na construção dessa pesquisa, pois proporcionou o acompanhamento da evolução de implantação em infraestruturas de mobilidade urbana nos setores estudados. Observou-se então que as melhorias no sistema de mobilidade urbana foram ocorrendo com o passar dos anos. Mas, o sistema de mobilidade urbana ainda é insuficiente quando comparado com a demanda da região.

É notório que, os maiores investimentos foram voltados para a construção de vias que acabam incentivando o uso do transporte individual. Portanto, para aqueles que têm o poder aquisitivo, aderir ao transporte individual é uma boa alternativa. Ou mesmo utilizar o transporte coletivo. Mas, nesse caso, os veículos são poucos e as linhas extensas, o que acaba tornando as viagens demoradas e cansativas.

Conforme demonstrado, muitos espaços vazios foram modificados pelos próprios moradores da região e hoje desempenham funções como lugar de prática de esporte. Essa prática espacial é comum na região, sobretudo na Vila Xixébal, Lago Azul I, III e IV, onde são encontrados vários campos de futebol improvisados. Além disso, esses hábitos revelam que, de fato, os complexos esportivos construídos próximos à Via Lago e Vila Xixébal não são acessíveis para a população. Do contrário, haveria uma maior utilização por parte desses moradores.

Portanto, houve diversos avanços no sistema de mobilidade urbana na região. Todavia, essas melhorias não atendem as perspectivas do público principal: famílias de

baixa renda.

Assim, conclui-se que essa região da cidade carece de maiores incentivos ao uso dos espaços esportivos. Como a realização de programações e eventos abertos voltados para o esporte, cultura e lazer nos complexos de esporte, por exemplo. Essas e outras, seriam iniciativas que demonstrariam que esses locais estão de fato acessíveis à população.

Outra possibilidade seria a construção de corredores de transportes, de ciclovias e vias para pedestres, incentivando a população periférica a se deslocar até os diferentes espaços da cidade. Essas iniciativas seriam medidas simples que dariam vitalidade a toda a região sul, ampliando os encontros sociais e possibilitando até mesmo a redução da insegurança urbana, produzindo desse modo, uma cidade mais acessível e inclusiva.

Em síntese, a desigualdade tanto no acesso aos serviços urbanos, quanto aos espaços de lazer são evidências de exclusão e imobilidade urbana. Da mesma forma, as práticas espaciais precárias, parte integrante desse fragmento da cidade de Araguaína, destacam-se como aspectos de negação do direito à cidade.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, F. *Famílias do Residencial Lago Azul 3 fazem mudança para casa própria*. Disponível em: Acesso em: 13 nov. 2022.

ALMEIDA, Tatiana do Carmo de. *Vazios urbanos como negócio imobiliário: planejamento e negação do direito à cidade na zona sul e sudeste de Araguaína-TO*. Monografia (licenciatura em Geografia) Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína, p. 81, 2022.

ARAGUAÍNA NOTÍCIAS. Inaugurada a dois anos, Via Lago ainda precisa de 1,6 milhão para ser concluída. Disponível em <<https://araguainanoticias.com.br/noticia/inaugurada-ha-dois-anos-via-lago-ainda-precisa-de-r-1-6-milhao-para-ser-concluida/20197>> acesso em 14 nov. 2022.

ASCOM, PREFEITURA DE ARAGUAÍNA. Prefeitura de Araguaína entrega 1.030 casas nesta sexta 7. 2016. Disponível em <https://gazetadocerrado.com.br/prefeitura-de-araguainaentrega-1-030-casas-na-proxima-sexta7/> Acesso em: 13 nov. 2022.

CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro de. *Desafios da mobilidade urbana no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2016.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Editora Ática, 1989. GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

IBGE. Cidades e Estados 2021. Disponível em <Araguaína (TO) | Cidades e Estados | IBGE>. Acesso em 09 dez. 2022.

IBGE. Cidades e Estados 2021. Disponível em <Palmas (TO) | Cidades e Estados | IBGE>. Acesso em 09 dez. 2022.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MAXIMILIANO, L. A. Considerações sobre o conceito de paisagem. *Revista RA'EGA*, Curitiba: Editora UFPR, n. 8, p. 83-91, 2004.

SODRÉ, Reges. Prática espacial, habitus e espaço urbano: ensaio de geografia da vida cotidiana, *Geopauta*, Vitória da Conquista. V. 5, n. 1, 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial*. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.

SERPA, Angelo. Paisagem, lugar e região: perspectivas teóricas-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. *GEOUSP – espaço e tempo*, São Paulo, n. 33, p. 168-185, 2013.

PORTAL FATOS E NOTÍCIAS, 2022. “Que saudade da Viação Lontra”, afirma Delmondes sobre transporte coletivo de Araguaína”. Disponível em <<https://www.portalfatosenoticias.com.br/que-saudade-da-viacao-lontra-afirma-delmondes-sobre-transporte-coletivo-de-araguaina/>> acesso em: 13 nov. 2022.

SANTOS, M. Casas do Residencial Lago Azul IV serão entregues em 5 de janeiro. Disponível em <<https://www.araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=not--noticias&id=2195>> Acesso em: 13 nov. 2022.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia. MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

RELAÇÃO CAMPO/CIDADE EM FACE DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL – TO

Data de aceite: 14/03/2023

Juliana Maria Araújo Alves

Universidade Federal do Tocantins

Orcid:

Alberto Pereira Lopes

Universidade Federal do Norte do

Tocantins

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0087-4504>

INTRODUÇÃO

A modernização agrícola no território brasileiro inicia-se em meados da década 1950, com a lógica da Revolução verde com os pacotes tecnológicos para aumentar a produção e a produtividade. Esse processo de modernização agrícola no território brasileiro foi idealizado a partir de modelos de modernização de outros países. Como a modernização o capital inserido no meio de produção possibilitou a inserção de novas tecnologias no campo aumentando a produtividade e lucratividade da produção. O capital possibilitou a expansão da produção transformando os espaços e intensificando

a modernização no território brasileiro.

A modernização proporcionou novas relações entre campo/cidade, criando novas formas de ocupação espacial e o novo modelo de produção, facilitando a expansão da relação de fluxos e ações com áreas distantes do campo. Nesse sentido, o objetivo deste presente trabalho é entender a relação campo/cidade a partir da modernização agrícola no município de Porto Nacional – TO. Para a consecução dos objetivos apresentados, encaminhou-se delineando o seguinte procedimento: a consolidação de um levantamento bibliográfico e revisão crítica da literatura científica que permitam analisar sobre as principais categorias e conceitos da pesquisa relativas a campo e cidade e modernização agrícola no município de Porto Nacional. O presente trabalho foi dividido em duas partes, a primeira abordando a questão do processo de modernização no campo brasileiro, e a segunda parte discute-se a modernização agrícola no município de

Porto Nacional e a relação dessa modernização com as relações campo / cidade.

Nesta perspectiva, a reestruturação produtiva criou novas relações entre campo/cidade e acelerou o processo de urbanização nessas áreas de produção. O período técnico- científico- informacional apresentou novas formas de ocupação espacial e o novo modelo de produção hegemônica, na qual esse período contribuiu para uma ruptura com a questão rural/urbano. O período técnico-científico-informacional favorece a expansão de objetos técnicos que criam fluxos e ações com outras áreas e intensifica o processo de modernização agrícola. Segundo Santos (2006, p.177), “as redes são formadas por troços, instalados em diversos momentos, diferentemente datados, muitos dos quais já não estão presentes na configuração atual e cuja substituição no território também se deu em momentos diversos”. Dessa forma, a expansão da modernização agrícola e a instalação de empresas agrícolas criam fluxos com outras áreas distantes formando redes de conexões.

O processo de modernização agrícola no município de Porto Nacional inicia-se em meados de 1960. As primeiras evidências da ocorrência com a instalação da Associação de Crédito Rural do Estado do GO (ACAR-GO), com o objetivo de prestar assistências técnicas aos agricultores e pecuaristas (Rocha, 2015). Em 1975 a associação foi substituída pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (EMATER-GO).

REFERENCIAL TEÓRICO

A modernização do campo no Brasil

A modernização agrícola no território brasileiro inicia-se em meados da década 1950, com a lógica da Revolução verde com os pacotes tecnológicos para aumentar a produção e a produtividade. Esse processo de modernização agrícola no território brasileiro foi idealizado a partir de modelos de modernização em meados das décadas de 1950 e 1960 com grande expansão para atingir a elevação da produção de alimentos. O Brasil é um país agroexportador desde o período da colonização brasileira e com a tentativa de aumentar a produtividade para exportação e ascender a balança comercial, por isso a necessidade do processo de modernização agrícola no território brasileiro. É importante destacar que a revolução verde tem sua fase pioneira a partir de países como México, Filipinas, Estados Unidos e Brasil com novas formas de produção baseada nos pacotes tecnológicos.

Sobre esse processo de modernização Foschiera (2005, p. 19) esclarece que “esse processo de mudança no modo de produção agrícola ocorre paulatinamente com a introdução de máquinas e implementos agrícolas, adubos químicos, defensivos agrícolas (hoje agrotóxicos) etc.”. A agricultura brasileira antes da modernização agrícola era praticada de forma tradicional, ou seja, dependia de processos naturais e pouco

manuseio de mão de obra, com inserção do capital na produção, aumenta-se as condições de sua produtividade e, por conseguinte, sua lucratividade (Foschiera, 2005).

Nessa acepção, a modernização tem grande relação com o capital inserido no campo, que possibilitou investimentos no modo de produção agrícola, aumentando a produtividade e o lucro da produção. {...}Esse modelo de produção que destaca o capital, é a principal variável produtiva, devido os investimentos para o aumento da produtividade e da lucratividade{...}. (Alves, 2021, p. 12).

O capital inserido no campo ocasionou transformação nas relações sociais de trabalho vigentes no campo, principalmente, a substituição da mão de obra por maquinários (Foschiera, 2005). Essa substituição ocorreu devido o avanço da tecnologia, a produção que dependia de fatores naturais e praticada de forma tradicional, passa há a denominar de modernização agrícola. A reestruturação agrícola ocorreu nos EUA com a integração tecnológica da indústria e agricultura no século XX, e no Brasil essa reestruturação intensificou-se após o governo brasileiro criar o Sistema de Crédito Rural.

[...] O governo precisava fornecer condições financeira para estimular os produtores a se adequar ao novo modelo de produção agrícola. Para colocar essa reestruturação agrícola em prática, o governo brasileiro organizou várias estruturas e, além do crédito rural, fortaleceu a extensão rural oficial, criou instituições de pesquisas agropecuárias, envolveu cooperativas agrícolas e Sindicatos de Trabalhadores Rurais[...] (Alves, 2021, p. 13).

Diante desse processo de modernização agrícola no território brasileiro ocasionou transformações nas relações sociais, principalmente, na questão de campo / cidade alterando a urbanização brasileira que a partir das décadas 1950 à 1980 o processo de urbanização no Brasil acentuou-se na região litorânea do Sul e Sudeste do país. Essas regiões se desenvolveram devido ao forte processo de industrialização nessas área. Alves (2021, p. 15) intitulou essas regiões de “regiões concentradas” que se desenvolveram ainda no período técnico-científico.

A urbanização interioriza no território brasileiro em meados da década 1980 com a expansão da produção agrícola brasileira para o Centro-Oeste do país. O novo modelo de produção capitalista proporciona o incremento de fixos no espaço, criando diversas redes de fluxos e acentuando as divisões de trabalho. Para Alves (2021, p.15), {...} o capitalismo e a presente divisão do trabalho foram agentes que contribuíram fortemente para ocupação periférica no país. Nas áreas ocupadas nesse momento teve-se facilidade para se reorganizar a produção e o território {...}.

Nesta acepção, a nova reorganização do modo de produção agrícola contribuiu para o crescimento da rede urbana no território brasileiro. A partir desse momento, segundo Elias e Pequeno (2007, p. 6), “é impossível continuar simplesmente dividindo o Brasil entre

urbano e rural. Mas em uma divisão entre o Brasil urbano com áreas agrícolas e um Brasil agrícola com áreas urbanas refletiria melhor a realidade contemporânea do país”. Para esses autores essa divisão explicaria melhor a ocupação do espaço geográfico dentro da reestruturação produtiva implementada no país.

A reestruturação produtiva criou novas relações entre campo/ cidade e acelerou o processo de urbanização nessas áreas. Para Marafon, Fortes e Seabra, essa reestruturação criou novos questionamentos sobre o rural/urbano,

[...] as questões “o que é campo/cidade?” e “o que é rural/urbano?” orientam estudos no ambiente acadêmico desde a constatação de que o paradigma dicotômico e a associação direta entre os pares – campo com o rural e cidade com o urbano – já não era suficiente para compreensão da dinâmica de reprodução espacial observado no que se entendiam anteriormente como estes ambientes [...] (Marafon; Forte; Seabra, 2019, p.155).

O período técnico-científico- informacional apresentou novas formas de ocupação espacial e o novo modelo de produção hegemônica. Esse período criou uma ruptura com a questão rural/urbano. O período técnico-científico-informacional favoreceu expansão de objetos técnicos que criam fluxos e ações com outras áreas. Para Santos (1994, p.139) o meio técnico-científico informacional “[...] é o momento no qual se constitui, sobre territórios cada vez mais vastos, o que se chamará de meio técnico-científico, isto é, o momento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência e técnica”.

Esses espaços vistos como áreas sem desenvolvimento, hoje devido a expansão das técnicas, não estão mais vinculados ao atraso. De acordo Marafon, Fortes e Seabra (2029, p. 155),

[...] o campo e a produção agrícola comungaram do mesmo significado durante várias décadas e, principalmente, de várias metodologias de estudo. Estudar o campo era, quase sempre, estudar os aspectos relacionados ao processo de produção de gêneros agrícolas e à distribuição desses produtos [...].

Essa divisão de campo/cidade e rural/urbano articula relações que transformam o espaço geográfico, contudo mantém traços específicos dessa área. Essas transformações se intensificam, após a tecnificação do campo que inseriu o capital no meio de produção e criou “novas formas de ocupação do espaço”, como destaca Woods (2005). Novas formas que refuncionalizam o espaço geográfico nas esferas campo/cidade formando novas relações sociais, mas não alterações nas particularidades desses espaços.

Dessa forma, todo esse processo de transformações nas relações campo / cidade que desencadeou a intensificação da urbanização brasileira que inicia-se nas regiões sul e sudeste vem se expandindo para porção da Amazônia brasileira. Os recentes marcos

de ocupação da Amazônia se referem a inserção do Tocantins na região delimitada de Amazônia Legal ocorre em 1953, quando o Tocantins pertencia ao norte do Goiás.

Essa delimitação da Amazônia Legal ocorreu inicialmente com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da região, na qual a economia estava estagnada em relação a outras regiões do país (Oliveira, 2021). Com o avanço da agricultura na região da Amazônia e, principalmente, no Tocantins é um desafio e precisa ser desenvolvido de forma planejada. O Tocantins é segundo estado da Amazônia Legal que mais produz soja.

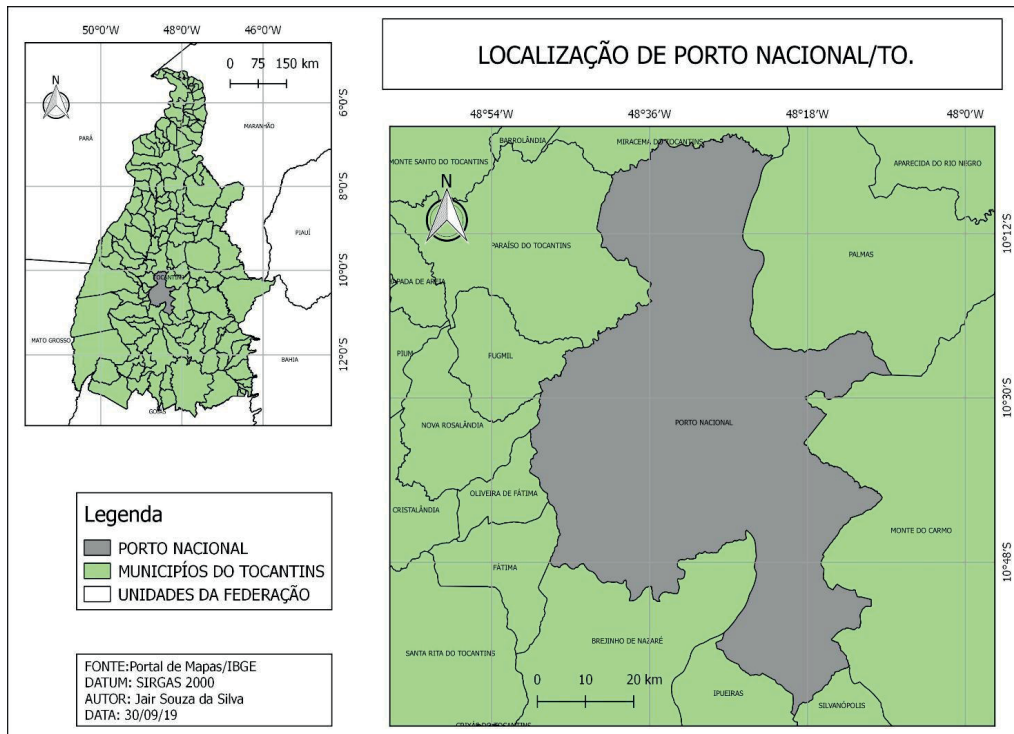
As novas regionalizações criadas em função do agronegócio globalizado foram denominadas por Elias (2015) de Regiões Produtivas do Agronegócio (RPAs), essa delimitação de Elias está inserida dentro da Amazônia Legal, pois abrange o estado do Tocantins. As RPAs formam redes agroindustriais propícias ao capital de empresas hegemônicas. São empresas que atuam como atores hegemônicos no território, sendo que as mesmas “são capazes de acionar as redes e utilizar todo o território global” (Alves, 2021, p. 19).

O agronegócio que está se expandindo na Amazônia Legal criando novas reorganização no espaço e transformações nas relações dentro das cidades e no campo. Essa região se adequa a essa nova lógica de produção e refuncionaliza suas estruturas para atender essa nova dinâmica econômica de desenvolvimento.

A expansão do agronegócio não ocorre em todo território da Amazônia Legal, devido este território ainda se encontrar no processo inicial da expansão da territorialização do capital para tal atividade. A Amazônia apresenta um papel importante para o mercado exportador, pois sua localização estratégica, próxima da Ásia pelo Canal do Panamá quanto, também, próxima da União Europeia. Dessa forma, a Amazônia se torna um território importante para exportação da soja.

Processo de modernização agrícola em Porto Nacional-TO

O município de Porto Nacional localiza-se na Região Geográfica Imediata de Porto Nacional que está inserida na Região Geográfica Intermediária de Palmas, conforme apresenta o Mapa 1. Segundo dados do IBGE (2021), Porto Nacional tem uma população estimada de 53.316 habitantes.



Mapas 1- Localização do Município de Porto Nacional

fonte:

O processo de modernização agrícola no município inicia-se em meados de 1960, e as primeiras evidências ocorreram com a instalação da Associação de Crédito Rural do Estado do GO (ACAR-GO), com o objetivo de prestar assistências técnicas aos agricultores e pecuaristas (Rocha, 2015). Em 1975 a associação foi substituída pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (EMATER-GO). Com a implantação da EMATER-GO o município ainda se encontrava no processo de transição da agricultura tradicional para agricultura modernizada. Nesse período a EMATER-GO possibilitou incentivos aos agricultores da região a produção de arroz para comercialização.

A comercialização do arroz na região imediata de Porto Nacional cresceu nesse período que ocasionou a expansão da Cooperativa Agropecuária Portuense Ltda. (Cappol), que garantiu ao município grande destaque com o cultivo e comercialização. Em 1978 a cooperativa constrói os primeiros silos de armazenamento da região (Rocha, 2015).

Segundo Reinaldo (2016), em 1980 a produção do arroz entra em decadência devido às dificuldades na produção de arroz, que foram apresentadas por Rocha destacando:

- a) rotação de variedades não era feita regularmente, ficando suscetíveis a pragas; b) a política de preço mínimo aplicada pelo Estado não cobria os custos de produção; c) pouca presença de empresas para comercialização da produção; d) dificuldade na aquisição de insumos e implementos agrícolas; e) falta de regulação de preços (Rocha, 2015, p. 75),

Dessa forma, inicia-se os primeiros cultivos de grão de soja na região imediata de Porto Nacional marcando a primeira expansão da soja na região. Uma nova expansão do grão ocorre já no século XXI no modelo neoliberalismo e Porto Nacional assume um papel de polo na nova dinâmica de produção capitalista (Alves, 2021).

Nesse sentido, o processo de modernização agrícola no município se desenvolveu ainda na lógica de complexo agroindustrial na década de 1960. A instalação da Associação de Crédito Rural do Estado de Goiás (ACAR-GO), contribuiu com assistência técnica para os produtores da região, que tinham como produto cultivado o arroz sequeiro, marcando a primeira fase do processo de modernização agrícola nessa região. A soja começou a ser cultivada no período de decadência do arroz e a Cooperativa Agropecuária Portuense Ltda (CAPPOL) foi a referência nesse período na região em comercialização do grão de soja.

Em 1980 essa expansão agrícola ocorre um retrocesso devido à crise da inflação. Já no século XXI em meados dos anos 2000 a expansão agrícola acelera novamente no modelo neoliberal. As empresas privadas e, principalmente empresas multinacionais começam a se instalar na região de Porto Nacional aumentando a produtividade e a expansão dessas áreas.

Apartir desse momento as relações campo e cidade ganham uma nova reorganização espacial e esse novo modelo de produção capitalista contribui para o processo de urbanização no território. A partir desse momento, segundo Elias e Pequeno (2007, p. 6), “é impossível continuar simplesmente dividindo o Brasil entre urbano e rural. Mas em uma divisão entre o Brasil urbano com áreas agrícolas e um Brasil agrícola com áreas urbanas refletiria melhor a realidade contemporânea do país”.

Para Reinaldo (2016) e Rocha (2015), essa nova expansão da soja teve grande influência de empresas privadas que se instalaram na região. Essas empresas trouxeram novas tecnologias para o manejo no campo. Os autores destacam algumas empresas como: Bunge Alimentos S/A, Multigrain S/A, Fiagril Ltda, Cargill Agrícola S/A e entre outras. A instalação dessas empresas teve influências do estado que incentivou a instalação das empresas privadas. As empresas proporcionaram a Porto Nacional e aos municípios vizinhos um crescimento econômico, devido às instalações de empresas ligadas a financiamento, industrialização e comercialização do grão.

Segundo Alves (2021), as empresas instaladas em Porto Nacional contribuíram para uma fluidez e criação de redes de conexões do agronegócio com áreas de municípios

circunvizinhos e outras regiões do território brasileiro. No quadro 1 apresenta-se empresas voltadas para o agronegócio instaladas no município de Porto Nacional destacadas por Alves (2021).

Nº	Empresas	Origem/ Fundação	Filiais	Atuação	Ano de Instalação no Brasil	Ano de Instalação e atuação em Porto Nacional	Países em que a empresa atua.
1	Cerradão Soluções Agrícolas	Fundada em Porto Nacional/TO em 2016	TO	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	Instalada no Brasil em 2016	2016	Não
2	Stara Evolução Constante	Fundada em 1960 com capital holandês e sede em Não- Me-Toque, Rio Grande do Sul	TO, RS e Argentina	Máquinas Agrícolas	Instalada no Brasil em 1960	SI*	Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia
3	Fortaleza Agrícola	Fundada em 2007 em Edéia Goiás	TO, PA e GO.	Mercado de distribuição de insumos agrícolas e assistência técnica	Instalada no Brasil em 2007	2017	Não
4	Sinagro	Fundada em 2001 em Goiás.	MT, MS, GO, MG, BA, TO, PA	Segmentos de defensivos, Fertilizantes, Sementes e originação de grãos	Instalada no Brasil em 2001.	2019	Não
5	Rural Brasil.	Fundada em 1987 em Jataí - GO, unidade que permanece como Matriz	PA, MA, TO, MG, MT, GO	Sementes, Adubo e Defensivos	Instalada no Brasil em 1987	2021	Não
6	Gransoja	Fundada em 2017	TO	Armazenamento, semestres	Instalada no Brasil em 2017.	SI	Não
7	Innovar Comercio de Defensivos Agrícolas LTDA	Fundada em 2005	TO	Sementes, defensivos	Instalada no Brasil em 2005	Instalação em 2005	Não

8	Syngenta	Fundada em 2000, Suíça	SP, MG, PR, MT, GO, DF, CE	Sementes, defensivos	Instalada no Brasil 2001	SI	Atua em 90 países
9	Uniaagro	Fundada em 2012 no Rio Grande do Sul	RS, BA, TO,	Defensivos, Sementes, Nutrição e Biológicos	Instalada no Brasil em 2012	Em 2016	Não
10	Jhon Deere	Fundada em 1837 no EUA	PA, TO,	Maquinas, Implementos Agrícolas e Equipamentos	Instalada no Brasil em 1979	SI	Estados Unidos, Canadá, México, Austrália, Inglaterra, França, Alemanha, Argentina, Luxemburgo e no Brasil
11	Simbiose	Fundada em 2007 em Cruz Alta - RS	RS, MS, PR, SC, MA, TO, SP, BA, MG, MT	Controle Biológico e Implementos	Instalada no Brasil em 2007	SI	Brasil, Paraguai e dois países Africanos
12	Sul Goiano Agronegócio LTDA	Fundada em 2007 em Goiatuba	RS, TO, GO	Nutrição Foliar e Defensivos	Instalada no Brasil em 2007	SI	Não
13	Porto Cereais	Fundada em 2015	TO	Sementes	Instalada em 2015	2015	Não
14	MOI Máquina e Implementos	Fundada em 1998 em Chapecó	SC, MT, TO	Máquinas e Implementos Agrícolas	Instalada no Brasil em 1998	Instalada em Porto Nacional em 2013	Não

Quadro 1 - Empresas Instaladas em Porto Nacional

Fonte: Organização: Juliana Alves, 2021]

Dados retirados dos sites das empresas

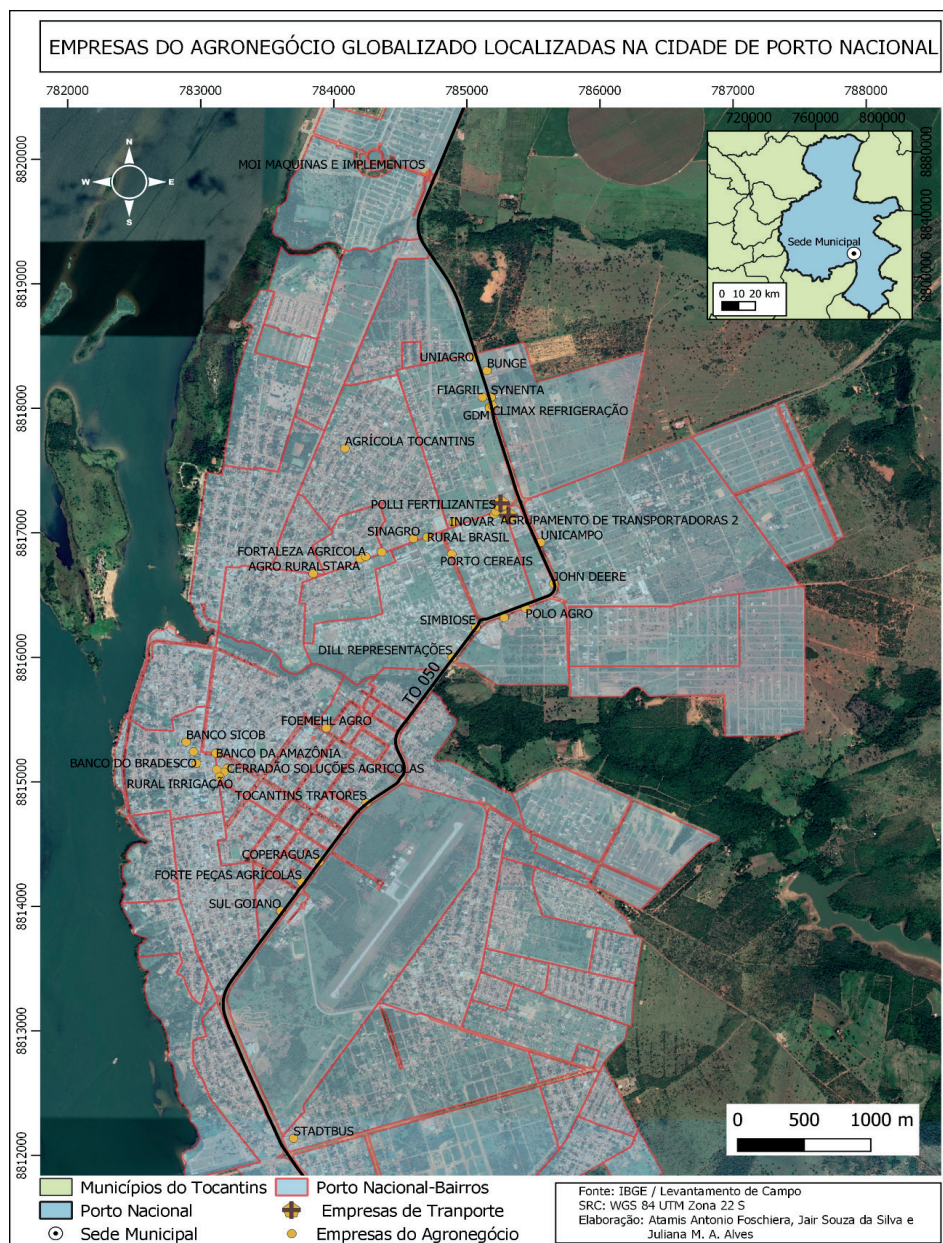
SI: Sem Informação

Alves (2021), identificou as empresas do agronegócio e caracterizou essas empresas de acordo com a escala de atuação das mesmas. Observa-se que a instalação dessas empresas teve uma aceleração a partir dos anos 2000, já no período do neoliberalismo e com o agronegócio globalizado vigente. Nessa acepção segundo a autora

Se instalaram em Porto Nacional empresas de capital internacional e nacional, bem como empresas formadas a partir da interação destes dois tipos de capitais. Ocorreu a instalação de empresas que já atuavam em outras regiões do Brasil em que o agronegócio globalizado estava consolidado, bem como empresas que se formaram no Tocantins ou em outras áreas do Cerrado onde o agronegócio globalizado está em consolidação. Cabe um destaca para empresa Tocantins Fertilizantes que conseguiu se expandir no agronegócio

globalizado especializando-se para outros estados brasileiros (Alves, 2021, p. 36).

Alves (2021), também identificou as áreas de concentração dessas empresas dentro do município, demonstrada no mapa abaixo.



Mapa 2- Especialização das Empresas do Agronegócio em Porto Nacional

Fonte: Organização: Alves, 2021

Essas empresas atuam especificamente em áreas como: logística; transportes; originação de grãos; comercialização de máquinas, implementos, fertilizantes, sementes, e outros insumos agrícolas; controle biológico; assistência técnica; armazenamento; financiamentos agrícolas; compra de produção agrícola; beneficiamento e esmagamento de grãos; entre outras.

Observa-se que as empresas estão concentradas ao longo da rodovia TO-50, próximo a saída da cidade em direção a capital do estado, Palmas. Outra área de concentração ocorre em torno da avenida Mundoca Aries e no centro da cidade, no qual identifica-se os bancos e cooperativas de financiamento. Essas empresas se encontram ao longo da rodovia para facilitar o deslocamento e transporte da soja para comercialização e exportação do produto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo analisar a relação campo /cidade e identificar as fases do processo de modernização agrícola no município de Porto Nacional. O processo de modernização agrícola no município se desenvolveu ainda na lógica de complexo agroindustrial na década de 1960. A instalação da Associação de Crédito Rural do Estado de Goiás (ACAR-GO), contribuiu com assistência técnica para os produtores da região, que tinha como produto cultivado o arroz sequeiro, marcando a primeira fase do processo de modernização agrícola nessa região. A soja começou a se cultivada no período de decadência do arroz e a Cooperativa Agropecuária Portuense Ltda (CAPPOL) foi a referência nesse período na região em comercialização do grão de soja.

Em 1980 essa expansão agrícola ocorre um retrocesso devido à crise da inflação. Já no século XXI em meados dos anos 2000 a expansão agrícola acelera novamente no modelo neoliberal. As empresas privadas e, principalmente empresas multinacionais começam a se instalar na região de Porto Nacional aumentando a produtividade e a expansão dessas áreas.

Apartir desse momento as relações campo e cidade ganham uma nova reorganização espacial e esse novo modelo de produção capitalista contribui para o processo de urbanização no território. A partir desse momento, segundo Elias e Pequeno (2007), dividir o Brasil em áreas urbanas e agrícolas expressa melhor a realidade do período técnico-científico-informacional vigente no país.

O Tocantins é o segundo estado da Amazônia Legal que mais produz soja. As novas regionalizações criadas em função do agronegócio globalizado foram denominadas por Elias (2015) de Regiões Produtivas do Agronegócio (RPAs), essa delimitação de Elias está inserida dentro da Amazônia Legal, pois abrange o estado do Tocantins. A Amazônia

apresenta um papel importante para o mercado exportador, pois sua localização estratégica é tanto próxima da Ásia pelo Canal do Panamá quanto, também, próxima da União Europeia. Dessa forma, a Amazônia se torna importante para exportação da soja.

Entre as empresas instaladas em Porto Nacional observa-se empresas de capital internacional e nacional, assim como empresas com interação destes dois tipos de capital. Pode-se destacar que boa parte das empresas relacionadas ao transporte estão concentradas na entrada da cidade sentido Palmas à Porto Nacional, entorno da rodovia TO- 050, na Avenida Mundoca Aires, empresas ligadas a comercialização, originação, armazenamento, assistência técnica e entre outros. E bancos e cooperativas relacionadas ao financiamento agrícola concentradas no centro do município de Porto Nacional. Foram encontradas 31 empresas no município, porém apenas 15 empresas foram encontradas com sites com as descrições das mesmas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Juliana Maria Araújo. *Espacialização de empresas do agronegócio globalizado em Porto Nacional*. Trabalho de Conclusão de Curso- TCC (Licenciatura em Geografia), colegiado de Geografia, UFT, Porto Nacional/ Universidade Federal do Tocantins, 2021.

ELIAS, Denise, Pequeno, Renato Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, vol. 9, núm. 1, maio, 2007, pp. 25-39 Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional Recife, Brasil

ELIAS, Denise: Reestruturação Produtiva da Agropecuária e Novas Regionalizações no Brasil. In. ALVES, V. E. L. (Org.). *Modernização e regionalização nos cerrados do Centro- Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste do Tocantins*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. Pág. Inicial-final do artigo.

FOSCHIERA, A. A. A Produção Agrícola no Brasil. *Interface*. Porto Nacional/TO, v. 2, p. 18-31, maio 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *População de Porto Nacional*. Fonte - <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/porto-nacional/panorama>. Acessado em 23/07/2021

MARAFON, Gláucio José, Fortes, Gabriel Bias, Seabra, Rogério. As relações campo/cidade e rural/ urbano no século XXI. In: Gláucio José Marafon, Marcelo Cervo Chelotti, Vera Lúcia Salazar Pessoa. *Temas em Geografia Rural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2019, p.155.

REINALDO, Thays L. *Fronteira e modernização agrícola na Amazônia leal: a experiência da Cooperativa Agropecuária Portuense LTDA - CAPPOL – Porto Nacional/TO: UFT*, 2016. (Dissertação)

ROCHA, Carlos Eduardo. *O processo de territorialização da agricultura moderna e expansão da produção de soja no município de Porto Nacional – TO*. Porto Nacional – TO: UFT, 2015. (Dissertação)

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos;)

WOODS, Michael. *Rural geography: processes, responses and experiences in rural restructuring*. Londres: *Sage Publications*, 2005

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA FARINHA DE MANDIOCA DO POVOADO FLORESTA, WANDERLÂNDIA - TOCANTINS

Data de aceite: 14/03/2023

Maria Alessandra Alves dos Santos

Universidade Federal do Tocantins
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7104-5546>

Eliseu Pereira de Brito

Universidade Federal do Norte do Tocantins
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2788-6636>

na década de 1950 com a chegada dos primeiros moradores ao local. Tratava-se de pessoas humildes, migrantes que buscavam na fronteira condições de se instalarem a fim de construírem suas moradias. É um povoado que fica no município de Wanderlândia, mas é em Araguaína que a população tem sua referência para atendimento em saúde, educação e comercialização de seus produtos.

Em se tratando da ocupação do lugar, pode-se afirmar que,

O povoado Floresta cresceu pela dinâmica proporcionada pela rodovia e pela organização da vida no campo. A disponibilidade de água e de terras foram elementos cruciais no processo de ocupação. (Santos, 2019, p. 17)

INTRODUÇÃO

Trata-se de um estudo de caso construído por meio de observações da produção e comercialização da farinha seca que acontece no povoado Floresta, município de Wanderlândia no norte do estado do Tocantins. Este povoado é um lugarejo criado nas margens da rodovia Belém-Brasília (antiga BR-14, atualmente BR-153) distante 5km da cidade de Araguaína. A população do local em sua maioria habita em casas construídas no entorno da rodovia.

O Povoado Floresta teve início

Em termos populacionais é pequeno e conta com limitada infraestrutura pública, está todo asfaltado, conta com um posto de saúde, uma escola que tem apenas o ensino fundamental, uma igreja católica e

duas evangélicas. Possui três restaurantes que na grande maioria é o ponto de parada dos caminhoneiros que transitam pela rodovia para fazer suas refeições. Neste local tem um centro de fabricação artesanal e comercialização da farinha e outros derivados da mandioca da região imediata de Araguaína.

Como forma de fazer a pesquisa construímos um trabalho com entrevistas com homens e mulheres do povoado. Este povoado atualmente conta com 15 casas de farinha e com a mão de obra de 60 mulheres na descasca de mandioca e 30 homens que fazem a torração da farinha, trabalhadores que não foram identificados em organizações de associações ou cooperativas.

O ponto de partida desta pesquisa foi em responder as seguintes indagações propostas no trabalho, a saber: Qual o papel do povoado na distribuição e produção de derivados de mandioca? Há uma construção e apropriação identitárias de descascadeira de mandioca na relação trabalho e gênero? Segundo Santos (2019, p. 12), trabalhando com outras indústrias de farinhas demonstrou que a distribuição social do trabalho se estabelece da seguinte forma: “- O trabalho é executado por 95% força braçal de mulheres e 5% de homens e consiste, principalmente, na descasca da mandioca para transformação em polvilho, tapioca e farinha” .

O objetivo almejado foi construir uma análise do modo de vida das descascadeiras de mandioca e o trabalho na plantação colheita, torração da farinha e distribuição da farinha para os comércios.

De modo geral, trata-se de um público com renda baixa, com pouca escolaridade e com trabalho sazonais dado ao período de maior e menor produção do fabrico da farinha. Uma produção que atrelada a demanda do fornecedor da mandioca e da demanda de vendas do produto.

Desse modo, torna-se importante identificar a divisão social do trabalho, assim como, o funcionamento da produção artesanal da farinha e seu processo de transformação e comercialização do produto direto ao consumidor ou “atravessador”, uma espécie de intermediário entre o produtor e o consumidor, Também objetivou-se construir um estudo que estivessem atentos aos impactos causados na vida destes sujeitos no processo de fabricação e comercialização da farinha e os derivados da mandioca.

Ao tratarmos sobre o povoado Floresta no que tange a produção e beneficiamento da mandioca, atualmente, este é um centro de distribuição da farinha no norte do Tocantins. É um lugar que se beneficia pela estratégia de localização as margens da rodovia Belém-Brasília, posição que o torna um nó na rede logística de transporte regional, facilitando o escoamento da produção, assim como, a drenagem da produção da mandioca para ele de lavouras do Bico do Papagaio, importante região produtora desta cultura.

Posto estes apontamentos iniciais, indicamos como questão central da pesquisa: Qual o papel do povoado na distribuição e produção de derivados de mandioca? Qual a organização social do trabalho na produção? Como as mulheres se organizam na produção? Qual o sentido do trabalho? Há uma identidade de descascadora de mandioca na relação trabalho e gênero?

O objetivo da pesquisa foi analisar a forma de produção da farinha no que tange a divisão social trabalho entre as descascadeiras de mandioca e no processo de torração e a comercialização da farinha. Portanto, esse estudo pauta-se na necessidade de conhecer e compreender o caminho percorrido desde trazer informações do trabalho fazendo uma relação da produção com participação das descascadeiras de mandioca e a comercialização para Araguaína e outras cidades.

Desse modo, a proposta apresentou um mapeamento dos locais da roça, das cascas e da fabricação da farinha com as descascadeiras de mandioca e refletiu sobre a divisão social do trabalho na fabricação da farinha no povoado Floresta.

O PERCURSO DA CATEGORIA MODO DE VIDA

Construímos uma leitura sobre o modo de vida como base teórica de sustentação da nossa pesquisa. A análise partiu de uma revisão em clássico e de teses e artigos que nos auxiliaram a entender o processo no estudo de caso que elaboramos. Segundo Passos (2017).

Segundo La Blache um gênero de vida constituído implica uma ação metódica e contínua que age fortemente sobre natureza agindo sobre a fisionomia das áreas" e suas categorias, dois gêneros mais evoluídos, podem expressar de forma clara esse conceito: o estado pastoril e o estado Agrícola. Esses dois seres tornaram-se socialmente muito diferentes- o direito para o territorial para outro essencialmente familiar-por um conjunto de hábitos e concepções surgidas primordialmente da diferença de gêneros de vida que praticam. (Passos, 2017, p.120)

Para o autor, o gênero de vida trata-se de uma ação contínua sobre o espaço, ações geradoras de formas de vida como pastoris e agrícolas. Mas,

Vale salientar que os gêneros de vida descritos por La Blache se referem a comunidades tradicionais existentes no início do século XX e descrevem sobre um aspecto geográfico a evolução do modo de vida espalhados pelo mundo. O autor retoma a ideia possibilista do homem se adaptar ao meio em função de suas necessidades, bem como, o clima tendo responsabilidade sobre a relação ao homem/meio de maneira que para ele a natureza viva fornecera, particularmente, possibilidades que serviram de normas a intervenção e ocasiões de iniciativas. (Passos, 2017, p. 123)

A possibilidade do homem de se adaptar ao meio para garantir sua sobrevivência é

sustentada por normas e iniciativas. Estas se diferenciam no espaço, pois,

Grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizadas tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos. (Diegues, 2000 apud Passos, 2017, p. 22)

Nos desdobramentos da vivência nos lugares que buscamos analisar nesta pesquisa, partimos do entendimento que o modo de vida traduz todo um movimento histórico de construção da vida das populações. O uso da terra para o plantio da mandioca, conforme relatórios do Seplan (www.sefaz.to.gov.br) os neossolos quartzarênicos, tem se adaptados bem e rendido importantes lucros tanto no passado com as populações nas frentes pioneiras de ocupação, como na atualidade, com populações de descascadeiras de mandioca.

O avanço tecnológico e a urbanização intensificados nas últimas décadas anunciam mudanças significativas no modo de vida de grande parte da população tocantinense. Tais mudanças são representadas, sobremaneira, pela modernização agropecuária que cada vez mais avança no território (Borges, 2000 apud Passos, 2017).

A tecnologia no cotidiano do campo do campo traz inovações e tem acelerado as desigualdades espaciais, o que produz fobia junto às comunidades tradicionais que temem pela permanência de suas culturas e vidas. Pois são pessoas que lutam pelos seus direitos de permanecer sobre o território, o que com tanta modernização passa a ser desvalorizado por muitos. Então, se cria necessidades de se adaptar a esse meio tecnológico que acontece inovação no meio industrial e no agropecuário. O que traz também a desigualdade de vida para essas comunidades.

Para tanto, é preciso que se faça reflexões sobre o papel da geografia no entendimento do impacto desse movimento nas comunidades. Vale ressaltar que partimos do princípio da categoria,

[...] populações, comunidades, povos, sociedades, culturas cada uma das quais tende a ser acompanhada por um dos seguintes adjetivos: tradicionais, autóctones, rurais, locais, residentes quilombolas e muitos tradicionais, autóctones, rurais, locais, residentes quilombolas e muitos outros. (Little, 2002 apud Passos, 2017, p. 02)

O modo de vida tem sido um elemento fundamental de identificação das comunidades, e isso não pode ser lido enquanto algo estático, antes, fluido, ou mesmo parafraseando Zygmunt Bauman, líquido. Uma variável dessa liquidez é o avanço do meio tecnológico que vem crescendo de forma acelerado, e produz um deslocamento da população mais

humilde, as mesmas se sente deslocada por não entender qual seu verdadeiro lugar no ambiente de vivência.

De fato, o que observamos trata-se de pessoas que buscam permanência de seus modos de vida como garantia à vida ou por consciência de que aquele estilo é sobrevivência, ou mesmo, por medo do novo, de suas interferência e mortes de sua cultura e conhecimentos.

Entretanto, não é exagero falar que essas pessoas são sofredoras, mas ao mesmo tempo são felizes porque elas fazem o que gostam, ou pelo menos aprenderam a gostar, já que elas não tiveram o direito de escolha, em muitas ocasiões, não tiveram oportunidade para desenvolver outro meio de sobrevivência. Logo, passa a entender que a única forma de fazer seus trabalhos bem feitos é gostando do que faz e, ainda lembrando, em muitos momentos, é a única forma de garantir o alimento na mesa e uma educação para seus filhos.

OS CAMINHOS DA PESQUISA

Este trabalho apresenta as vivências das pessoas do lugar chamado Floresta, foi uma pesquisa construída através de fontes primárias e secundárias com foco na discussão das informações sobre os modos de vida buscando explicar o mundo das mulheres descascadeiras de mandioca. O intuito desta pesquisa foi identificar e compreender o modo de vida das descascadeiras de mandioca, relacioná-las com as expectativas que essas mulheres ainda possuem em seu trabalho ou, até mesmo, para sua vida.

Foi também realizado um quadro da divisão de tarefas das famílias do povoado por meio de seleção de alguns entrevistados. Este mapa permitiu construir a divisão do trabalho na comunidade de descascadeiras de mandioca feito de acordo com a proposta em Verdejo (2006). Fizemos também um percurso sobre o papel que a rodovia Belém-Brasília exerce na região em Brito (2016; 2017), como linha que liga os principais centros de aglomerações urbanas, artéria primordial para o escoamento da produção da farinha de mandioca discutida neste trabalho.

As informações foram coletadas em campo por meio de entrevistas semiestruturadas, observando o perfil da mulher com o ofício de trabalho da descasca da mandioca. Buscamos identificar o público com jovens e terceira idade, afim de construir uma memória do lugar e a partir desta construção identificar o modo de vida enquanto produção do espaço geográfico.

Podemos então afirmar que a pesquisa buscou aplicar uma análise de um entendimento do modo de vida para construir formas de abordagens na interação pesquisa e aperfeiçoamento docente na prática do ensinar geografia. Criar novas ferramentas para o ensino de geografia é uma proposta inovadora.

TRATANDO SOBRE A DIVISÃO SOCIAL NA FABRICAÇÃO DA FARINHA

A pesquisa foi construída com bases primárias e secundárias em livros e em periódicos com temática trabalhada nesta pesquisa. O arcabouço destas leituras permitiu uma compreensão dos conceitos de trabalho, divisão social do trabalho e território, importantes para a leitura da ideia aqui proposta. Segundo Silva (1995),

Entretanto está aparente delimitação engessada de papéis e questionada por Cantarelli no Brasil, ao afirmar que mesmo havendo modelos ideias que tangem essa diferenciação de papéis, o dia -a- dia nem sempre permite a "[...] plena vivência idealizada da vida da vida masculina, voltada para produção no roçado como unidade de produção e a vida feminina, voltada para a vivência dos cuidados domésticos. Os membros das famílias na lida diária definem essas diferenciações sociais. Mesmo assim há consenso de que a denominada "conciliação entre tarefas domésticas e extra casa se intensificam e permanecem sob a responsabilidade das mulheres. (p. 56)

Neste sentido pode-se afirmar que há uma divisão de gênero de trabalho nas casas de farinha entre homens e mulheres. O homem está focado em cultivar a terra para o plantio, no cuidar e zelar da roça até chegar a colheita da mandioca. Nesse momento, as mulheres que são as descascadeiras de mandioca ficam com a tarefa de descascar a mandioca, de ralar para transformar em goma (massa) para ser peneirada depois. Porém, no momento da torração da farinha, o trabalho fica por conta do homem novamente, já que para mulher é um local muito quente à beira do forno que pode ocasionar problemas de saúde.

Assim, as mulheres além de trabalhar nas casas de farinhas são também responsáveis por todos os afazeres em sua casa e pela a educação dos seus filhos já que em grande maioria são as únicas provedoras de suas casas.

O perfil dessas mulheres, em sua maioria, são de que não teve a oportunidade de estudar e isso deve a vários fatores como ter que ajudar no sustento da família ou, porque o acesso à escola era muito distante de sua casa. Na maioria são mulheres que abandonaram seus sonhos, seus objetivos para trabalhar e que precisam trabalhar braçal com muitos esforços para sustentar a sua família.

Logo em seus cotidianos não muda quase nada já que no povoado não têm outras formas de renda, até porque as pessoas que tiveram oportunidade de estudar e se formar vão procurar trabalhos na cidade, e quem não estudou, só resta ir para as casas de farinhas e tentar tirar seu sustento. Em uma pesquisa realizada por Brito e Almeida (2018) sobre as quebradeiras de coco Babaçu no Bico do Papagaio, houve uma identificação da relação do trabalho de quebra de coco e da casca da mandioca, quase sempre nos lugares pesquisados são identificados pelos autores como trabalho realizado por mulheres pobres que trabalham em diárias e em sua maioria, são mantenedoras da renda de suas famílias.

Para Santos e Alves (2021), o trabalho da fabricação de farinha, quer na plantação da mandioca ou na fabricação da farinha na indústria, é um processo de permanências (mutáveis) do conhecimento de lidas com o solo e a técnica. Ao mesmo tempo, as autoras retratam estas permanências como construção identitárias territorial das comunidades rurais na Bahia.

Santos e Alves (2021) descreve a divisão de tarefas em uma fábrica de farinha e demonstra as realizadas por homens, por mulheres e por ambos os sexos. Algumas são específicas de homens como a torração da farinha, atividades que exigem muito esforço e exposição ao calor, que segundo seus entrevistados podem fazer mal a saúde das mulheres. Em outras atividades, são específicas para mulheres, caso descascar a mandioca. Sempre em forma de roda, as mulheres descascam a mandioca para ser ralada.

ATIVIDADES	Homem	Mulher	Filhos	Amigos
Planta a mandioca	X X X X			
Cuida da roça	X X XX		X	X
Colhe a mandioca	X X X		X	
Descasca a mandioca	X	X X X X	X	
Rala a mandioca		X XX		
Torra a farinha	X X		X X	X X
Vende a farinha	X X	X		
Mantém financeiramente a casa	X X	X X X X		

Quadro 1 - A organização do trabalho na fabricação da farinha
Fonte: os autores (abr. 2019)

Esse quadro tem como objetivo, explicar de como é feito a divisão de trabalho e da forma com que as descascadeiras de mandioca contribuem com despesas de casa, qual é o papel do homem, quando os filhos começam participar do trabalho e o momento que os amigos contribuem de alguma forma com essas atividades. Assim, a análise da rotina de

trabalho desses trabalhadores é dividida em várias etapas até que o produto possa chegar no mercado distribuidor e consumidor, ainda demonstrando que as descascadeiras além de fazer os afazeres de casa conseguem realizar várias funções nas casas de farinha para garantir a qualidade do produto fabricado. Portanto, mesmo com avanço da tecnologia nada pode substituir as qualidades de seus produtos que é realizado de forma artesanal com muita dedicação por parte das descascadeiras.

ENTRE A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA FARINHA

Segundo dados do IBGE (2021), em torno de 18 milhões de toneladas de farinhas foram produzidas no Brasil em 2020. A farinha de mandioca no Brasil é comercializada de maneira direta entre o produtor e o comprador, uma vez que, os vendedores são geralmente os próprios produtores, vendendo em feiras por quilos ou sacas de mais de trinta (30) quilos aos atravessadores. Por mais que não tenha uma única forma de fabricação de farinha, a de mão-de-obra familiar é a mais comercializada, sem participação empresarial formal e sem tecnologias avançadas na realização do produto final.

De acordo com Silva (1995, p. 4), atualmente no

Brasil não tem uma participação expressiva no mercado externo de mandioca, apesar de ser o principal produtor mundial. Toda a produção brasileira é consumida internamente. A produtividade é muito baixa, (em torno de 12 toneladas por hectare). São também altas as perdas na comercialização, devido à alta perfectibilidade do produto, que deve ser utilizado em 1 a 3 dias, após a colheita. A rápida deterioração da raiz não permite seu uso após este curto período.

Apesar da comercialização de farinha do povoado Floresta ser a grande responsável pelo abastecimento do comércio de grande parte do Bico do Papagaio e de outras regiões do Tocantins, ainda não tem um selo de qualidade ou identificação da mercadoria produzida neste povoado.

Sabe-se que a farinha é a grande responsável pela alimentação na mesa dos brasileiros, porém, ainda falta um reconhecimento dos compradores da farinha da qualidade de produção. Segundo Santos (2019, p.24),

é importante destacar o desejo dos trabalhadores de serem respeitados em suas profissões. E ainda, desejam uma flexibilidade de trabalho para que possam assim, ter mais tempo junto à familiar. Fica muito complexo definir como ser um bom trabalhador porque entender que o único beneficiado com todo esse avanço é sempre o empregador. Logo são pessoas que não podem expressar seus desejos de melhora por medo de perder seu emprego, em muitos casos por não saber fazer outra coisa ou então, por considerar que é uma tradição de família que jamais pode ser interrompida.

Neste sentido, há de se frisar que há uma demanda por trabalho braçal na produção

da farinha com uso da força de trabalho da família, que envolve o homem e a mulher e seus filhos. Por outro lado, dada a baixa inserção em setores empresariais, sem a criação de uma marca que demanda uma agregação de valor na farinha, os rendimentos não são limitados aos trabalhadores, em sua maioria, diaristas. É um trabalho que demanda esforço como pode ser retratado nas figuras abaixo.



Figura 1 – (A) Lida com a descasca da mandioca. (B) Armazenamento da mandioca para ralar.

Fonte: os autores, 2022.

Na primeira foto acima registrada vemos as descascadeiras em sua lida para elaboração da farinha de mandioca que vem ser a descasca, quase sempre feita por duas ou mais mulheres. A habilidade de descascar varia de acordo com o aperfeiçoamento das formas e técnicas adquiridas ao longo dos anos no labor do manuseio da faca e do ralo. Um ponto que pouco se discute é a saúde das mulheres diante do contato com a mandioca, principalmente da exposição ao ácido cianídrico. Devido a mandioca brava ter uma maior produtividade é mais usada do que a mandioca mansa no povoado em questão.

A próxima foto mostra o local em que depois de ter sido tirado a casca, a mandioca fica armazenada para a relação em baldes, tonéis, barris e dentre outros utensílios. Não são locais apropriados para o armazenamento, porém, por ser fabricação caseira não há grandes inovações para isso. Há de se frisar, que a grande produção do povoado é da farinha seca em detrimento da farinha de puba, que seu fabrico exige outras técnicas e

tempos na pré-produção.

Toda a preparação é feita de forma rápida e artesanal como pode ser constatado nas figuras abaixo.



Figura 2 – Prensa manual para o descanso da massa da mandioca.

Fonte: os autores, 2022.

O que representa as fotos superiores é a prensa que tira a água da massa para continuar a confecção da farinha de puba. A prensa artesanal não tem nada de alta tecnologia, mas, é de grande utilidade para que se consiga fabricar o produto final, uma vez que extrair somente a massa é necessário. A precisão dos grãos passará por peneiras (figuras abaixo) e artes nas torrações da farinha, atividades quase sempre executadas por homens.



Figura 3 – (A) Colcha de peneira manual. (B) Forno manual para a torração da farinha.

Fonte: os autores, 2022.

A peneiração é um dos processos na fabricação da farinha de mandioca, portanto, na foto 5 apresenta-se a concha de peneira onde as mulheres prensam a massa na concha para ficar de forma devidamente certa, ágil para pode ser colocada no forno para o término da elaboração.

A última foto exprime o forno manual que é a etapa final da fabricação da farinha, como já dito, os homens que ficam responsáveis nesta fase da confecção, pois, além do forno quente precisar de uma maior habilidade e força para torrar e não se queimar. Em pesquisas feitas em fábricas de farinha tem constatado que a quentura dos fornos é muito prejudicial para a saúde feminina e precisa ser evitada a exposição nesta etapa da fabricação do produto.

Segundo o primeiro entrevistado, o senhor Francisco (set. 2022), responsável por uma das casas de farinha que faz a comercialização para as cidades de Araguaína, Ribeira (Darcinópolis), Ananás e para o estado do Pará. Para ele, as farinhas fabricadas são de puba e seca, contudo, a de puba é a mais vendida.

Cada casa de farinha tem uma quantidade de farinha que é comercializada em casas que vendem de 20 a 40 sacos de farinha por semana, e tem outros produtores que produzem menos, faz de acordo com os contratos que são dois ou dez sacos por semana.

De acordo com a segunda entrevistada Joelma (set. 2022), descreve que a descasca de mandioca é um meio de sobrevivência, já que a descasca é o que predomina como trabalho no povoado Floresta. Ela fala que há uma identidade em relação ao trabalho de gênero, pois a mulher é responsável pela descasca da mandioca e a ralação da mandioca, e o homem, além de plantação, é quem traz a mandioca para os aviamentos e ainda faz a

prensa da massa, a torração e a comercialização.

RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO DE MULHERES E HOMENS NO TRABALHO DA COMERCIALIZAÇÃO DA FARINHA DE MANDIOCA

Para entender o papel dos homens ou das mulheres na elaboração da confecção da farinha de mandioca e da descasca, há uma tradição de família e uma transmissão de geração das habilidades e divisão social da lida com a farinha. O homem planta e cuida da roça para colheita da mandioca e na hora da torração eles voltam para o ponto de consumo da mercadoria. Para as mulheres, além de seus afazeres domésticos, é na descasca de mandioca e armazenamento para que possa ser transformada em produtos para ser comercializada no mercado e para a região próxima que expõem suas principais tarefas.

Fazendo um paralelo entre o trabalho da fabricação artesanal da farinha e os estudos da padaria realizado por Sennett (2015), essas pessoas são fortemente impedidas e impelidas a interpretar seu ofício como refletindo sobre si, como indivíduos devido o avanço tecnológico serem homens que se distinguem em seu trabalho, mais que não compreende como pode ser descartados ou melhor utilizado, valorizado de forma tão elevada deixando que as máquinas aproveitada até mais que seus trabalho braçal e, toda seu conhecimento passado de geração em geração e que, mesmo que tenham alguma qualificação, possam ficar as margens do trabalho, para prevenir que esses trabalhos exerçam da forma que foi repassado e memorizado para eles por anos.

Sendo assim, com as descascadeiras não é distinto porque são mulheres que aprenderam seu trabalho muito novas e também se reconhecem na sua profissão e na elaboração da farinha de mandioca. Mas, elas percebem que estão perdendo e deixando seu valor para a máquinas que produzem e fazem de forma mais momentânea aumentando a fabricação. Porém, não possui o carinho e a delicadeza que essas descascadeiras que por anos, vem exercendo isso, e que de alguma forma também contribui e coopera para que elas ganhem tão pouco, trazendo em algum momento a não decifração de seus trabalhos como um indivíduo deixando assim, cair no esquecimento de sua identidade como descascadeiras. Há de frisar também que a comercialização da farinha em barracas na beira da estrada é familiar e quase sempre o atendimento ao cliente é feito pela mulher. Na figura abaixo traz imagens da comercialização da farinha na rodovia.



Figura 4 – Barracas de vendas de farinha as margens da rodovia Belém-Brasília no povoado Floresta

Fonte: os autores (dez. 2022)

A falta de uma marca de farinha que amplie os mercados consumidores e agregue valor sobre a mercadoria ali produzida, cria na atividade artesanal uma perda de ganhos reais refletidos no preço da diária e do produto. Trata-se de mulheres que trabalham a semana com remuneração diária baixa. Não é possível mensurar o ganho mensal, pois o trabalho é temporário, artesanal, com poucas instalações industriais pequenas que comportam atividades temporárias de trabalho.

Há uma diversidade de modos de fazer a farinha e isso pode ser representado na figura 8 com três tipos de farinhas. A primeira de coloração marrom é a farinha de puba; a segunda de coloração branca é a farinha seca; e a terceira de coloração amarela é a farinha enriquecida com açafraão.



Figura 5 – Variedades de farinhas fabricadas e vendidas do povoado Floresta

Fonte: os autores (dez. 2022)

Estes são os três tipos de farinhas mais consumidas na região e sua produção se deve principalmente ao atendimento deste público consumidor tocantinense, maranhense e paraense. É uma farinha artesanal que não tem sobre ela nenhuma marca que possa agregar ao valor de exportação, nem as embalagens são identificadas com a origem de sua produção, ressaltando um desconhecimento do povoado e da sua produção de farinha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho acadêmico nos proporcionou olhar para um lugar em que há muitas descascadeiras de mandioca que são parte importante na fabricação e comercialização das farinhas seca e de puba do povoado pesquisado. Elas vivem em incoerências, uma vez que, elas se distinguem, porém, mesmo assim, ainda há preconceitos e desigualdade social da forma que remuneração e condição para exercer seu ofício.

A comercialização e fabricação da farinha é feita de forma manual e artesanal pelos moradores que tem como fonte de renda o que é feito e a vende. Muitos trabalham todo dia na colheita, na descasca, na torra e o que ganham fica abaixo de um salário mínimo,

o que impacta diretamente sobre a questão financeira destes trabalhadores da produção da farinha.

O que ressaltamos é que as descascadeiras que trabalha na fabricação, elaboração e comercialização da farinha no povoado Floresta desejam e anseiam serem reconhecidas e melhores remuneradas em seus trabalhos. Têm sonhos de ter uma vida digna e honesta, com isso, proporcionar um pouco de conforto adequado para sua família superando o passado sofrido em que várias gerações lutam por um espaço de melhoria, tanto no espaço de trabalho, quanto em relação às suas moradias no norte do Tocantins.

Wanderlândia é o município do Povoado Floresta, mas os moradores locais procuram na cidade de Araguaína melhorias de vida e bem-estar por estar mais próximo geograficamente ou até mesmo por sentirem um abandonado e desamparado pelo poder público de Wanderlândia que não fazem com que melhore as condições e formas de trabalho das descascadeiras e de quem fabrica a farinha que é o produto de maior valor no lugarejo.

Em suma, buscou acender uma reflexão sobre o modo de vida das pessoas que comercializam a farinha de mandioca, das descascadeiras e da população em geral, uma vez que ali há mulheres e homens que se identificam com o seu trabalho, visto que é a única forma de renda, sendo de extrema importância que elas sejam valorizadas. Vale ressaltar, que as entrevistadas se reconhecem como descascadeiras e destacam o seu desejo entre todas de igualdade de gênero entre mulheres e os homens; que melhorem suas condições e progressos de trabalho; e que compreendam o ofício das pessoas que fabricam e comercializam a farinha.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Wilma Melhorim. *Kalunga: identidades territoriais de um gênero de vida em transição nas terras do nordeste goiano*. 2014. 35 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal Goiás, Goiânia, 2014. Cap. 35.

BRITO, Eliseu Pereira de. La carretera Belén-Brasilia y la ocupación del territorio en el sudeste de la Amazonía Legal, Brasil. In: Alice Beuf, Patricia Rincón Avellaneda. (Org.). *Ordenar los territorios, perspectivas críticas desde América Latina*. 1ed. Bogotá - Colombia: U. de los Andes, 2017, v. , p. 219-238.

BRITO, Eliseu Pereira de; ALMEIDA, M. G. Sentido e organização do trabalho das quebradeiras de coco no Bico do Papagaio, Tocantins. *Geosul*, 32(63), 229-249, 2017. Acesso em: 09 jun. 2022.

BRITO, Eliseu Pereira de. *Itinerários de uma identidade territorial na invenção do ser tocaninense*. 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, IESA, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

HOLANDA, Aurélio Buarque de, FERREIRA, Marina Baird, ANJO, Margarida dos *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5.ed.curitiba positivo, 2010.

PASSOS, Claudio Roberto Farias. *Os Gêneros de vida na geografia humana*. 2017. 124 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2017. Cap. 123

SANTOS, Maria Alessandra Alves dos. *Um Olhar Geográfico sobre descascadeira de Mandioca do Povoado Floresta Wanderlândia/TO*. 2019. 26 p. (Categoria e área de concentração) - Universidade Federal do Tocantins Campus Universitário de Araguaína 2019.

SANTOS, Marisa Oliveira; ALVES, Ana Elizabeth Santos. Mundo Rural, Modo de vida e as memórias do processo de trabalho em Casas de Farinha. *GEOINGÁ: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia*, v. 13, p. 21-40, 2021.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

VERDEJO, Miguel Expósito. *Diagnóstico rural participativo: um guia Prático*. Brasília/DF: Ascar, 2006. 62 p.

O ASSENTAMENTO LUAR DO SERTÃO NA CIDADE DE ANANÁS-TO: DO TRABALHO ESCRAVO À REFORMA AGRÁRIA, NA PERSPECTIVA DO FUTURO DAS FAMÍLIAS PELA SOBREVIVÊNCIA

Data de aceite: 14/03/2023

Gleison Mourão da Silva

Universidade Federal do Tocantins

Alberto Pereira Lopes

Universidade Federal do Norte do
Tocantins

Orcid: 0000-0002-0087-4504

INTRODUÇÃO

Este trabalho estão contidos os resultados finais que obtivemos ao longo desse tempo de pesquisa que realizamos, por meio de trabalho in loco no Assentamento Luar do Sertão na cidade de Ananás – TO e também em laboratório, em relação às obras literárias para a fundamentação teórica. Assim, relataremos sobre as famílias assentadas no contexto do sentimento de realização em ter de fato um lugar de pertencimento, e a garantia de um futuro melhor. É na terra onde asseguram os recursos necessários para garantir a sobrevivência de suas famílias, e tudo que nela for produzido é para garantir um futuro

melhor e um aumento na renda das famílias que hoje se encontram trabalhando.

Portanto, com as discussões e análises feitas durante esse período, estas contribuíram sobre a questão agrária no Brasil, especificamente no Tocantins no contexto da reforma agrária com a criação dessas unidades de produção agrícola que são condições estruturais que garantem a vida no campo, pois não basta disponibilizar a terra, precisa-se dar condições aos trabalhadores, para que as famílias não percam o interesse pela terra, mas que possam ter perspectiva de um futuro melhor e uma vida mais digna.

O capítulo tem como objetivo analisar como se deu o retorno das famílias vítimas da escravidão por dívida a terra, onde estas foram contempladas pelo programa de reforma agrária por meio da criação do assentamento rural Luar do Sertão no município de Ananás-TO.

Dessa maneira, a criação do Assentamento Luar do Sertão é resultado

de muita batalha dos trabalhadores rurais e da Comissão Pastoral da Terra graças suas mobilizações, os seminários e reuniões, sobretudo a participação de projetos alternativos como a horta comunitária, desenvolvido pelo Centro de Direitos Humanos de Araguaína em inclusão dos trabalhadores que resultou na criação desse lugar em que todos tivessem direitos como: moradia, escola, produção e saúde. É nesse contexto que pesquisamos a luta e o resultado da criação do Assentamento Luar do Sertão no município de Ananás – TO.

O trabalho se divide da seguinte forma: o referencial teórico em que discutiremos as bases conceituais em relação à questão da terra, da reforma agrária no Brasil e sobretudo em relação à área de estudo. No segundo momento, a forma metodológica em que chegamos aos resultados. E os resultados e discussões, divididos em partes como: quem são os trabalhadores do assentamento Luar do sertão, buscando compreender a importância da reforma agrária para estas famílias; A segunda parte discutimos a importância da Comissão Pastoral da Terra- CPT, na criação e consolidação do assentamento; discutimos a vida cotidiana das famílias e o processo produtivo, além das medidas tomadas pelo INCRA para a permanência dos assentados na terra.

REFERENCIAL TEÓRICO

O assentamento Luar do Sertão é fruto da luta dos trabalhadores sem terra, e de entidades governamentais e não governamentais que têm um papel fundamental na organização do antes e depois da reforma agrária na perspectiva de novas estruturas produtivas no campo, mesmo que de uma forma elementar, fazendo surgir, assim, uma nova fase da questão agrária brasileira. As dificuldades de uma nova estrutura agrária são muitas, devido à concentração de terra estar nas mãos de empresários, fazendeiros, entre outros segmentos, que têm poder político no cenário desse país.

Os assentamentos rurais em sua grande maioria são frutos de intensas manifestações que começam desde o processo de desocupação das terras improdutivas ou semi-produtivas que estão nas mãos de grandes fazendeiros, produtores capitalista, latifundiários onde os mesmo usam do ócio da terra para lhe agregar valor financeiro dentro das especulações imobiliárias, aumentando assim o seu capital e a desigualdade social no campo, pois são poucos com muito e muitos com pouco.

Sendo assim, a terra é tida como privilégio para alguns, enquanto para outros é tida como necessidade de sobrevivência. De um lado, os acobertados pela lei, do outro, os explorados, os subjugados na persistência pelo direito e acesso à terra. Prado Júnior (1981, p.16) Coloca que “o virtual monopólio da terra, concentrada nas mãos de uma minoria de grandes proprietários, obriga a massa trabalhadora a buscar ocupação e sustento junto a

esses mesmos proprietários, empregando-se a serviço deles.” Tal realidade está inserida na estrutura espacial pautada no processo de globalização e desenvolvimento do processo do capitalismo os quais se expressam na concentração de riqueza e no aumento da miséria e assim se encontram alguns segmentos de trabalhadores do campo, que para sobreviver, se submetem ao trabalho de exploração imposta pelos latifundiários, como exemplo, os bóias-frias, os pequenos agricultores, os escravizados, como é o caso dos trabalhadores que estão no assentamento Luar do Sertão que foram submetidos antes da criação do assentamento ao trabalho escravo contemporâneo.

Atualmente o número de trabalho escravo por dívida em todo o estado é alarmante, de modo particular a presença de trabalhadores sendo escravizados em fazendas da região que é preocupante, o qual torna o Tocantins inserido dentro de um dos piores índices de trabalhadores vítimas da escravidão por dívida, segundo a CPT (2015). O processo de reforma agrária é importante para a criação e consolidação dos assentamentos que de certa maneira muda o cenário da vida dos trabalhadores em relação à precarização do trabalho e do trabalho escravo contemporâneo dos quais muitos foram submetidos. Com seus lotes adquiridos pelo processo de reforma agrária as famílias almejam um futuro mais digno na perspectiva produtiva e de renda.

Dessa maneira, as lutas enfrentadas na concretização dos assentamentos rurais no Brasil, ocasionada pela falta de uma reforma agrária, sobretudo eficiente em que atenderia as necessidades das famílias camponesas, não apenas na distribuição da terra, mas na garantia de direitos fundamentais para os trabalhadores camponeses. Assim o assentamento Luar do Sertão em Ananás-TO não difere dos diversos problemas enfrentados pelos demais assentamentos espalhados no Brasil que decorre de um processo lento para a criação e consolidação. O Assentamento luar do sertão na cidade de Ananás – TO, hoje mesmo com dificuldades garante uma esperança de um futuro melhor para as famílias assentadas.

Como afirma Lopes:

Na verdade, os personagens das frentes de luta pela apropriação da terra, constroem sua bandeira preconizada pela solução da reforma agrária, com o desenvolvimento no campo, para que não tenham apenas uma relação temporária com a terra. Essa concepção teve como consequência uma longa trajetória de lutas, de violências causadas pelos grandes proprietários, polícia militar, entre outros, mas também resultou em vitórias conquistadas no decorrer dessa jornada. (Lopes, 2009, p.118)

A região do Bico do Papagaio a qual a cidade de Ananás está inserida, pelo fato de ser cercada por uma grande extensão de terra adequada a prática da pecuária e agricultura, que contribui bastante para que o local tornasse palco de grandes conflitos pela posse da terra, envolvendo fazendeiros e posseiros.

Portanto, foi de grande relevância à batalha dos trabalhadores e de algumas

entidades como a Pastoral da Terra que também se esforçou muito através de mobilizações, seminários entre outros eventos que diante das necessidades das famílias em possuir um lugar para garantir renda sem se submeterem as práticas de trabalho degradantes em locais que não lhes pertencem. O resultado desses esforços é a consolidação do assentamento, onde todos possam ter direitos como: moradia, escola, produção e saúde. É nesse contexto que pesquisamos a luta e o resultado da formação do Assentamento Luar do Sertão no município de Ananás- TO, com o pertencimento de suas terras.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa se encaixa na classificação exploratória de natureza explicativa no aperfeiçoamento das ideias e de caráter qualitativo e quantitativo. Para Gil (2008), a pesquisa que se encaixa nesta classificação, aperfeiçoa-se as ideias, além de se utilizar do método dialético que é flexível no contexto das descobertas e dos resultados. É um método de investigação da realidade, é um método não absoluto.

Os instrumentos utilizados na pesquisa para obtermos os resultados alcançados foram estabelecidos por parâmetros de investigação por meio de técnicas que permitiu conhecer elementos para o campo de interesse. O primeiro passo foi à pesquisa bibliográfica sobre o tema que realizou - se o estudo, o que permitiu meios para explorar e buscar novas abordagens no embasamento teórico e histórico em relação ao problema abordado. As fontes bibliográficas serviram como base teórica na ótica do tema em estudo e partiu de periódicos, livros, teses, dissertações, publicações avulsas, endereços eletrônicos etc, que trouxeram estudos sobre a questão agrária e fundiária, os conflitos no campo, a reforma agrária, o trabalho escravo contemporâneo, as relações capitalistas e não capitalistas no campo, os camponeses etc, que nos permitiu trazer bases teóricas pertinentes ao objeto do trabalho, para chegarmos a um resultado consistente. Realizou-se coleta de dados no campo por meio da observação direta, por meio de roteiros de entrevistas aos trabalhadores assentados na região em estudo, como também a CPT e o INCRA, para analisarmos a vida no assentamento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quem são os trabalhadores do assentamento Luar do Sertão

Podemos afirmar que as famílias assentadas são pessoas de regiões próximas que após serem resgatadas vítimas da escravidão por dívida necessitavam de um lugar onde eles pudessem morar e trabalhar dando um sentido melhor para suas vidas na perspectiva

de um futuro mais próspero, assim evitando que mais uma vez pudessem ser envolvidos com falsas promessas de trabalho em fazendas e aliciados para o trabalho escravo.

De acordo com as entrevistas realizadas a campo a grande maioria desses trabalhadores não têm profissões além de serem lavradores, e sempre trabalharam em serviço rudimentar no campo, e necessitam de sua força braçal para conseguir seu sustento, com isso, estavam sempre à procura de trabalho em fazendas onde se tornavam vulneráveis às forças capitalista de produção que estão à procura de lucros a qualquer preço.

Por meio de estudos, podemos constatar que as instituições não governamentais, que também fizeram parte dessa pesquisa, realizam um trabalho de suma importância no que se refere às denúncias de trabalho escravo contemporâneo no estado do Tocantins, por mais que muitas vezes não tenha seu trabalho devidamente reconhecido, como no caso da Comissão Pastoral da Terra e ONG Repórter Brasil.

Assim sendo, por meio de dados colhidos em campo em relação aos trabalhadores que atualmente se encontram alocados no assentamento luar do sertão cerca de 70% são pessoas que já foram vítimas de trabalho escravo e sofreram diversos tipos de maus tratos, outras que não tinham onde morar associada com a falta de emprego, analfabetismo e poucas oportunidades de sobrevivência na cidade retornam ao campo na esperança de melhorar sua renda familiar, fazendo surgir uma perspectiva melhor para o futuro de suas famílias.

Portanto, a criação do assentamento foi de grande importância para receber esses trabalhadores e mostrar novos caminhos para a reforma agrária em nosso país, onde estes têm a oportunidade de trabalhar na terra, além de ter o pertencimento do lugar, e de novas relações de vizinhança e a realização do anseio de trabalhar com suas famílias em terras próprias.

Na Figura 1 apresenta a casa da Associação dos moradores do assentamento.



Figura 1 - Reunião com as famílias acampadas, hoje a associação do Assentamento

Fonte: Gleison Mourão, (set. 2016).

Vale ressaltar que o Estado não basta distribuir a terra, mas é necessário que crie condições para que os trabalhadores camponeses nela permaneçam e não perca o interesse pela a terra, assim como aconteceu, com uma parte significativa das primeiras famílias do assentamento, que relataram vários problemas de infraestrutura e falta de políticas públicas para permanecer no local. Porém em entrevista ao senhor José Mascarenhas, diretor chefe do INCRA unidade de Araguaína e responsável pelo assentamento aqui pesquisado relata que.

Ninguém quer passar por dificuldades e muito menos na roça e por achar que a vida na cidade é mais fácil, e por já ter conseguido um pedaço de terra acaba vendo nela a possibilidade de se fazer um dinheiro, e acaba vendendo essa terra de forma ilegalmente por 8 a 10 mil reais, algo que é ilegal. (JM, entrevista, julho 2017).

Diante dessas informações demonstra a prática comum de compra e venda de lotes em muitos assentamentos. Em relação ao Assentamento Luar do sertão argumenta:

Não é algo muito comum, pois ao receberem a terra já são alertados sobre isso, no assentamento Luar do Sertão ainda não tivemos relato de vendas, já houve caso de desistências de algumas famílias, que em seguida foi buscado na lista do sindicato dos trabalhadores da cidade o nome de outras famílias que estavam à espera por terra, onde essas passam a ocupar os lotes abandonados. (A escrita segue veementemente o vocabulário do entrevistado) (JM, entrevista, julho 2017).

Na última visita a campo em outubro de 2016 com o intuito de finalizar a pesquisa, encontramos alocadas no assentamento cerca de vinte e oito famílias, onde cerca 20%

já chegaram após a consolidação do assentamento. A partir do momento em que são contemplados com a reforma agrária, há de fato uma mudança bastante significativa em termos de vida dos trabalhadores.

Segundo relato de um morador:

Seria de grande importância um postinho de saúde aqui para atender a gente né, pois aí não precisaria ter que ir até a cidade por qualquer coisinha, às vezes temos que ir, por que uma criança adoece da barriga por água não é tratada, aí temos que pegar dinheiro emprestado e ir pra beira da estrada sendo que aqui podia ter um postinho, melhoraria nossa vida bastante né. (Entrevista morador, out. 2016).

O próprio lugar como pertencimento é um dos fatores primordiais, porque é a partir dele que surgem as novas possibilidades dos modos de vida com um futuro melhor para as famílias, como também um novo cotidiano estabelecido. Sendo assim “a realidade ordinária, cotidiana, que nasce no lugar e o constitui, feita de fatos e situações que mantém a vida, pode e é o que torna a cotidianidade um tema a se examinar, compreendendo o extraordinário no ordinário”. (DAMIANI, 2002, p. 164).

Após o anseio da conquista da terra ainda são muitos os desafios e incertezas, mais bem maiores são as expectativas que cercam essas famílias principalmente no que se refere ao modo de produção, pois essas pessoas sabem que tudo que produzirem será utilizado para melhoria da renda de cada família. O trabalho em conjunto das famílias é utilizado em algumas fases do processo produtivo, normalmente atividades que são comuns como, no preparo do solo, a adubação e na colheita, etc. Essa interação é muito importante entre as pessoas, para que elas se firmem no lugar e criem sua identidade local. Mas também é necessário que os órgãos responsáveis pela criação dos assentamentos deem condições como projetos de integração, com fomentos, construção de residências, posto de saúde, escolas etc. para que as famílias tenham uma melhor capacidade de organização e melhoria na qualidade de vida. Caso isto não aconteça, “a carência dos meios de trabalho pode fazer com que os assentados entrem num sistema que dê continuidade a sua pobreza” (Bergamasco, Sonia Maria, 1996, p.57).

A IMPORTÂNCIA DA (CPT) COMISSÃO DA PASTORAL DA TERRA, NA ORGANIZAÇÃO E CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO

Aqui trataremos de discutir sobre a relevância das organizações não governamentais vêm assumindo nesse país, onde é dever do Estado disponibilizar, fiscalizar e resguardar direitos aos trabalhadores. No entanto, de modo particular na criação do assentamento Luar do Sertão foi graças ao Centro de Direitos Humanos de Araguaína e a Comissão da Pastoral da Terra que estiveram presente em defesa dos trabalhadores, na luta pela reforma agrária.

O papel que vêm assumindo algumas entidades como a CPT e CDHA, mostra o quanto o Estado é falho na organização e distribuição das políticas públicas, diríamos lento e sem vontade política em resolver a estrutura fundiária, permanecendo o desmando e a expansão do latifúndio. (LOPES, 2009, p. 261)

De modo que é preciso evidenciar que o processo de criação do assentamento foi feito por meio das mobilizações da Comissão da Pastoral da Terra em conjunto com o Centro de Direitos Humanos de Araguaína (CDHA) e os trabalhadores rurais que foram fundamentais naquele momento. No assentamento através da organização dessas entidades foi criada uma associação que representa essas famílias assentadas, na qual lutaram junto com os trabalhadores por direitos para que se firmem no campo, como melhoramento da produção, além de criar projetos, como no caso um curso de apicultura que foi ministrado aos moradores.

Percebe-se o melhoramento da estrada que dá acesso ao local, o ônibus escolar que todos os dias buscam os alunos para levar até a escola, um caminhão que vai duas vezes por mês ao assentamento buscar as mercadorias que são produzidas para que esses pequenos produtores possam vender na cidade. Ao longo da pesquisa percebemos que a presença dessas organizações acaba sendo mais contínua e eficaz do que o próprio INCRA que é o órgão responsável legal do governo que deveria estar sempre atuante dentro dos assentamentos, e são ausentes como retrataram os trabalhadores entrevistados.

A vida cotidiana dos assentados e o processo produtivo

No assentamento podemos perceber que muitas das famílias vivem do plantio de mandioca, (conforme Figura 2) feijão, milho, banana, entre outros legumes, frutas, verduras e hortaliças, e criam animais como galinha, porco, patos, que são utilizados para o próprio consumo, e o excedente é vendido na cidade. Bem diferente das fazendas onde trabalhavam em que tudo que era produzido para os proprietários, além das longas jornadas de trabalho que essas pessoas eram submetidas.



Figura 2 - Plantação de mandioca pelas famílias como renda para sobrevivência.

Fonte: Gleison Mourão, (set. 2016)

Portanto, os assentados têm hoje a liberdade de trabalhar na terra como um lugar que lhes pertence fazendo com que os mesmos possam criar sua própria carga horária de trabalho e criando novas perspectivas para o aumento de sua produção, consequentemente melhorando suas condições de vida. Sendo assim, “é inegável, no entanto, que há nos assentamentos uma considerável melhoria na qualidade de vida dos seus participantes” (Bergamasco, 1996, p. 54).

Medidas tomadas pelo INCRA para garantir que os trabalhadores permaneçam na terra

O INCRA adota medidas desde o processo de criação até o de estruturação dos assentamentos, porém isso anda longe de ser o suficiente. Mas é preciso agir de forma imparcial na distribuição dos lotes e nos recursos destinados à formação do assentamento para garantir que não haja desigualdade e que as famílias não sejam prejudicadas. Essas medidas são tomadas a partir do processo de divisão dos lotes, onde divide de forma igualitária, tomado todo um cuidado para que a água que passa pelo o assentamento esteja acessível e contemple todos os lotes em alguma parte de suas extremidades. O incentivo a organização social e a vida comunitária se tornam a base de sustentação que o INCRA utiliza para garantir a harmonia e o companheirismo entre as famílias assentadas.

A estruturação do assentamento se dá a partir do momento que tenha condições de vida no local, e se concretiza no momento da permanência dos assentados, pois seria inviável morar num local onde o acesso é limitado, onde não é possível armazenar sua

produção, e o escoamento seja quase impossível, todas essas medidas são tomadas com cuidado para que não aconteça, nenhuma perda, fortalecendo a estrutura do local. A Figura 03 mostra ainda a falta de estrutura das residências.



Figura 3 - Residências das famílias do Assentamento Luar do Sertão

Fonte: Gleison Mourão, (set. 2016)

Segundo o senhor José Mascarenhas, diretor chefe do INCRA unidade de Araguaína e responsável pelo assentamento, as famílias cadastradas e regularizadas ainda esperam uma parcela que será paga em dinheiro, chamada de crédito habitacional no valor de R\$ 3.200,00 que servirá para ajudá-las na construção de casas mais dignas, esse crédito será pago diretamente através do Ministério da Habitação, porém sem data marcada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi construído com base nas literaturas consultadas no decorrer da pesquisa e principalmente com informações contidas na vida das famílias assentadas diretamente no assentamento que relatam suas experiências de vida, onde as mesmas se denominam felizes e realizadas em morar na própria terra, o que mostra a melhoria em suas vidas, após a consolidação do Assentamento Luar do Sertão. Desse modo apontamos a reforma agrária para resolver a maioria dos problemas atualmente encontrados no campo em todo o Brasil.

Com a criação do assentamento houve um aumento significativo na perspectiva de vida das famílias em relação ao seu futuro, pois estas sabem que tendo a terra como

pertencimento a produção é a garantia da própria sobrevivência. A agricultura é o primeiro passo para o desenvolvimento socioeconômico das famílias. As moradias ainda são precárias, no entanto, há uma grande esperança por parte dos assentados, em receber o crédito habitacional, onde ajudará na construção de casas mais dignas garantindo o conforto e o bem estar dessas famílias.

A associação é a principal responsável pelo desenvolvimento do assentamento, pois é através dela que os assentados se reúnem para cobrar melhorias na estrutura da unidade agrícola como, por exemplo, o posto de saúde que atualmente é colocado como essencial, para atender as necessidades básicas de saúde das famílias.

Outro fator relevante que os moradores colocam para a prefeitura ou o estado, poderia construir uma escola dentro do assentamento, assim evitaria que as crianças tivessem que acordar cedo para ir até a escola e não chegassem já cansadas para a aula, sem contar que algumas vezes o carro não vem buscar, provocando um atraso no conteúdo dos alunos. Portanto, muito ainda precisa ser feito em favor dessas famílias que estão vivendo através da agricultura familiar e que sofrem por diversos problemas enfrentados, porém não desistem e reconhecem que por dificuldades muito maiores já viveram, mas almejam um futuro melhor para os seus filhos.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, SONIA MARIA. *O que são Assentamentos Rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. *Direitos Humanos no Brasil 2004: Relatório da rede social de justiça e direitos humanos*. São Paulo, 2004.

BRASIL. *Plano do MDA/INCRA para a erradicação do trabalho escravo*. 2. Ed (Rev.). Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *II Plano Nacional para Erradicação do trabalho Escravo*. Brasília, SEDH, 2008.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. *Estatística do Trabalho Escravo no Brasil*. Campanha CPT – T.E. Janeiro, 2016.

DAMIANI, Amélia. O lugar e produção do cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani (org.) *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 2002.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOPES, A. P. *Escravidão por dívida no norte do estado do Tocantins: vidas fora do compasso*. 2009. 315f. Tese. (Doutorado em Ciências Humanas). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo. 2009.

MARTINS, J.de S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997

QUESTÃO AGRÁRIA E ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM REGIÕES PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO NO MATOPIBA

Data de aceite: 14/03/2023

Orimar Souza Santana Sobrinho

Universidade Federal do Norte do
Tocantins
<https://orcid.org/0000-0002-8378-1898>

Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Universidade de Brasília
<https://orcid.org/0000-0003-1815-8677>

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa as transformações ocorridas na estrutura fundiária de um recorte espacial específico no interior do MATOPIBA brasileiro, a Mesorregião Oriental do Tocantins e a Mesorregião Extremo Oeste Baiano. Nesta região, as transformações ocasionadas pela reestruturação da produção agropecuária vem alterando sobremaneira os espaços urbanos e rurais quase sempre em razão da modernização do modo de produção que prioriza a agricultura científica com melhoramento de sementes, correção do solo, produção de insumos e fertilizantes e, também na pecuária, quando modifica

o manejo dos rebanhos e altera a genética animal com rebatimentos na reprodução e adequação aos moldes do mercado consumidor globalizado.

É nossa hipótese geral que em alguns municípios da Mesorregião Extremo Oeste Baiano, as redes agroindustriais cristalizaram alto padrão de crescimento econômico e desenvolvimento social nas relações entre os lugares e a população. Diferentemente, a inexistências das redes agroindustriais do agronegócio e os constrangimentos naturais com baixa produção da agropecuária na maioria dos municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins, tem agravado as fracas possibilidades dos pequenos núcleos urbanos marcados pela ruralidade e população pouco densa, inibindo assim a presença das grandes empresas de capital transnacional que realizam a instrumentalização do território.

Portanto, é nosso objetivo comparar os dados do Censo Agropecuário de 2006

em relação ao Censo Agropecuário de 2017 para a Mesorregião Oriental do Tocantins e Mesorregião Extremo Oeste Baiano, no intuito de compreender a dinâmica no ordenamento territorial e na estrutura fundiária da região.

Precedido de revisão bibliográfica, os estudos de Elias (2006, 2011) e o relatório da CPT (2018) representam subsídio incondicional, para analisar as transformações ocorridas no recorte espacial da pesquisa tendo em vista que no primeiro caso, a autora problematiza, caracteriza e denomina Regiões Produtivas Agrícolas (RPA) e, no segundo caso, oferece as possibilidades para refletir sobre o mercado de terras na região do Matopiba.

Os dados foram selecionados de fontes secundárias, com prioridade o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de onde foram retiradas as bases cartográficas para elaboração dos cartogramas e extraídas as tabelas de dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017. Além das imagens obtidas por meio do Brasil em Relevo elaborado pela Embrapa. Por extensão, o tratamento dos dados permitiu a utilização dos mecanismos do ArcGIS versão 10.5, para elaboração dos cartogramas.

Este trabalho se divide em sete partes que dialogam a partir dessa introdução, em seguida aborda as condições e os meios para o aparecimento das regiões produtivas do agronegócio no Matopiba considerando, com prioridade, os estudos de Elias (2006, 2011), seguido da caracterização do próprio Matopiba e por conseguinte dos agentes sociais que podem participar nas transformações territoriais dessa região. Em seguida explicita-se os procedimentos metodológicos e apresenta-se os resultados e finalmente algumas considerações e as referências utilizadas na pesquisa.

REGIÕES PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO NO MATOPIBA

A partir da segunda metade do Século XX no Brasil, ganha destaque na produção agropecuária o uso de instrumentos e procedimentos técnicos mais sofisticados, visando intensificar e modernizar a estrutura produtiva no campo.

Os desdobramentos da modernização e reestruturação da produção agropecuária avançaram por diferentes lugares do território nacional em espaços considerados até então como reserva agrícola, sobretudo nas áreas de cerrado da região centro-oeste e mais recentemente nas regiões norte e nordeste do Brasil. Ademais, existe consenso na literatura que a reestruturação da produção agropecuária ocorre fundamentalmente via modernização dos meios de produção e subordinação do modo tradicional de produção, ocasionando o aprofundamento do processo de precarização das relações de trabalho tanto no campo quanto nas cidades.

Assim, o debate sobre a questão agrária no Brasil não deve prescindir do aparecimento do agronegócio como fenômeno indutor do processo de modernização

das ações e dos meios, que vem transformando os espaços urbanos e rurais no território nacional.

Por esta razão, a partir de 1957 nos Estados Unidos, após realizarem a análise sistêmica das relações entre os problemas da agricultura e de outros setores da indústria e do comércio, os economistas Ray Goldberg e John H. Davis passaram a usar o termo *Agribusiness* para se referirem a esse fenômeno novo. No Brasil, a partir da década 1990, aparece o termo “agronegócio” para designar a agricultura moderna, executada nos moldes capitalistas com a produção sistematicamente integrada por uma rede produtiva incluindo “indústrias processadoras, produtoras de insumos e os demais serviços necessários à efetivação de uma agricultura de grande escala”. Entretanto, essa noção de agronegócio somente passa a ser usada no meio acadêmico para se contrapor ao conceito de “agricultura familiar”, expresso no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996 (Pires, 2011, p. 2).

Por extensão, o conceito de agronegócio aparece com expressão usual a partir dos anos 1960-1970 quando o Estado implementou um novo sistema de crédito rural e aumentou investimentos nas atividades de pesquisa para a agropecuária, visando principalmente a inserção rápida do Brasil no sistema capitalista mundial. Ato contínuo, uma fração das classes dominantes no campo detentoras de poderes políticos e econômicos, engendrou a noção de modernização da agropecuária brasileira considerando a necessidade de realizar a sustentabilidade ambiental, desenvolver fontes renováveis de produção de energia, solucionar a fome no mundo a partir da produção de alimentos com adoção dos transgênicos e demais biotecnologias, dentre outras, sempre acompanhada de outra afirmação historicamente construída de que o “Brasil é o celeiro do mundo” (Pires, 2011, p. 14).

Entretanto, o discurso afirmativo do agronegócio como panaceia para os males do campo é propalado unicamente pelas elites agrárias, ligadas aos processos hegemônicos de modernização da agricultura brasileira e inserção do país nos circuitos superiores do capitalismo. Para um campesinato formado em meio a “processos de escravidão, extermínio indígena, deslocamentos forçados,” grilagem de terras e conflitos de muitas outras ordens, a noção do agronegócio aparece sempre acompanhado de uma imagem sombria de exclusão, supressão de direitos e sob o comando e ameaças de cativo ao patrão, “expropriador da terra e da força de trabalho” (Porro; Mecasche; Neto, 2014, p. 22).

Em seus estudos sobre as transformações ocorridas na atividade agropecuária no Brasil, nas últimas cinco décadas, Elias (2011) reflete sobre os profundos impactos na (re) organização do território brasileiro que resultam em novos arranjos territoriais e que a autora problematiza, caracteriza e denomina Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs). Portanto,

As RPAs são os novos arranjos territoriais produtivos totalmente associados ao agronegócio globalizado [...], são compostas tanto pelos espaços agrícolas como pelos urbanos escolhidos para receber os mais sólidos investimentos privados, formando os focos dinâmicos da economia agrária, [...]. Nas RPAs estão partes dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação (Santos, 1988) de importantes commodities. Logo, encontram-se sob o comando de grandes empresas, nacionais e multinacionais, as mesmas que estão à frente das redes agroindustriais globalizadas, representando lugares funcionais dessas (Elias, 2011, p. 155).

O aparecimento de diferentes arranjos territoriais agrícolas tem suas especificidades centradas na produção intensiva de soja nos cerrados nordestinos, inicialmente abrangendo o oeste da Bahia e, posteriormente estendendo para o sul do Maranhão e para o sul do Piauí. Para Elias (2006),

Este arranjo territorial produtivo compõe uma nova região de produção agrícola globalizada, cujos nexos organizacionais são comandados de forma oligopsônia pelas multinacionais Cargill e Bunge. A Bunge está instalada na cidade de Luís Eduardo Magalhães (BA) e no município de Uruçuí (PI), enquanto a primeira encontra-se no município de Barreiras (BA) Elias (2006, p. 41).

Nessa região, a expansão da agricultura científica e do agronegócio globalizado promovem o incremento da economia urbana, induzindo nova dinâmica ao consumo produtivo e à distribuição espacial da população. Neste sentido, a divisão territorial do trabalho agropecuário por meio das multinacionais do setor, atuam de maneira hegemônica na reestruturação da produção e do território com inúmeras consequências sobre os elementos sociais e técnicos da estrutura agrária, fundamentalmente no mercado imobiliário de terras agricultáveis, ou seja, originando novas especializações territoriais produtivas e acentuando uma extensa gama de desigualdades socioespaciais.

MATOPIBA: CARACTERIZAÇÃO DO RECORTE ESPACIAL DE ANÁLISE

Por um lado, o movimento de reestruturação da produção agropecuária brasileira via agronegócio estabeleceu estreitas relações com a expansão dos modernos sistemas de objetos e dos sistemas de ações preconizados por Santos (2006, p. 38-39), que fazem aparecer os novos circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação de importantes commodities agrícolas. Para o autor, os sistemas de objetos “condicionam a forma como se dão as ações” e essas se rearticulam para criar objetos novos ou remodelar objetos preexistentes, mais adequados ao seu funcionamento. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma por meio de um conjunto “indissociável, solidário e também contraditório,” de sistemas de objetos e sistemas de ações que devem ser considerados em seu conjunto.

Por outro lado, a criação e delimitação do Matopiba, ver Mapa 1, representa o esforço do Estado em favorecer os mercados via aparelhamento do território e, assim, viabilizar o plantio de soja nos espaços recém-abertos no território nacional, que até então compunham uma vasta extensão de áreas territoriais de reserva. Essa expressão designa uma “realidade geográfica” que recobre parcialmente os estados do Maranhão, Piauí, Bahia e a totalidade do Tocantins, caracterizado pela “expansão de uma fronteira agrícola baseada em tecnologias de alta produtividade” (Miranda; Magalhães; Carvalho, 2014, p.2).

Portanto, Matopiba é uma delimitação territorial criada por meio de um acordo de cooperação técnica, assinado em 2014 por diferentes ministérios e agências federais, para delimitar uma área em potencial para a expansão agrícola em uma região frequentemente descrita pelo governo como “a última fronteira agrícola do mundo”. Por meio do DECRETO Nº 8.447, de 6 de maio de 2015, o governo federal criou a região especial do Matopiba e lançou o Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do Matopiba, destinando ao desenvolvimento de atividades de agropecuária e mineração na região. A região do Matopiba faz parte do bioma do Cerrado (CPT, 2018 p. 22).

A equipe técnica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que elaborou a delimitação do Matopiba afirma que as alterações no uso e ocupação das terras nessa região, se devem a mudanças no uso e na condição fundiária das terras, diferentemente do processo de expansão da agricultura na “calha sul da Amazônia, nas décadas de 1970 e 1980, marcado pelo desmatamento”. Para os autores, no Matopiba

As pastagens nativas extensivas e tradicionais, em áreas de campos e cerrados, são substituídas por culturas anuais intensificadas com novas tecnologias de produção, incluindo a irrigação (Miranda; Magalhães; Carvalho, 2014, p. 2).

E, destacam ainda que a velocidade das mudanças no uso e ocupação das terras no oeste baiano entre 1985 e 2010 produziu uma dinâmica nova, que transformou áreas urbanas em polos de “desenvolvimento”. Entretanto, nesse caso, parece mais apropriada a expressão “crescimento econômico” pois os autores afirmam que esse movimento se materializa com a “chegada de indústrias e serviços integrados na montante e na jusante da produção agropecuária” (Miranda; Magalhães; Carvalho, 2014, p. 2).

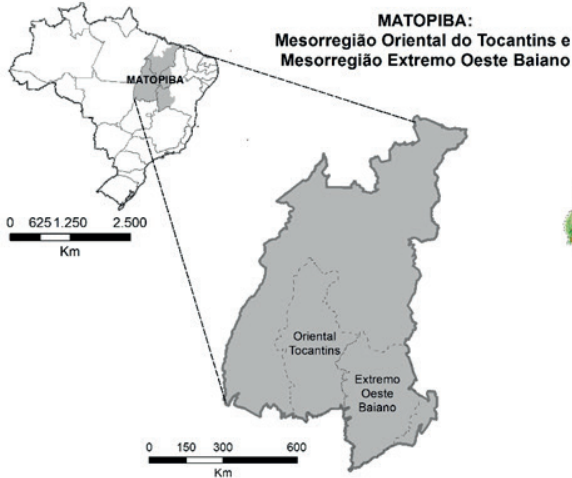
O caso em tela pode revelar a formação de Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs) conforme estudado por Elias (2011, p. 154) pois, envolve áreas importantes de quatro Estados onde a reestruturação produtiva da agropecuária brasileira é um dos processos que promovem a total remodelação do território e a reorganização de um novo sistema urbano e regional.

Em sua gênese, a reestruturação da produção agropecuária via modernização dos objetos técnicos na Mesorregião Oriental do Tocantins e na Mesorregião Extremo

Oeste Baiano dá origem a um novo sistema de ações, imprescindíveis ao funcionamento desse movimento recente. Paralelamente, o consumo produtivo do agronegócio originou especializações territoriais cada vez mais expressivas nos espaços urbanos e rurais dessa região.

Nesse contexto, importa salientar que o Tocantins é novo, mas sua história é antiga e muitas vezes aparece opaca em relação ao Estado de Goiás do qual foi desmembrado. Sua criação e delimitação recentes, por meio da Constituição Federal de 1988 não apaga as marcas da ocupação circunstancial desse amplo território, assentada na descoberta de aluviões auríferos cuja exaustão induzia constantes mudanças para outros pontos onde aflorassem novas oportunidades de extração. Esta peculiaridade forjou o caráter descontínuo de seu povoamento, ajudado pelo trabalho missionário, que nessa ocasião também articulava a ocupação e o povoamento fundando aldeamentos indígenas, que muitas vezes evoluíram para formação de núcleos urbanos.

Localização do Matopiba no Brasil



Mesorregiões Oriental do Tocantins e Extremo Oeste Baiano



POSGEA - UnB
Sist. Coord. SIRGAS. DATUM: SIRGAS 2000
Fonte: IBGE 2015, Embrapa 2014
Elab.: SANTANA SOBRINHO, O.S. 2018

Mapa 1 - Localização da Mesorregião Oriental do Tocantins e da Mesorregião Extremo Oeste Baiano.

Fonte: Elaboração própria.

Na Mesorregião Oriental do Tocantins, a exploração aurífera do Século XVIII foi sucedida pela pecuária extensiva e se fortaleceu como atividade que contribuiu para as

descontinuidades espaciais que se desdobram na rede urbana e na distribuição espacial da população. Ainda hoje, nessa região, persiste a dificuldade de acesso e a fragilidade do sistema viário pouco desenvolvido e até pouco tempo atrás servido por estradas quase sempre sem pavimentação. A rede urbana rarefeita e desarticulada dificulta a integração espacial onde a instalação da cidade de Palmas, capital do Estado foi preconizada pelas elites políticas e econômicas como um centro irradiador de modernidade e desenvolvimento, principalmente para essa região do Novo Estado. A mesorregião oriental do Tocantins é integrada por três microrregiões, a saber: Porto Nacional, Jalapão e Dianópolis totalizando 46 municípios (IBGE, 1990a., p. 122).

Vis-à-vis, a frágil estrutura regional do extremo oeste baiano até os anos 1960 era caracterizada pelo IBGE (1990b) pela distribuição espacial da população com baixas densidades e grandes estabelecimentos rurais de pecuária extensiva com pequena produção agrícola de alimentos. As precárias condições da rede de energia, telecomunicações e viária aprofundava o isolamento da região.

Visando romper a situação pouco dinâmica dessa região o Estado aciona os instrumentos que realizam a ampliação da rede viária do país e inicia a construção da BR-242 (Barreiras- Salvador) que em Barreiras se conecta à BR-020 (Brasília-Fortaleza), rompendo o isolamento crônico dessa região. Ademais, os fluxos migratórios que para cá acorreram a partir da década de 1980 principalmente do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, somados àqueles oriundos de outras regiões do país induziram a modernização das práticas agrícolas e da pecuária, motivados pelas facilidades de aquisição de terras a baixo preço para o plantio de grãos, melhorias genéticas e no manejo dos rebanhos. A mesorregião Extremo Oeste baiano é composta por (IBGE, 1990b, p. 271-272. Haesbaert, 1997. p. 19).

Gestadas em processos diferenciados de ocupação e povoamento, a Mesorregião Oriental do Tocantins e a Mesorregião Extremo Oeste Baiano apresentam visíveis contradições em seu contexto urbano e rural.

AGENTES SOCIAIS, ESTRUTURA FUNDIÁRIA E SOBERANIA TERRITORIAL

Existe razoável contribuição na literatura que caracteriza e tipifica os agentes modeladores do espaço e quase sempre são denominados “agentes sociais” que transformam e produzem o espaço urbano (Bahiana, 1978; Corrêa, 1989; Harvey, 1973; Vasconcelos, 1997). Entretanto, os agentes sociais “que fazem e refazem a cidade” caracterizados por Correa (1989) que são: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos permitem compreender a natureza e as ações

que parte desses agentes empreendem nos espaços urbanos e rurais do recorte espacial desta pesquisa. Dentre todos, merece destaque os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e o Estado, como agentes ligados às transformações ocorridas nos espaços urbanos e rurais da região de análise.

A reestruturação produtiva da agropecuária no Brasil tem relação direta com a difusão da agricultura científica; melhoramento genético e manejo dos rebanhos; territorialização do capital no campo, via grandes empresas multinacionais que passam a dominar a produção, comercialização e o financiamento além de outros mecanismos do Mercado que materializam as ações e procedimentos relacionados ao “agronegócio”.

Neste sentido, para analisar as transformações mais recentes ocorridas nos espaços urbanos e rurais da região em tela, importa destacar os agentes sociais caracterizados por Correa (1989). Para o autor os “agentes sociais são concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato”. Portanto, a ação desses agentes é complexa em razão da dinâmica de acumulação capitalista, às mudanças próprias de reprodução das relações de produção que fazem emergir os conflitos de classe. Ademais, as ações desses agentes se reproduzem dentro de marcos legais e instrumentos jurídicos defensores do agente dominante, muitas vezes permitindo que haja transgressões em seus benefícios.

A concepção de (Correa, 1989, p. 16) se refere aos proprietários fundiários de terras da periferia urbana e que se interessam principalmente na obtenção de maior renda fundiária de suas propriedades “interessando-se em que essas tenham o uso que seja o mais remunerador possível”. Neste caso, atuam sempre na instância municipal exercendo pressão sobre a gestão na elaboração de marcos legais sobre o ordenamento e uso do solo urbano.

Quando trata da terra rural ou da estrutura fundiária de determinado lugar ou região, Elias (2011) destaca a significativa mudança das formas de uso e ocupação do espaço agrícola, com forte substituição da produção de alimentos pela produção de *commodities* e também sobre o acirramento da privatização do acesso à terra e à água, dois dos fatores principais de produção para a agropecuária. O baixo preço da terra é um dos fatores atrativos das novas Regiões Produtivas Agrícolas. Entretanto, a intensificação do valor de troca em detrimento do valor de uso vem promovendo um crescimento geométrico do preço desta.

Portanto, o problema de conhecer e definir Regiões Produtivas Agrícolas na concepção de Elias (2011), implica em compreender onde se localizam e porque aparecem como são hoje; como evolui a realidade regional produtiva até então, considerando o conjuntos das possibilidades e dos impedimentos acumulados no tempo histórico da

região, que materializam como resultado de processos produtivos novos e, finalmente, os novos arranjos territoriais resultantes. Nesse sentido, para apreender a realidade das RPAs é importante reconhecer eixos norteadores dos procedimentos metodológicos indicados pela autora:

Eixo 1 – uso e ocupação do espaço agrário; Eixo 2 – ramos industriais representativos das redes agroindustriais; Eixo 3 – economia urbana; Eixo 4 – mercado de trabalho e dinâmica populacional; Eixo 5 – infraestrutura e equipamentos urbanos. (Elias, 2011, p. 164 com grifos nossos).

Assim, “os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos” indicados por Correa (1989), podem ser associados ao conteúdo do Eixo 1 e do Eixo 4 indicados por Elias (2011), que se refere respectivamente ao uso e ocupação do espaço agrário e ao mercado de trabalho e dinâmica populacional do recorte espacial analisado aqui.

Além disso, o estudo recente na região do Matopiba realizado para Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2018), mostra que

324 mil estabelecimentos agropecuários, em uma área de 34 milhões de hectares, 36% tinham área menor que 10 ha (área média de 2 ha) e ocupavam apenas 0,7% da área da região (246 mil hectares). [...] Por fim, 4% deles tinham mais de 500 há e ocupavam 63% da área. [...] O mesmo Censo mostra que pequenos e médios agricultores produzem por volta de 70% dos alimentos para os mercados internos (CPT, 2018, p. 24).

Importa destacar de acordo com o documento em tela que a expansão da fronteira agrícola sobre o Cerrado brasileiro que começou na década de 1950 induziu permanentemente a especulação de terras na região e continuou, mesmo após o fim do boom das commodities e da queda de seus preços no mercado mundial, devido à crise financeira de 2007/2008. Ademais, o documento informa que em um estudo da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, mesmo em um contexto de queda dos preços no mercado internacional de commodities nos últimos anos, o preço das terras continuou a subir na região do Matopiba, estimulando ainda mais a apropriação de terras e a expropriação de camponeses. Com uma diferença cada vez maior entre o preço das commodities e o preço das terras, a terra tem sido, em muitos casos, um negócio mais lucrativo que a produção agropecuária.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Santos (1985, p. 75), pode-se afirmar que nas transformações do espaço, o Estado e o Mercado figuram como um “par dialético” formando “dois subsistemas”, que em conjunto possibilitam compreender os processos espaciais e os agentes que operam

sistematicamente o aparelhamento do território, transformando a vida das populações e as relações existentes entre as cidades de determinado lugar ou região. Por extensão, Santos (2006, p. 38) adverte que o espaço é formado por um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações”, que não devem ser considerados isoladamente, mas observando o tempo histórico em que transformam a realidade espacial dos lugares.

Os estudos de Elias (2006, 2011) e o relatório da CPT (2018) representam subsídio incondicional, para analisar as transformações ocorridas no recorte espacial da pesquisa tendo em vista que no primeiro caso, autora problematiza, caracteriza e denomina Regiões Produtivas Agrícolas (RPA) e, no segundo caso, oferece as possibilidades para refletir sobre o mercado de terras na região do Matopiba.

Os dados foram selecionados de fontes secundárias, com prioridade o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de onde foram retiradas as bases cartográficas para elaboração dos cartogramas e extraídas as tabelas de dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017. Além das imagens obtidas por meio do Brasil em Relevo elaborado pela Embrapa.

Por extensão, o tratamento dos dados permitiu a utilização dos mecanismos do ArcGIS versão 10.5, para elaboração dos cartogramas.

ALGUNS RESULTADOS

Pelo exposto, pode-se inferir que o Estado e o Mercado realizam o aparelhamento do território por meio dos sistemas de objetos que condicionam o aparecimento das ações e, esse sistema de ações pode levar à criação de objetos novos ou realizar-se sobre objetos preexistentes. Desse contexto emerge um conjunto de forças e variáveis, que servem de ferramentas analíticas definidoras de situações, capazes de oferecer um caminho de interpretação para as transformações territoriais e suas implicações, tal como pretende-se examinar nas comparações entre a Mesorregião Oriental do Tocantins e a Mesorregião Extremo Oeste Baiano.

No que tange ao porte demográfico das cidades da tabela 1, merece destacar as visíveis diferenças entre as duas regiões no período analisado. Enquanto do lado tocantinense se dá a preponderância de municípios com população de até 5.000 habitantes (mais de 60% do total de 46 municípios), entre 2000/2010, observa-se transformações pouco expressivas nos limiares superiores entre os dois períodos analisados, sendo que do lado baiano a grande maioria dos municípios aparecem com população concentrada 10.000 e 40.000 habitantes.

Porte Demográfico			MESORREGIÃO ORIENTAL TOCANTINS			MESORREGIÃO EXTREMO OESTE BAIANO		
	2000		2010		2000		2010	
	Nº Mun.	% Total	Nº Mun.	% Total	Nº Mun.	% Total	Nº Mun.	% Total
Até 5.000 Habitantes	29	63,4	28	60,86	2	8,33	1	4,16
Entre 5.001 e 10.000	10	21,73	9	19,56	2	8,33	2	8,33
Entre 10.001 e 40.000	5	10,86	6	13,04	18	75,00	18	75,00
Entre 40.001 e 70.000	1	2,17	2	4,34	1	4,16	2	8,33
Acima de 70.000	1	2,17	1	2,17	1	4,16	1	4,16
Total	46	100	46	100	24	100	24	100,00

Tabela 1: Porte Demográfico dos Municípios - 2000/2010

Fonte: IBGE-Censo Demográfico 2000 e 2010. Amostra-características gerais da população

Depreende-se, portanto, que cada uma das cidades sede desses municípios exerce influência considerável no seu entorno, possivelmente em razão da natureza e do alcance dos equipamentos que possui e dos bens e serviços centrais que oferece à população. Além disso, o expressivo volume populacional total sempre superior a 110.000 habitantes aparece em todas as microrregiões da Tabela 2. Entretanto, o maior destaque fica com a Microrregião de Barreiras, onde a cidade sede do município de mesmo nome assume o comando da rede urbana que é composta ainda por outros municípios de grande importância regional, como Luiz Eduardo Magalhães.

Vale destacar que diferentemente do Tocantins, com 46 municípios, na Mesorregião Extremo Oeste Baiano com apenas 24 municípios o significativo volume populacional distribui-se espacialmente diferenciado entre as áreas urbanas e rurais, com expressiva concentração de população nas áreas rurais dos municípios. Enquanto no Tocantins a taxa de urbanização entre 2000/2010 é de respectivamente 74 e 82%, na Bahia, essa taxa é de 53 e 61% no mesmo período.

Por esta razão, pode-se afirmar que na Bahia, no período analisado 2000/2010, o maior volume populacional concentrado nas áreas agrícolas parece ter contribuído para o suprimento e formação de mão-de-obra qualificada para as atividades da agropecuária moderna; concentração/distribuição de recursos financeiros, técnicos e operacionais; consolidação de instrumentos jurídicos, de insumos, de máquinas, de assistência técnica etc., reunindo assim as condições bastante favoráveis ao aparecimento das Cidades do Agronegócio e a formação das Regiões Produtivas Agrícolas. Já na Mesorregião Oriental do Tocantins no mesmo período ocorre situação inversa com expressivo volume

populacional concentrado nas áreas urbanas, e, apenas a Microrregião do Jalapão que ainda concentrava menor volume de população urbana em 2000, altera significativamente sua estrutura demográfica com mais da metade da população passando a residir na área urbana das sedes dos municípios no final do período analisado (2010).

MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS		2000			2010			
	Pop. Total	Pop. Urb.	Pop. Rural	Taxa. Urb.(%)	Pop. Total	Pop. Urb.	Pop. Rural	Taxa. Urb.(%)
MICRORREGIÕES DO TOCANTINS								
DIANÓPOLIS	112.172	67.463	44.709	60	118.110	84.081	34.029	71
JALAPÃO	62.310	27.359	34.951	44	71.925	40.737	31.188	57
P. NACIONAL	218.656	195.850	22.806	90	322.824	295.078	27.746	91
TOCANTINS	393.138	290.672	102.466	74	512.859	419.896	92.963	82
MICRORREGIÕES DA BAHIA								
BARREIRAS	206.331	146.126	60.205	71	286.118	216.095	70.023	76
COTEGIPE	110.839	40.517	70.322	37	114.824	47.795	67.029	42
S. M. da VITÓRIA	178.546	77.247	101.299	43	178.311	87.470	90.841	49
BAHIA	495.716	263.890	231.826	53	579.253	351.360	227.893	61

Tabela 2: TOCANTINS E BAHIA: origem da população 2000/2010

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010. Amostra-características gerais da população

Pelo exposto, a Mesorregião Extremo Oeste Baiano apresenta as condições ideais sobre a generalização da urbanização no território que era denominada por Milton Santos (1988, 1993, 1994, 1996, 2000, citado por Elias, 2007) de cidades do campo e que Elias (2007) atualizou para cidades do agronegócio, onde se materializa as condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado, por meio das redes agroindustriais.

No que tange à estrutura fundiária das regiões em tela e de acordo com a CPT (2018), mesmo após o fim do “boom” das commodities e da queda de seus preços no mercado mundial devido à crise financeira de 2007/2008, o preço das terras continuou a subir na região do Matopiba, estimulando ainda mais a apropriação de terras, a expropriação de camponeses e a destruição do Cerrado. Além disso, várias empresas e agentes financeiros começaram a ver o preço da terra como um bem separado do produto e passaram a lucrar com a especulação. De acordo com este relatório, 19,000 km² de terras mudaram de mãos na região do Matopiba entre 2013 e 2015 destacando que empresas do agronegócio transnacionais começaram a atuar no mercado de terras por volta dos anos 2008 e 2009.

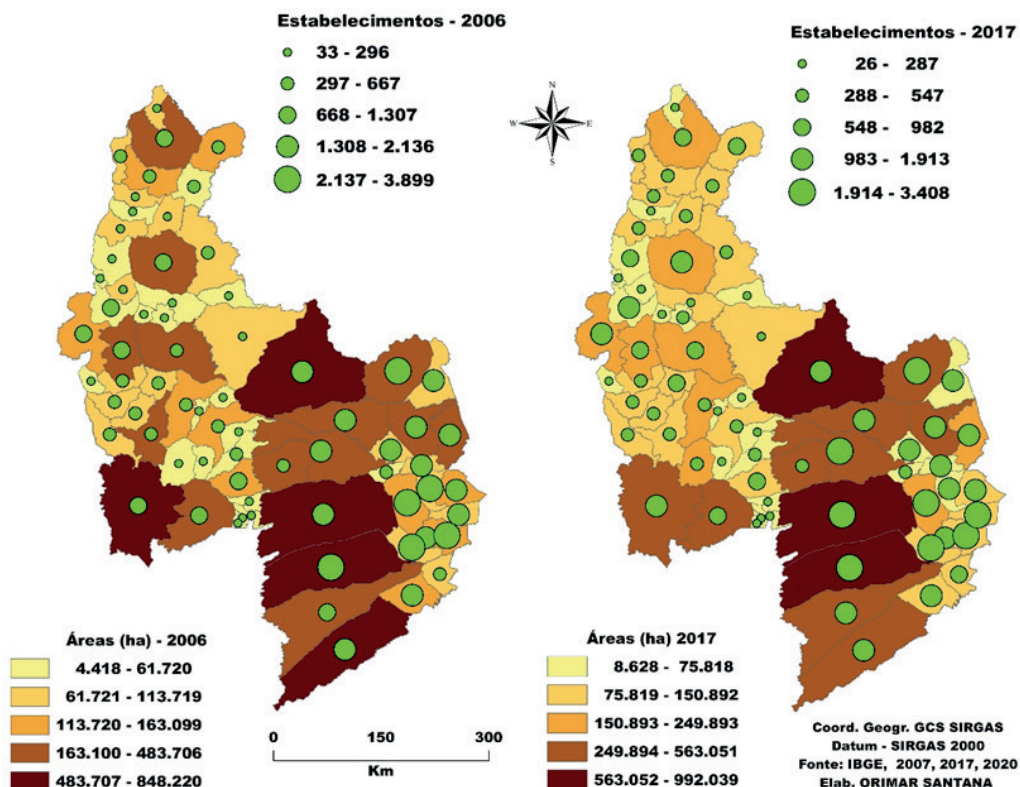
Algumas dessas empresas criaram filiais para tratar especificamente de negócios

fundiários. Um exemplo é a empresa SLC (Schneider Logemann Company), cuja filial SLC Agrícola é um dos maiores produtores de soja no Brasil e sua filial SLC Land Co se tornou uma das grandes empresas no negócio de terras. A SLC controla quase meio milhão de hectares de terra no Brasil, sendo que 300.000 desses hectares são plantações de soja. Em 2015, a SLC gerou mais rendas com a compra e venda de propriedades agrícolas do que por meio de seus empreendimentos tradicionais com soja pela primeira vez.⁶² Outras empresas imobiliárias criadas recentemente não se envolvem mais com a produção agropecuária e se concentram exclusivamente na aquisição, venda, arrendamento e/ou gestão de terras (CPT, 2018 p. 26).

As transformações ocorridas na estrutura fundiária do recorte espacial tomado nesta pesquisa corrobora as afirmações do relatório da CPT (2018). Ver Mapa 2.

De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, nos municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins predominava número expressivo daqueles com limiar inferior a 33 e superior de 667 estabelecimentos rurais, nesta mesma ocasião a área ocupada por estes estabelecimentos oscilava entre 4.418 e 113.719 hectares. Importa destacar um grupo de municípios em diferentes pontos da mesorregião, figurando no intervalo entre 668 e 1.307 estabelecimentos agrícolas que apresentam peculiaridades a serem investigadas. Trata-se de Goiatins e Rio Sono mais ao norte com número de estabelecimentos e áreas equilibrados nos respectivos intervalos de classe, entretanto, a Capital Palmas com mesmo número de estabelecimentos apresenta-se no limiar mínimo dentre todos os intervalos de classe de áreas. O destaque para Ponte Alta do Tocantins na porção central da mesorregião se refere ao limiar entre 297 e 667 estabelecimentos rurais com área expressiva entre 163.100 e 483.706 hectares, bem como Paranã, Arraias e Taguatinga na borda sul/sudeste da mesorregião com mesmo padrão de número de estabelecimentos, no entanto, apresentam grande amplitude no que se refere aos limiar inferior de 113.720 e superior de 848.220 hectares de área dos estabelecimentos rurais. Vale ressaltar a posição superior de Paranã no que tange ao volume de área mais expressivo dentre os três considerados.

Na Mesorregião Extremo Oeste Baiano em 2006 a grande maioria dos municípios aparecem no limiar entre 1.308 e 3.899 estabelecimentos e área mínimo superior a 163.100 e máxima superior a 848.000 hectares. Há que destacar o caso do município de Luiz Eduardo Magalhães, desmembrado do município de Barreiras por meio do empenho de lideranças políticas e econômicas, aparece com número superior a 600 estabelecimentos agrícolas e área variando entre 163.100 e 483.706 hectares.



Mapa 2 - Distribuição Espacial das Áreas e dos Estabelecimentos Rurais na Mesorregião Oriental do Tocantins e na Mesorregião Extremo Oeste Baiano

Fonte: Elaboração própria

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A apropriação capitalista do Cerrado nas regiões analisadas aqui pode ser caracterizada como avanço da fronteira de produção em espaços de reserva agrícola com ações simultâneas do Estado e do Mercado pois, na concepção de Santos (1986, p. 55), esses agentes formam um par dialético onde o primeiro atua no aparelhamento do território ao recortar a delimitação do território para configuração do Matopiba e, por extensão, organizar e implantar as infraestruturas viárias com logísticas de acesso e as redes de energia e de comunicação postas na porta das instituições e das empresas, para que o segundo possa se apropriar do conteúdo técnico e assim consolidar a formação das redes agroindustriais.

Vis à vis, em grande parte dessa região, a atividade mineradora que iniciou o processo de ocupação e povoamento, sucedida pela pecuária extensiva em grandes áreas de pastagem e acompanhada por uma agricultura de subsistência, vê os conteúdos e as

relações de pertencimento tecidas na solidariedade organizacional do modo tradicional de produção de toda região serem desmontadas pelos processos e relações hegemônicas do agronegócio globalizado considerando o pertencimento regional apreçoado por Haesbaert (2010).

Nesse caso, é muito comum aparecer a completa transformação das relações tradicionais de produção com formação de áreas de carências e de necessidades, frente a outras de opulência e de privilégios, contribuindo assim para as desigualdades regionais que imperam na maioria das Regiões Produtivas Agrícolas caracterizadas por Elias (2007, 2011). Portanto, a agropecuária desponta como a base fundamental do processo de expansão da fronteira de produção nessas regiões, transformando toda a realidade urbana e regional, sobretudo a partir do início do Século XX.

Pelo exposto, ganha consistência nossa hipótese geral de que em alguns municípios da Mesorregião Extremo Oeste Baiano, as redes agroindustriais cristalizaram alto padrão de crescimento econômico e desenvolvimento social nas relações entre os lugares e a população, pois as alterações mostradas no Mapa 2 indicam a permanência dos processos que conduzem a produção agrícola moderna pois são pouco significativas as alterações no tamanho das áreas e no número de estabelecimentos no período analisado.

É muito provável que as ações dos agentes sociais que produzem e consomem o solo nas áreas rurais da região, o fazem por meio de articulações e implementação de objetos técnicos sofisticados e capazes de usufruir a máxima capacidade dos recursos naturais existentes e por isso, permanecem com grande produção intensificada no uso do solo sem aumento das áreas produtivas.

Diferentemente, a inexistência das redes agroindustriais do agronegócio e os constrangimentos naturais com baixa produção da agropecuária na maioria dos municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins, tem agravado as fracas possibilidades dos pequenos núcleos urbanos marcados pela ruralidade e população pouco densa, inibindo assim a presença das grandes empresas de capital transacional que realizam a instrumentalização do território.

Por esta razão, talvez, o avanço da agricultura tecnificada mesmo se apropriando das áreas rurais nesta porção do espaço, ainda não implementaram sistemas produtivos que exigem ampliação de áreas para produção e por isso também aumento no número dos estabelecimentos.

Esta pesquisa não se esgota, pois é importante investigar os meios pelos quais a produção agrícola moderna vem se apropriando dos espaços urbanos e rurais da região.

REFERÊNCIAS

- BAHIANA, L. C. da C. Agentes Modeladores e Uso do Solo Urbano. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 43 n. 1 (1978), 123-131. Disponível em: < <http://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/issue/view/185> >
- CPT. Comissão Pastoral da Terra. *Os Custos Ambientais e Humanos do Negócio de Terras: o caso do MATOPIBA*: Brasil. Publicado em Junho de 2018 pela FIAN International, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra (CPT). Disponível em: < <http://fianbrasil.org.br/relatorio-sobre-o-matopiba-aponta-impactos-da-financeirizacao-de-terras/> > Acesso em: 25/09/2018.
- CORREA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989. 94 p. (Série Princípios; 174).
- ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. 2011 13 (2), 153-167. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400>
- ELIAS, D. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. *Revista NERA*. Presidente Prudente. Ano 9, nº. 8 pp. 29-51 Jan.-jun./2006. Disponível em: < <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1442> >
- HARVEY, David. A experiência do espaço e do tempo. In: HARVEY, David. *Condição pós- -moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 21.ed. São Paulo: Loyola, 1973. p. 185-289.
- HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997. 293 P.:il.
- IBGE. *Divisão de Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas* / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 1990a. Conteúdo: v. 1 [Brasil] – v. 2 t. 1. Região Norte.
- IBGE. *Divisão de Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas* / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 1990b. Conteúdo: v. 1 [Brasil] – v. 2 t. 2. Região Nordeste.
- IBGE. *Censo Agropecuário*. 2006, 2017. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos> >
- MIRANDA, E. E. de; (Coord.). *Brasil em Relevô*. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br/>>. Acesso em: 29 Set. 2018.
- MIRANDA, E. E. de; MAGALHÃES, L. A.; CARVALHO, C. A. *Proposta de delimitação territorial do Matopiba*. Campinas: Embrapa; GITE, maio 2014. (Nota Técnica, n. 1). Disponível em: <<https://goo.gl/vBROXd>>. Acesso em: 27 jul. 2016.
- PIRES, S. S., RODRIGUES, M. P., MESQUITA, B. A. de. A Expansão do Agronegócio e a Expropriação Agrária da Amazônia. *Acta Científica* XXIX Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología 2011. ISBN: 978-956-19-0828-4. Disponível em: <<http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT8>> Acesso em: 19/09/2018.
- PORRO, N. M. MENASCHE, R. NETO, J. S. Babaçu Livre e Queijo Serrano: Histórias de Resistência à Legalização da Violação a Conhecimentos Tradicionais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 41, p. 267-301, jan./jun. 2014. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ha/a/vYCHScr5YsKNPPXYgTymT9h/?lang=pt> >

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. (Org.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 247-278.

O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL: DEFINIÇÕES E DILEMAS DE UMA SOCIEDADE MARGINALIZADA

Data de aceite: 14/03/2023

Rodrigo Dias Delmondes

Escola Municipal Tancredo Neves

Orcid:

Alberto Pereira Lopes

Universidade Federal do Norte do
Tocantins

Orcid: 0000-0002-0087-4504

condições de trabalho.

É nesta reprodução que iremos encontrar o trabalho escravo contemporâneo, em que o processo de precarização do trabalho é uma das ferramentas em que se realiza no contexto do desenvolvimento do capital e da sua reprodução ampliada, o que cria a desproletarização do trabalhador junto ao serviço prestado.

Trata-se de um sistema em que expropria e explora o trabalhador desde a sua força de trabalho, o tempo que o trabalhador executa na propriedade e a apropriação do que lhe é direito - o salário nas atividades que lhes são atribuídas para a produção e reprodução do capital. Dessa maneira, o resultado tem sido de denúncias como: exploração, violência e desmando contra os trabalhadores que vivem da venda de sua força de trabalho para os proprietários de terras. Quando falamos na venda da força de trabalho estamos nos reportando ao próprio sistema capitalista que em sua essência, é pelo assalariamento

INTRODUÇÃO

O Brasil segue as mesmas características de um país do passado da época colonial em que a questão da terra é algo a ser resolvido. Não podemos pensar em reformas, se a estrutura continua nas mãos de uma pequena classe, que tem um poder de barganha para impedir avanços no contexto de uma nova organização fundiária em nível nacional. Tal classe, por sua vez, permanece com seus vícios, com seus desmandos, com sua força política para impedir a reforma agrária; utiliza-se ainda de sua força física quando se sente ameaçada no contexto das lutas dos trabalhadores que buscam um pedaço de terra, ou melhores

do trabalhador.

Reportando-se ao trabalhador vítima da escravidão contemporânea significa que não existe salários, diante da dívida que é consolidada/contráida a partir da saída do trabalhador da sua residência, até sua manutenção para a sobrevivência nos armazéns das fazendas. O objetivo desta pesquisa é discutir em forma de denúncias sobre o trabalho escravo contemporâneo – as ações para conter o crescimento da mão-de-obra precária e da impunidade da violência, a degradação do ser humano que serve como mão-de-obra barata para a acumulação e reprodução do capital em sua forma primitiva daqueles que se dizem donos da terra, os grandes proprietários - tempos de incertezas.

A desproletarização do trabalhador, estar na forma de não haver uma relação trabalhista, ou seja, o trabalhador não é visto dentro das relações de trabalho. A forma como o trabalhador vive é de acordo com as normas de quem o contrata, e não na forma do que lhe é de direito, um trabalho remunerado com todos os seus direitos garantidos perante as leis trabalhistas.

Assim se expande a exploração da força de trabalho nas grandes propriedades que têm deteriorado o meio ambiente com o desmatamento e desarticulado a economia de subsistência. Marginalizam, assim, grandes contingentes de trabalhadores e camponeses e redefinem sua posição na estrutura da sociedade como os expropriados que procuram núcleos urbanos para se instalarem em locais ilegais e periféricos. O isolamento geográfico constitui-se assim como fator primordial no contexto do trabalho escravo contemporâneo, em virtude das dificuldades que as instituições enfrentam para designá-lo e autuá-lo. Tal isolamento, apesar de não ser o fator principal do trabalho escravo, é uma das características que mais contribuem para a precarização do trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

É preciso a sociedade entender que o trabalho escravo contemporâneo existe, e não poderá ser visto como uma coisa cultural, mas sim como uma forma da pessoa escravizada de não ter o domínio de sua própria vida, como diz o coordenador Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho Tiago Muniz Cavalcanti numa entrevista ao G1. Ainda acrescenta:

Quando a gente fala em liberdade, a gente em liberdade tem um sentido muito mais amplo. É a autonomia pessoal. É o livre arbítrio. É a liberdade como autodeterminação. Qual é o instrumento atual usado pelo empregador para guardar e manter essa situação de exploração? Não é mais liberdade de locomoção. O escravo não precisa mais estar enjaulado. Na verdade, o instrumento usado é a vulnerabilidade social, é a pobreza extrema. A pobreza extrema faz com que o trabalhador se perpetue naquela situação, de apropriação, de exploração, característica de escravidão. (G1 g1.globo.com/economia/noticia/escravos-sem-corrente)

Dessa forma, a pobreza instiga o indivíduo a aceitar determinadas propostas de trabalho, devido à falta e oferta de emprego, diante do baixo grau de escolaridade e baixo nível de desenvolvimento humano. O porquê do retorno ao trabalho degradante a sociedade espera muito dessas ações repressivas, que são feitas pelo Ministério do Trabalho que é o resgate (a retirada dos trabalhadores). De um trabalho de prevenção por meio das ações de fiscalização de rotina do Ministério do trabalho. Porém, só que não basta apenas às ações do Ministério do Trabalho. Precisa de ações educativas, combater o aliciamento ilegal de trabalhadores, descobrir onde estão os focos de aliciamento. Precisa ser feito um trabalho de conscientização, de educação para a sociedade de forma ampla.

A escravidão que discutimos neste trabalho não é a que vivenciamos no Brasil Colônia, porém se assemelha nas relações de trabalho, bem como na negação da liberdade. Na escravidão moderna esta era legal - o escravo era renda capitalizada, a cor era significativa, eram os negros vindos da África para trabalharem nas monoculturas do Brasil, seja na cana de açúcar ou no café, além de outras atividades.

A definição do trabalho escravo pauta-se no Código Penal Brasileiro em seu artigo 149 que define a condição análogo de escravo, e não propriamente a de escravo do século XVIII do Brasil Colônia. As modalidades que estão explícitas no Código Penal Brasileiro considera-se o trabalho análogo a de escravo – trabalho degradante que expõe riscos dos trabalhadores a sua segurança; jornada exaustiva, quantidade excessiva de horas trabalhadas; Servidão por dívida a manutenção do trabalhador na propriedade para pagar uma dívida fraudulenta pelos seus chefes, seja no adiantamento de algum dinheiro, compra de alimentação e equipamentos na cantina; trabalho forçado é a negação da liberdade, este é impedido de deixar o trabalho por meio das ameaças, retenção de documentos, salários etc.

O Brasil se destaca neste cenário da escravidão contemporânea, graças a sua atividade principal baseada na agropecuária, mas também em outras atividades que encontra-se trabalhadores que são aliciados com falsas promessas, vulneráveis mediante o grau de pobreza e a falta de emprego. Este cenário apresenta diante da estrutura fundiária baseada na concentração de renda. A expansão da grande propriedade é uma realidade presente em que destaca-se os conflitos entre grileiros, posseiros sem esquecer do cenário dos trabalhadores vítimas da escravidão como apresentados nos índices dos cadernos de conflitos da Comissão Pastoral da Terra.

Neste cenário, vivencia-se um momento bastante complexo conjuntural no cenário político, mediante as políticas que são destinadas a erradicação do trabalho escravo – os grandes proprietários tentam a todo momento omitir a existência de trabalho escravo contemporâneo, com medidas como no caso a não divulgação da lista suja, bem como

tentam a todo momento criar empecilho sobre o conceito do trabalho análogo a escravidão. Para alguns proprietários e seus representantes no congresso, as condições que os trabalhadores vítimas da escravidão vivem estão relacionadas a uma questão cultural e não a uma relação de coerção e servidão.

Desta maneira, o invisível é uma condição para que a violação aos direitos humano seja maculada, e que não haja nenhuma punição aos algozes. O novo tempo que se desenha pauta-se num retrocesso de dois séculos atrás, na discriminação estrutural das populações pobres desse país que tornam-se presas fáceis para reprodução do capital numa relação não capitalista de produção como afirma Martins (1997).

MATERIAIS E MÉTODOS

Os instrumentos utilizados na pesquisa para obtermos os resultados previstos, visam estabelecer parâmetros de investigação por meio das técnicas que irão fornecer elementos para o campo de interesse. A pesquisa se encaixa na classificação exploratória de natureza explicativa no aperfeiçoamento das ideias e de caráter qualitativo e quantitativo. Para Gil (2008), a pesquisa que se encaixa nesta classificação, aperfeiçoa-se as ideias, além de se utilizar do método dialético que é flexível no contexto das descobertas e dos resultados. É um método de investigação da realidade, é um método não absoluto. O primeiro passo, foi a pesquisa bibliográfica sobre o tema em estudo, o que nos permitiu meios para explorar e buscar novas abordagens ao embasamento teórico e histórico em relação ao problema levantado.

As fontes bibliográficas é a base teórica na ótica do tema em estudo como: periódicos, livros, teses, dissertações, publicações avulsas, endereços eletrônicos etc., - estudos sobre a questão agrária e fundiária, os conflitos no campo, a reforma agrária, o trabalho escravo contemporâneo, as relações capitalistas e não-capitalistas no campo, os camponeses, a territorialização do capital etc, que permitiram trazer bases teóricas pertinentes ao objeto do trabalho, para chegarmos a um resultado consistente.

Realizamos a coleta de dados sobre os sujeitos que utilizam mão de obra escrava, como também os vitimados de tais atrocidades, por meio dos dados levantados do Ministério Público do Trabalho e Emprego, Comissão Pastoral da Terra e a ONG Repórter Brasil. Este instrumento de pesquisa nos proporcionou a coleta de informações contidas a respeito das atividades principais que utilizam dessas práticas e suas localidades autuadas pelos agentes do Ministério Público do Trabalho ou da Polícia Federal. Além do contato com a CPT sobre as causas e as consequências em relação ao Trabalho Escravo contemporâneo. Estes foram os procedimentos que nos proporcionaram as respostas necessárias às questões investigadas, para o resultado final almejado nos objetivos propostos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escravidão que discutimos neste trabalho não é a que vivenciamos no Brasil Colônia, porém se assemelha nas relações de trabalho, bem como na negação da liberdade. Na escravidão moderna esta era legal - o escravo era renda capitalizada, a cor era significativa, eram os negros vindos da África para trabalharem nas monoculturas do Brasil, seja na cana de açúcar ou no café, além de outras atividades.

A definição do trabalho escravo na atualidade pauta-se no Código Penal Brasileiro em seu artigo 149 que define a condição análogo de escravo, e não propriamente a de escravo do século XVIII do Brasil Colônia. As modalidades que estão explícitas no Código Penal Brasileiro considera-se – trabalho degradante que expõe riscos dos trabalhadores a sua segurança; jornada exaustiva, quantidade excessiva de horas trabalhadas; Servidão por dívida a manutenção do trabalhador na propriedade para pagar uma dívida fraudulenta pelos seus chefes, seja no adiantamento de algum dinheiro, compra de alimentação e equipamentos na cantina; trabalho forçado é a negação da liberdade, este é impedido de deixar o trabalho por meio das ameaças, retenção de documentos, salários etc.

Destarte, o trabalho escravo se insere numa dinâmica de reprodução ampliada do capital, no processo da superexploração da força de trabalho, extraindo do trabalhador a mais-valia para além do limite determinado conforme argumenta Martins(1997). Nesse sentido, observa-se que não há uma forma de assalariamento do trabalhador, mas há um processo de insuficiência de pagamento a esta força de trabalho, o que compromete do trabalhador e sua família.

Para compreendermos o trabalho escravo contemporâneo no processo de suas relações entre o patrão e trabalhadores vitimados da precarização e superexploração do trabalho, Martins (1997, p. 95) afirma: “[...] o trabalho escravo está sendo utilizado sobretudo fora do processo de trabalho propriamente dito, isto é, fora do processo normal e permanente de produção propriamente capitalista”.

Nesta perspectiva, o trabalho escravo se encontra na dinâmica da acumulação primitiva do capital dentro do próprio sistema capitalista de produção. Dessa maneira, Martins (1997, p. 95) faz a seguinte observação:

Nesse sentido, é uso de trabalho em tarefas próprias de uma situação de *acumulação primitiva*. Conceito que, aliás, ganha melhor definição se além de considerarmos a expropriação que força a entrada do trabalhador no mercado de trabalho, considerarmos também que este *momento de expropriação dos meios de vida se prolonga na superexploração da força de trabalho*. Ou seja, quando o trabalhador compromete a sua própria sobrevivência, ou de sua família, quando é expropriado da possibilidade de viver, trabalhando mais do que a jornada normal de trabalho, acima do trabalho excedente extorquindo sob a máscara do salário e da contratualidade da relação entre patrão e empregado. Isso fica claro quando, ao final de meses de trabalho, nada tem

a receber; ao contrário, ainda tem e pagar algo a quem empregou. (Grifo do autor)

O sistema capitalista de produção é peculiar em relação a sua existência, só é possível mediante a dissociação dos trabalhadores dos meios de produção, apenas a sua força de trabalho torna-se importante para que possa vender aos donos dos meios de produção para a sua subsistência, estes sendo assalariados. No caso, os trabalhadores vítimas da escravidão por dívida estão inseridos no aspecto da acumulação primitiva do capital, devido não haver um assalariamento, mas uma forma maculada de salário. Para Marx (2008, p.828): “A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constituía pré-história do capital e do modo de produção capitalista.”

É neste sentido que podemos descrever o trabalho escravo contemporâneo na perspectiva das condições subumanas, na superexploração do trabalho, jornada exaustiva, alimentação de má qualidade além da falta de salário que é mascarado por quem o contrata.

A Organização Internacional do Trabalho – OIT (2007, p. 9) conceitua o trabalho escravo contemporâneo neste universo da degradação e da falta de liberdade do trabalhador:

[...] toda a forma de trabalho escravo é trabalho degradante, mas o recíproco nem sempre é verdadeiro. O que diferencia o conceito do outro é a liberdade. Quando falamos de trabalho escravo, estamos nos referindo a muito mais do que o descumprimento da lei trabalhista. Estamos falando de homens, mulheres e crianças que não tem garantia da sua liberdade. Ficam presos a fazendas durante meses ou anos por três principais razões; acreditam que tem que pagar uma dívida ilegalmente atribuída a eles e por vezes instrumentos de trabalho, alimentação, transporte estão distantes de via de acesso mais próxima, o que faz com que seja impossível qualquer fuga, ou são constantemente ameaçados por guardas que, no limite, lhes tiram a vida na tentativa de uma fuga. Comum é que seja escravizados pela servidão por dívida, pelo isolamento geográfico e pela ameaça às suas vidas. Isso é trabalho escravo.

Neste cenário, vivencia-se um momento bastante complexo conjuntural no cenário político, mediante as políticas que são destinadas a erradicação do trabalho escravo – os grandes proprietários tentam a todo momento omitir a existência de trabalho escravo contemporâneo, com medidas como no caso a não divulgação da lista suja, bem como tentam a todo momento criar empecilho sobre o conceito do trabalho análogo a escravidão. A Lista suja – foi criada com base no cadastro de empregadores, sob a portaria 540 de 15 de outubro de 2004. O objetivo o dono da fazenda que for autuado com vítimas de trabalho escravo, pagam multas, e o Ministério do Trabalho e Emprego inclui o nome do fazendeiro na lista suja, permanecendo pelo menos em até dois anos, impossibilitado de receber qualquer tipo de CRÉDITO, em agências públicas de financiamento como Banco

do Brasil ou Bancos privados nacionais e internacionais;

Para alguns proprietários e seus representantes no congresso, as condições que os trabalhadores vítimas da escravidão vivem estão relacionadas a uma questão cultural e não a uma relação de coerção e servidão.

Desta maneira, o invisível é uma condição para que a violação aos direitos humanos seja maculada, e que não haja nenhuma punição aos algozes. O novo tempo que se desenha pauta-se num retrocesso de dois séculos atrás, na discriminação estrutural das populações pobres desse país que tornam-se presas fáceis para reprodução do capital numa relação não capitalista de produção como afirma Martins (1997).

É preciso a sociedade entender que o trabalho escravo contemporâneo existe, e não poderá ser visto como uma coisa cultural, mas sim como uma forma da pessoa escravizada de não ter o domínio de sua própria vida, como diz o coordenador Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho Tiago Muniz Cavalcanti numa entrevista ao G1. Ainda acrescenta:

Quando a gente fala em liberdade, a gente em liberdade tem um sentido muito mais amplo. É a autonomia pessoal. É o livre arbítrio. É a liberdade como autodeterminação. Qual é o instrumento atual usado pelo empregador para guardar e manter essa situação de exploração? Não é mais liberdade de locomoção. O escravo não precisa mais estar enjaulado. Na verdade, o instrumento usado é a vulnerabilidade social, é a pobreza extrema. A pobreza extrema faz com que o trabalhador se perpetue naquela situação, de apropriação, de exploração, característica de escravidão. (G1 g1.globo.com/economia/noticia/escravos-sem-corrente)

Dessa forma, a pobreza instiga o indivíduo a aceitar determinadas propostas de trabalho, devido à falta e oferta de emprego, diante do baixo grau de escolaridade e baixo nível de desenvolvimento humano. O porquê do retorno ao trabalho degradante a sociedade espera muito dessas ações repressivas, que são feitas pelo Ministério do Trabalho que é o resgate (a retirada dos trabalhadores). De um trabalho de prevenção por meio das ações de fiscalização de rotina do Ministério do trabalho. Porém, só que não basta apenas às ações do Ministério do Trabalho. Precisa de ações educativas, combater o aliciamento ilegal de trabalhadores, descobrir onde estão os focos de aliciamento. Precisa ser feito um trabalho de conscientização, de educação para a sociedade de forma ampla.

Nesta perspectiva, enquanto não tivermos tais ações, o trabalho escravo segue o seu rito, explorando os trabalhadores, vitimando vidas para buscar o lucro e ampliação dos seus negócios. Contudo, os números apresentados no Gráfico 1 mostram o quanto o Brasil precisa de ações mais definidas para conter o avanço dessa real e cruel realidade destes homens e mulheres vítimas da degradação de suas próprias vidas.

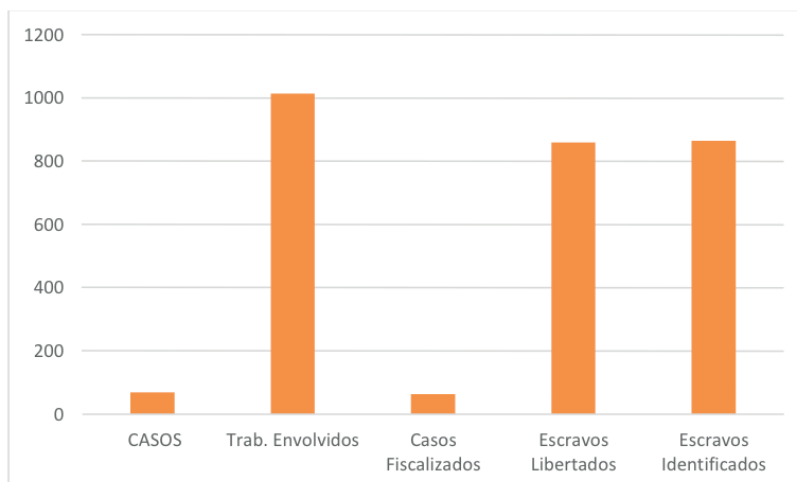


Gráfico 1 - Brasil: trabalhadores escravos contemporâneo 2020

Fonte: Síntese do Trabalho Escravo Contemporâneo – CPT 2020.Org. Alberto P. Lopes

No Gráfico 1 podemos perceber o número de casos no Brasil segundo os dados da CPT, que se apresenta em 69 casos denunciados; desses 64 foram fiscalizados pelos órgãos competentes; os trabalhadores envolvidos são 1014; os libertados 860 trabalhadores e os identificados somam 865 como apresenta definido no gráfico. Esses dados mostram o retrato do país com sua herança colonial em que os donos dos meios de produção tem uma relação dominadora em relação aos trabalhadores como afirma Lopes (2018). Entretanto, o Gráfico 2 vem mostrar o Brasil na perspectiva das regiões de 2013-2020 com as mesmas modalidades.

O número de casos de trabalhadores vítimas da escravidão apresentam: na região norte – 252; o nordeste – 205; o centro-oeste -128; sul -63 e o sudeste – 286 casos, somando todos os casos nestas grandes regiões brasileiras são de 934 casos. Em relação aos trabalhadores envolvidos podemos perceber no gráfico que a região sudeste é que tem o maior número de trabalhadores totalizando 6555. Enquanto que as demais regiões apresentam conforme demonstra o gráfico: região norte - 2670 trabalhadores; região nordeste – 2927; região centro-oeste – 1379; região sul 501 o que totaliza 14032 trabalhadores envolvidos no processo da escravidão contemporânea. É importante ressaltar que a região com mais trabalhadores vítimas da escravidão era a região norte, hoje sendo superada pela região sudeste.

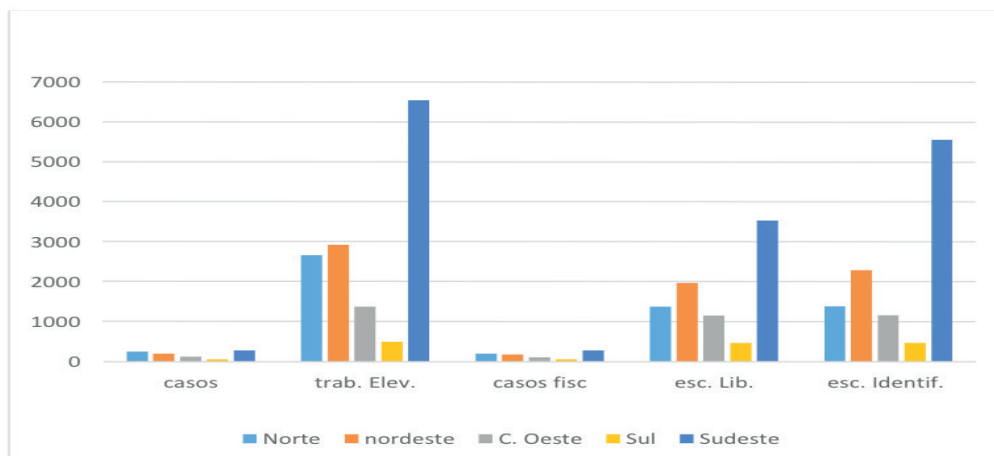


Gráfico 2 - Brasil: trabalho escravo contemporâneo, números por grande região 2013-2020

Fonte: Síntese do Trabalho Escravo Contemporâneo – CPT (2020).Org. Alberto P. Lopes

Nos casos fiscalizados o Gráfico 2 apresenta a seguinte proporção: a região norte apresenta 201; a nordeste 181; a região Centro-oeste 116; região sul 63; região sudeste 283 casos de propriedades fiscalizadas, totalizando todas as regiões 844 fiscalizações conforme apresenta o Gráfico 2. Ainda no Gráfico 2, no que diz respeito aos trabalhadores libertados a região norte apresenta 1377, sendo estes 1389 trabalhadores identificados. A região nordeste foram 1972 trabalhadores libertados sendo 2295 identificados; A região Centro-Oeste 1156 trabalhadores libertados e identificados 1163. Na região Sul o número de trabalhadores libertados foram 470 e identificados 470. Em relação a região sudeste foram 3536 trabalhadores enquanto os identificados 5556 trabalhadores. Numa totalidade em termos das grandes regiões os escravos libertados somam 8511 enquanto os identificados somam 10873 trabalhadores.

O Gráfico 3 mostra de forma mais didática em relação aos elementos que investigam o trabalho escravo contemporâneo a nível de Brasil entre 2013-2020 como o número de casos na denúncia, os trabalhadores envolvidos, fiscalizados e libertados.

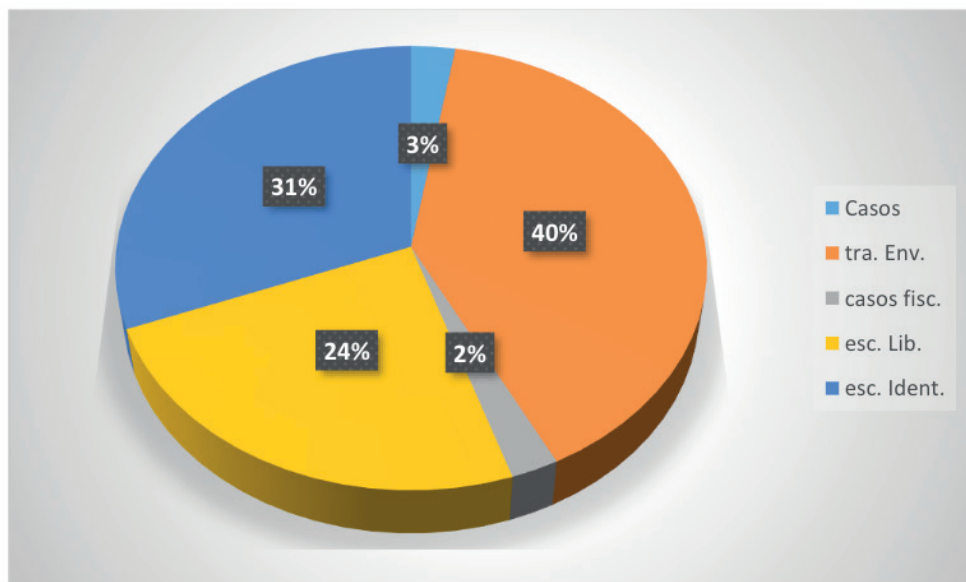


Gráfico 3 - Brasil: números total de trabalhadores escravizados 2013-2020

Fonte: Síntese do Trabalho Escravo Contemporâneo – CPT (2020) Org. Alberto P. Lopes

Observando o Gráfico 3, o número de caso é de 934 que equivale 3%, enquanto que desse total apenas 290 foram fiscalizados cerca 2%. O porquê a fiscalização não foi total? Tem vários aspectos, diante da própria denúncia quando os agentes chegam no lugar o/os proprietário/s já tem encaminhado os trabalhadores para outros lugares devido os aliciadores saberem da presença dos agentes em alguma propriedade próxima; mas tem outro contexto, o distanciamento para poucos auditores; o isolamento das fazendas; verbas para manutenção das investigações. No que diz respeito aos trabalhadores envolvidos estes apresentam numa totalidade de 14032 que representa em termos de percentagem 40%; os libertados apresentam uma quantidade de 2006 trabalhadores com 24%, e trabalhadores identificados 10873 que equivale a 31%.

Numa perspectiva mais específica apresentamos os dados da Amazônia Legal. O Gráfico 4 apresenta os casos de trabalho escravo denunciados de 2013 a 2020 com total de 368 casos. Desses, os trabalhadores envolvidos somam 3894; os casos fiscalizados foram 290; os trabalhadores escravos libertados somam 2006; enquanto que os trabalhadores identificados foram 2019 conforme apresenta o Gráfico 4.

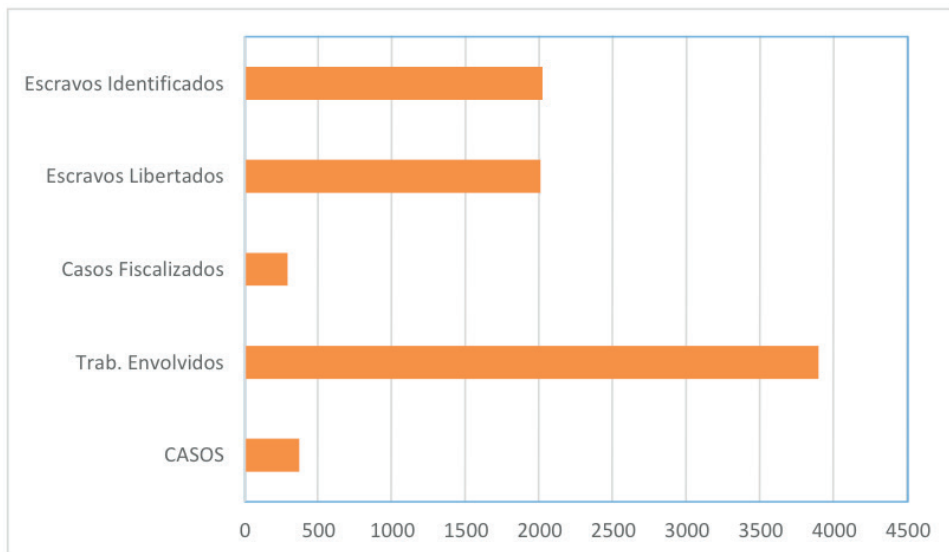


Gráfico 4: Trabalho escravo contemporâneo na Amazônia Legal, 2013-2020

Fonte: Síntese do Trabalho Escravo Contemporâneo – CPT (2020).Org. Alberto P. Lopes

Os Gráficos apresentam o quanto temos que construir medidas de proteção dos trabalhadores, ações repressivas, mas também ações educativas/preventivas para conter o avanço de tal atrocidades no campo do Brasil. Não trata-se de uma questão cultural do trabalhador que se submete a tal exploração ou superexploração, mas diante de uma necessidade de vida, de sustento da família. Para se construir o entendimento de tal exploração do trabalho e não uma forma cultural como os algozes se manifestam, Lopes (2018, p. 55) argumenta:

O trabalho escravo por dívida é o resultado de uma classe dominante que, na história, muda apenas o nome com que se reconhece – como do coronelismo para os grandes proprietários de terras do agronegócio. Tais atores, por sua vez, são comerciantes, industriais e empresários, em sua grande maioria responsáveis pelo trabalho escravo dos trabalhadores ou por outras modalidades, no caso mais amplo do trabalho forçado que reduz o homem às formas mais mortificantes.

Para erradicar este mal precisa-se de ações educativas como apresentam no âmbito da Comissão Nacional para erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE: realização de campanha de conscientização pública, mobilização da sociedade, elaboração de um plano nacional de trabalho escravo, criação de sistemas de dados, consolidando informações da realidade do Brasil em que se encontra esse tipo exploração conforme aponta a OIT(2007). O estado do Tocantins, não foge desta triste realidade, apresenta-se como um dos principais em termos de trabalhadores vítimas da violência da escravidão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A invisibilidade do trabalho escravo contemporâneo mostra o quanto vivenciamos uma sociedade baseada na oligarquia agrária dos tempos coloniais com seu poder de mando para obter lucros em cima da exploração e superexploração de trabalhadores que vivem marginalizados nas periferias das cidades ou lugares sem condições de uma vida digna humana.

A violência cometida pelos os donos do capital torna-se invisível pelo fato do discurso negacionista dos grandes proprietários que não respeitam a lei como o Código Penal Brasileiro em seu artigo 149 em que comporta as quatro modalidades como trabalho forçado, servidão por dívida, condições degradantes e jornadas exaustivas. Qualquer uma dessas condições se caracterizam como trabalho escravo contemporâneo, não bastam ser acumulativas para a lei, o que importa é o respeito aos direitos do trabalhador e a sua dignidade.

No entanto, a saber foram construídos ações e programas na luta para diminuir e acabar com esta forma degradante como, o Plano Nacional, Estadual e Municipal no sentido de cumprir as ações nas articulações, das operações de fiscalizações entre vários órgãos como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Grupo Móvel da Polícia Federal, Ministério do Trabalho que hoje está articulado ao Ministério da economia. São ações de forma repressivas advindas do governo federal e as ações preventivas estão inseridas nos estados como a Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo- CONETRAE com medidas cautelosas com planos de metas para o enfrentamento para somar forças com o âmbito federal contra o trabalho escravo.

Nesse sentido, os resultados apresentados nesta pesquisa demonstram o quanto o Brasil, caminha em retrocesso com os números de trabalhadores vítimas da escravidão por dívida ou chamada contemporânea. A política conjuntural hoje encontra-se esfacelada em relação as atividades ligadas ao combate e a sua erradicação.

Não obstante, os gráficos e tabelas mostram os números de trabalhadores fiscalizados no Brasil em que a superexploração do trabalho ainda continua de uma forma nefasta para a vida daqueles vitimizados pelo poder dos grandes proprietários. Com isso, o medo, a incerteza de retornar ao convívio familiar, a fuga tudo isso são levado em consideração mediante a violência que estes trabalhadores sofrem a cada dia, seja violência psicológica com ameaças, seja violência física como apresentam em alguns relatos mencionados neste trabalho.

A CPT tem um papel fundamental na luta contra a escravidão contemporânea, é uma entidade que está no dia a dia na organização dos trabalhadores, com reuniões, curso, programas com metas bem delineadas, abrangendo as instituições de ensino como as

escolas públicas com o tema “Escravo nem pensar”. Além desse trabalho de prevenção a CPT cumpre organizar dados estatísticos em todo Brasil em termos regionais e locais sobre os números de: casos de trabalhadores vítimas da escravidão contemporânea, fiscalizações, de trabalhadores identificados e de trabalhadores libertados. É um trabalho minucioso em que seus agentes já foram ameaçados, presos por defenderem os trabalhadores vítimas na escravidão.

A invisibilidade do trabalho escravo permite o processo de alienação de uma sociedade retrograda e doente das mazelas sociais que são observadas na história desse país. Contudo, precisamos enfrentar tais realidades com a repressão, prevenção e educação de qualidade por meio de procedimentos para se pensar valores, direitos humanos, cultura e sobretudo relações humanas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Penal; Código de Processo Penal; *Constituição Federal*. São Paulo: RIDEEZ, 2003.

BRASIL. *Direitos Humanos no Brasil 2004: Relatório da rede social de justiça e direitos humanos*. São Paulo, 2004.

Comissão Pastoral da Terra. Disponível: www.cptnac.com.br. Acesso: fev./2018.

Comissão Pastoral da Terra. Disponível: www.cptnac.com.br. Acesso: junho/2017.

CORRÊIA, L. B. Um fenômeno complexo. CPT (Comissão Pastoral da terra). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. Goiânia: Edições Loyola, 1999. p.77-80.

CPT (Comissão Pastoral da terra). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. Goiânia: Edições Loyola, 1999.

FIGUEIRA, R. R. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

G1- Escravos sem correntes. Disponível: <https://g1.globo.com/economia/noticia/escravos-sem-correntes-14-dos-trabalhadores-resgatados-no-pais-sao-encontrados-com-restricao-de-liberdade.ghtml> Acesso: 09/09/2019.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOPES, A. P. *Escravidão por dívida no Tocantins- Brasil: vidas dilaceradas*. Curitiba: Appris editora, 2018.

MARTINS, J. de S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, J. de S. *O cativo da terra*. 7 ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*: Livro 1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna,. 22ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1 ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOREIRA, R. *Pensar e ser geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. 2 reim. São Paulo: Contexto, 2010.

NASCIMENTO, J. L. do. *O papel da educação no combate a escravidão por dívida: Um estudo sobre abordagem do tema em escolas da cidade de Araguaína (TO)*. (Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, 2014). Araguaína, Campus Cimba, Curso Geografia – UFT, 2014.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). Trabalho escravo no Brasil do século XXI. Coordenação de Leonardo Sakamoto. Brasília: OIT, 2007. Disponível: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_227551.pdf Acesso em: fev. 2021 (relatório 2).

PEREIRA, Dácio Alves. *A contribuição da Igreja Católica na luta pela terra no município de Araguaína-TO*. 2005. 124 f. Monografia (Especialização) - Curso de Geografia, Uft, Araguaína, 2005.

ALBERTO PEREIRA LOPES -Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo- USP, professor associado pela Universidade Federal do Norte do Tocantins, coordenador do Grupo Estudos Agrários e Direitos Humanos, trabalha com as linhas de pesquisas voltadas para os movimentos sociais no campo, reforma agrária, conflitos e trabalho escravo.

ELISEU PEREIRA DE BRITO - Tem mestrado e doutorado em Geografia, professor do Curso de Geografia da Universidade Federal do Norte do Tocantins, coordena o Grupo de Estudos Geográficos da Amazônia e Tocantins, editor da Revista Tocantinense de Geografia e coordenador da Pós-Graduação Lato Sensu em Geografia.

FERNANDO LUIZ ARAÚJO SOBRINHO - Possui graduação em Geografia Licenciatura Plena (1993) e Bacharelado (1995) pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB) (1998) e doutorado em Geografia pela UFU (2008). Atualmente é professor associado da UnB, chefe do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília.

GLEISON MOURÃO DA SILVA - Graduado em Licenciatura Geografia pela Universidade Federal do Tocantins, faz parte do Grupo de pesquisa: Grupo de Estudos de Estudos Agrários e Direitos Humanos. É professor da Escola básica na cidade de Araguaína – Colégio Estadual Ademar Vicente Ferreira Sobrinho.

JULIANA MARIA ARAÚJO ALVES - Graduada pela Universidade Federal do Tocantins – UFT, atualmente é mestrando no programa de pós-graduação em Geografia no campus de Porto Nacional. A experiência na especialização foi bastante satisfatória devido a excelência da equipe de professores que participaram do programa, pois contribuíram muito para o aprendizado.

MARIA ALESSANDRA ALVES DOS SANTOS - Graduação em Licenciatura Geografia pela Universidade Federal do Tocantins, faz parte do Grupo de Estudos Geográficos da Amazônia e Tocantins.

ORIMAR SOUZA SANTANA SOBRINHO - Possui Licenciatura e Bacharelado em Geografia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) (2009), mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia-Tratamento da Informação Espacial, PUC-Minas e doutorando do Programa e Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília (UnB).

REGES SODRÉ - Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2021). Atualmente é professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado) em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), da Universidade Federal de Rondonópolis, e pesquisador do grupo de pesquisa Estudos Geográficos da Amazônia e do Tocantins - GEGATO/UFNT.


RODRIGO DIAS DELMONDES - Graduação em Licenciatura Geografia pela Universidade Federal do Tocantins, faz parte do Grupo de pesquisa: Grupo de Estudos de Estudos Agrários e Direitos Humanos. É professor da Escola básica do ensino fundamental no povoado Centro


dos Borges – Riachinho- TO – Escola Municipal Tancredo Neves.


TATIANA DO CARMO DE ALMEIDA - Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), onde desenvolveu pesquisa pelo programa PIBIC (Programa de Institucional de Bolsas e Iniciação Científica), participou do PIBID (Programa de Institucional de Bolsas e Iniciação à Docência) e Residência Pedagógica como voluntária. Atualmente é aluna do Programa de Pós-graduação em Geografia da (UFT) e professora do Ensino Médio no colégio CEM Benjamim José de Almeida, em Araguaína-TO.


Estudos agrários e urbanos

DO CENTRO-NORTE DO TOCANTINS

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Estudos agrários e urbanos

DO CENTRO-NORTE DO TOCANTINS



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br